

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**MARCOS LEITE DE MATOS TODT**

**PARTIDO DOS TRABALHADORES:  
A INFLUÊNCIA DA PRÁXIS NA IDENTIDADE INTERNA**

Porto Alegre  
2013

**MARCOS LEITE DE MATOS TODT**

**PARTIDO DOS TRABALHADORES:  
A INFLUÊNCIA DA PRÁXIS NA IDENTIDADE INTERNA**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

**Orientador: Prof. Dr. Rafael Machado Madeira**

Porto Alegre  
2013

## CATALOGAÇÃO NA FONTE

T639p Todt, Marcos Leite de Matos  
Partido dos trabalhadores: a influência da práxis na identidade  
interna. — Porto Alegre, 2013.  
109 f. : il.

Diss. (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas,  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS, 2013.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Machado Madeira.

1. Partido dos Trabalhadores. 2. Materialismo dialético. 3. Filosofia  
da Práxis. I. Madeira, Rafael Machado Madeira. II. Título.

CDD: 329.981

Alessandra Pinto Fagundes  
Bibliotecária  
CRB10/1244

**MARCOS LEITE DE MATOS TODT**

**PARTIDO DOS TRABALHADORES:  
A INFLUÊNCIA DA PRÁXIS NA IDENTIDADE INTERNA**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Rafael Machado Madeira  
Orientador PUCRS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvana Krause  
UFRGS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marcia Ribeiro Dias  
PUCRS

Porto Alegre  
2013

Dedico este trabalho a Arnaldo Todt Júnior,  
Gualter Todt e Glenio Baptista da Costa.  
Em memória.

## AGRADECIMENTOS

A meus pais, Arnaldo e Lígia, pelos ensinamentos, carinho e apoio.

A Olívia Rodrigues Baptista, por todo o carinho e também pela preciosa ajuda durante todo o trabalho.

A minha querida filha, Bibiana.

A meus irmãos, Nelson Schneider Todt e Clarisse Schneider Todt.

A meus familiares, que, mesmo que eventualmente não tão próximos, são sempre uma grande força em minha vida.

A meu orientador, professor Rafael Machado Madeira, por seus conselhos e atenção durante todo o período.

A meus amigos e amigas Célia Zingler, Rafael Balestrin, Paulo Belotto, pelo aprendizado permanente e pela solidariedade nas horas mais difíceis.

Ao professor Adão Clóvis Martins dos Santos, pelos conselhos durante a Especialização que valem até hoje.

A Ronaldo Zeni e Francisco Magalhães, pelas conversas críticas e constantes e pela amizade.

A Marcelo Volpato de Souza, pela amizade da vida toda.

Aos valorosos companheiros e companheiras do movimento sindical e associativo.

A todos que, generosamente, aceitaram participar da pesquisa.

O partido jamais poderia ter deixado de ser, como foi, uma escola política aberta, onde as direções do partido em todos os níveis, junto com os filiados antigos, novos e entrantes fossem ao mesmo tempo educandos e educadores. Quando o partido deixa de ser isso, ele vai por esses descaminhos. (DUTRA, 2005)

## RESUMO

O presente trabalho busca verificar se há relação entre práxis e identificação com posições mais à esquerda dentro do Partido dos Trabalhadores (PT). Tendo como referência para análise o materialismo dialético, em especial os estudos de Gramsci sobre a construção de concepções de mundo e hegemonia, nossa hipótese é de que a relação existe, e que os indivíduos que têm maior riqueza em atividades coletivas possuem tendência maior a assumir um discurso e pensamento de esquerda, que, para se legitimar, necessita primeiro desconstruir o código imediato de explicação e interpretação da realidade. Em contraposição, quem tem poucas experiências coletivas tende não apenas a sofrer maior influência do discurso do senso comum, mas também a levá-lo para dentro do partido. Isso ajudaria a entender o deslocamento do PT da esquerda em direção ao centro no espectro político brasileiro, relacionando as modificações na vida interna do partido e a expressiva diminuição dos espaços de militância com as políticas mais moderadas do PT e dos governos petistas. Aplicamos cento e nove questionários e realizamos entrevista semiestruturada com 21 filiados ao PT em Porto Alegre. Verificamos que os filiados que possuem maior nível de práxis (que classificamos em *militantes* e *filiados com práxis*) expressaram os posicionamentos que, em nossa sistematização prévia, consideramos como de esquerda. Enquanto isso, os filiados que possuem menor nível de práxis (que denominamos *filiados puros*) se mostraram distantes dessas posições.

### **Palavras-chave:**

Partido dos Trabalhadores. Materialismo dialético. Gramsci. Filosofia da práxis

## ABSTRACT

This study aims to verify whether there is a relationship between praxis and identification with the left-wing most positions within the *Partido dos Trabalhadores* (Workers' Party, PT). Having as reference for analysis dialectical materialism, especially the studies from Gramsci on the construction of world concepts and hegemony, our hypothesis is that the relationship exists, and that individuals who have greater wealth in collective activities have greater tendency to assume a speech and left-wing thinking, that to legitimize itself first needs to deconstruct the immediate code of explanation and interpretation of reality. In contrast, those with few collective experiences not only tend to suffer greater influence of the discourse of common sense, but also take you into the party. This would help to understand the passage of PT from the left-wing to the center of the Brazilian political spectrum, relating changes in the internal life of the party and the significant decrease in militancy spaces with more moderate policies of PT and its governments. We applied one hundred and nine questionnaires and conducted semistructured interviews with 21 members of the PT in Porto Alegre. We found that the affiliates who have a higher level of praxis (in which we classify as militants and affiliated with praxis) expressed placements that in our previous systematic, considered as leftist. Meanwhile, the affiliates who have lower level of praxis (we call pure affiliated) proved far these positions.

### **Keywords:**

Workers' Party (Brazil). Dialectical materialism. Gramsci. Philosophy of praxis

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Opinião dos <i>filiados puros</i> sobre a política econômica dos governos Lula .....	74
Quadro 2: Opinião dos <i>filiados com práxis</i> sobre a política econômica dos governos Lula....	75
Quadro 3: Opinião dos <i>militantes</i> sobre a política econômica dos governos Lula .....	76
Quadro 4: Opinião dos <i>filiados puros</i> sobre a política de Alianças .....	80
Quadro 5: Opinião dos <i>filiados com práxis</i> sobre a política de alianças.....	81
Quadro 6: Opinião dos <i>militantes</i> sobre a política de Alianças.....	82
Quadro 7: Opinião dos <i>filiados puros</i> sobre o MST.....	85
Quadro 8: Opinião dos <i>filiados com práxis</i> sobre o MST .....	86
Quadro 9: Opinião dos <i>militantes</i> sobre o MST .....	87
Quadro 10: Opinião dos <i>filiados puros</i> sobre socialismo.....	90
Quadro 11: Opinião dos <i>filiados com práxis</i> sobre socialismo .....	91
Quadro 12: Opinião dos <i>militantes</i> sobre socialismo .....	92

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percentual de entrevistados conforme Espectro Ideológico.....	52
Gráfico 2: Espectro Ideológico e Posição sobre a Política Econômica dos Governos Lula ....	52
Gráfico 3: Espectro Ideológico e Opinião sobre a Política Econômica dos Governos Lula ....	53
Gráfico 5: Espectro Ideológico e Socialismo .....	54
Gráfico 6: Percentual de entrevistados conforme tipos ideais.....	54
Gráfico 7: Tipo Ideal e Espectro Ideológico .....	55
Gráfico 8: Opinião dos <i>Filiados</i> sobre a política econômica dos governos Lula.....	55
Gráfico 9: Relação entre o Tipo Ideal e a opinião sobre a política econômica dos governos Lula.....	56
Gráfico 10: Posição dos <i>Filiados</i> em relação à política econômica aplicada durante os governos Lula .....	57
Gráfico 11: Relação entre o tipo ideal e a posição sobre a política econômica aplicada durante os governos Lula.....	57
Gráfico 12: Relação entre o Tipo Ideal e posição sobre socialismo.....	58
Gráfico 13: Relação entre o Tipo Ideal e opinião sobre o caso Busatto.....	59
Gráfico 14: Relação entre o Tipo Ideal e a posição sobre o MST.....	59
Gráfico 15: Escolaridade dos entrevistados .....	61
Gráfico 16: Profissão dos entrevistados .....	61
Gráfico 17: Faixa Etária dos entrevistados.....	62
Gráfico 18: Tempo de filiação dos entrevistados .....	62
Gráfico 19: Média de idade e de tempo de filiação .....	63

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Perfil dos <i>Filiados Puros</i> .....	65
Tabela 2: Perfil dos <i>Filiados com Práxis</i> .....	67
Tabela 3: Perfil dos <i>Militantes</i> .....	70

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>1 MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO E A CONSTRUÇÃO DE VISÕES DE MUNDO</b>	<b>16</b>
1.1 POTENCIAIS E LIMITAÇÕES DA FILOSOFIA COMUM A TODOS OS HOMENS	16
1.2 HEGEMONIA: A PRODUÇÃO DE CONSENSOS	20
<b>2 MILITANTES E FILIADOS, ESQUERDA E MODERADOS</b>	<b>23</b>
2.1 INTRODUÇÃO	23
2.2 MILITANTES E FILIADOS ENQUANTO TIPO IDEAL	24
2.3 O FILIADO PURO E O FILIADO COM PRÁXIS	24
2.4 PRINCIPAIS DIFERENÇAS INTERNAS	25
<b>2.4.1. Concepção sobre socialismo</b>	<b>25</b>
<b>2.4.2. Democracia Interna</b>	<b>27</b>
<b>2.4.3. Ações dos governos Lula</b>	<b>28</b>
2.5 SISTEMATIZAÇÃO: AS POSIÇÕES À ESQUERDA	29
<b>3 PT: DO PODER DAS BASES AO VERTICALISMO</b>	<b>31</b>
3.1 O PODER DAS BASES	31
3.2 O VERTICALISMO	38
3.3 CONEXÃO ENTRE VERTICALISMO E A MUDANÇA DE RUMOS DO PT	45
<b>4 ANÁLISE DA PESQUISA</b>	<b>51</b>
4.1 PRÓLOGO	51
4.2 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS	51
4.3 PERFIL DOS ENTREVISTADOS	60
<b>4.3.1. Filiados puros</b>	<b>63</b>
<b>4.3.2. Filiados com práxis</b>	<b>65</b>
<b>4.3.3. Militantes</b>	<b>67</b>
4.4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	70
<b>4.4.1. Sobre a política econômica</b>	<b>71</b>
<b>4.4.2. Sobre a Política de Alianças</b>	<b>77</b>
<b>4.4.3. Sobre o MST</b>	<b>83</b>
<b>4.4.4. Sobre socialismo</b>	<b>87</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>93</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>100</b>
<b>APÊNDICE</b>	<b>104</b>

APÊNDICE A – MODELO DE QUESTIONÁRIO	104
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	106
<b>ANEXOS</b>	<b>107</b>
ANEXO A - NOTA OFICIAL DA EXECUTIVA DO PT/RS	107
ANEXO B - EM NOME DO DIÁLOGO, CARTA DE RENÚNCIA DE CÉZAR BUSATTO	108

## INTRODUÇÃO

A fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 10 de fevereiro de 1980, trouxe uma nova forma de organização partidária, desconhecida em nosso país até então. Essa novidade foi fruto do processo vivido no Brasil durante a década de 1970 - retomada da participação popular, conjuntura de declínio e crise do regime militar e seu sistema político bipartidário - e constituiu-se, principalmente, da criação de mecanismos para garantir a participação das bases nas decisões partidárias.

Um dos mecanismos considerados fundamentais pela própria base partidária, para esse fim, são os núcleos. Os núcleos são estruturas pequenas que visam ao debate e participação de todos nos processos de deliberação do PT. Podem ser formados por local de moradia ou trabalho, categoria profissional e movimentos sociais. A participação é aberta a qualquer filiado.

Assim, o PT em sua origem tem por característica uma base de militantes bastante atuantes, tanto na defesa das propostas do partido perante a sociedade como nas instâncias partidárias. Sempre foi corrente no partido o pensamento de que essa peculiaridade é a sua grande riqueza, e o que lhe permitiu se diferenciar dos partidos tradicionais, tanto os de esquerda como os de direita.

Hoje o PT é um dos mais importantes partidos do Brasil. Em 1982 o PT elegeu 2 prefeitos e em 1988 passou para 36. Em 1998 já era um dos cinco maiores partidos no Congresso Nacional. Em 2001, estava organizado em 4 098 municípios, ocupava 10% das cadeiras no Legislativo federal, governava 197 cidades e estados e contava com 2 485 vereadores (SOUZA, 2004, p. 56). Em 2002, ganhou pela primeira vez as eleições presidenciais. Hoje é o partido com a maior bancada federal (88 deputados) e com o maior número de deputados estaduais (149 deputados eleitos em 2010<sup>1</sup>). Em recente pesquisa do Vox Populi, dos 48% dos entrevistados que disseram simpatizar com algum partido, 28% escolheu o PT, enquanto os 2º e 3º colocados, PMDB E PSDB, receberam, respectivamente, apenas 6% e 5% das menções (COIMBRA, 2012, p. 27).

Não obstante, o crescimento do partido, tanto em espaços de poder (cujo ponto culminante é a eleição de Lula à Presidência da República), como em número de filiados, trouxe modificações no perfil dos mesmos. Chama a atenção o número crescente de filiados que não participam da vida interna.

---

<sup>1</sup> Para informações sobre o crescimento eleitoral do PT, além de dados relacionados ao partido nas eleições 2012, ver PONT, 2012.

Dessa forma, é fundamental, à análise que propomos fazer neste trabalho, a distinção entre militante e filiado. Utilizamos a definição de militante de César (2002, p. 57), qual seja, “o filiado que tem algum nível de participação ativa na vida partidária”.

O propósito de nosso estudo é verificar se há relação entre práxis - vivência coletiva através de militância partidária e/ou em movimentos sociais- e identificação com projetos mais à esquerda, dentro do PT. A escolha do objeto tem como referencial teórico o materialismo dialético.

De início, gostaríamos de, conjuntamente, verificar em que medida o menor nível de práxis dos filiados foi causa, ou seja, colaborou para a mudança de posicionamento do partido. Observe-se que o filiado, embora não tenha a mesma riqueza de vivência partidária que o militante, pode participar de processos definidores das políticas do partido (prévias<sup>2</sup> ou eleição das direções do partido, por exemplo). Casualidade ou não, concomitante ao “inchamento” partidário e à conseqüente desvalorização dos mecanismos de participação da base nos ditos processos, tem-se a ida do PT cada vez mais ao centro no espectro político brasileiro. Entretanto, o movimento feito pelo PT em direção ao centro no espectro político é um fenômeno nacional, e, com nossos dados, não poderíamos abarcar esse ponto. Fica, contudo, a sugestão para que outros trabalhos aprofundem a questão que trataremos de forma introdutória e absolutamente não conclusiva.

Temos consciência da limitação de nossa pesquisa; o PT é um partido presente em todo o Brasil, e nosso público alvo se constitui exclusivamente de filiados ao partido em Porto Alegre. Além disso, a amostra de pesquisa, composta por filiados<sup>3</sup> do PT em Porto Alegre, não tem a pretensão de ser representativa estatisticamente. Não obstante, nossa proposta não é esgotar o assunto, mas possibilitar reflexão sobre o tema proposto.

No primeiro capítulo, apresentamos nosso referencial teórico principal para a análise que pretendemos fazer: uma avaliação das transformações ocorridas no PT a partir do materialismo dialético. Em outras palavras, nos referenciamos na escola marxista não economicista que compreende a relação de duas mãos entre base e superestrutura. Apresentamos também o conceito de hegemonia de Gramsci, que nos ajuda a compreender como se constitui o pensamento histórico ou senso comum de uma determinada sociedade em determinada época, e nos fornece elementos para entender também a formação da visão de

---

<sup>2</sup> Chama-se Prévias a eleição interna que objetiva definir, pelo voto direto, o candidato do partido em determinada eleição.

<sup>3</sup> Aqui, consideramos ‘filiado’ toda e qualquer pessoa ligada formalmente ao partido, sem fazer a distinção apresentada anteriormente entre militante e filiado.

mundo de cada indivíduo.

No segundo capítulo, apresentamos nosso tipo ideal de militante e de filiado, bem como a diferenciação dos filiados em *filiado puro* e *filiado com práxis*, além do recorte do que consideramos posicionamentos mais à esquerda dentro do Partido dos Trabalhadores a partir da análise das principais diferenças internas durante os governos de Lula.

Iniciamos o capítulo três descrevendo as principais características do Partido dos Trabalhadores dos primeiros anos, o “partido sem padrões”, o partido do “poder das bases”. Na evolução do capítulo, descrevemos as mudanças ocorridas no PT a partir da década de 1990 e maximizadas com a conquista do governo federal. Enfocamos a perda de força dos núcleos de base, da participação dos militantes nos processos decisórios e outros elementos que caracterizam a verticalização do partido. Ao final do capítulo, embasados em nosso referencial teórico, buscamos relacionar essa mudança qualitativa na vida interna do PT com as mudanças de posicionamento que levaram o partido para uma posição mais ao centro no espectro político brasileiro.

No capítulo quatro explicamos, de início, como se deu a metodologia de pesquisa, que foi constituída de duas fases: aplicação de questionários e entrevista semiestruturada. No decorrer do capítulo, procedemos à análise dos questionários aplicados, apresentamos perfil de nossos entrevistados e análise das entrevistas.

Nas considerações finais, buscamos concatenar nosso referencial teórico com a pesquisa realizada e analisar se nossa hipótese verificou-se com embasamento real ou não.

# 1 MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO E A CONSTRUÇÃO DE VISÕES DE MUNDO

## 1.1 POTENCIAIS E LIMITAÇÕES DA FILOSOFIA COMUM A TODOS OS HOMENS

Marx desenvolveu dois conceitos fundamentais para o entendimento de como se dá a construção de visões de mundo sob a ótica do materialismo dialético: base (infraestrutura) e superestrutura.

A base refere-se ao modo de produção (ou estrutura econômica), que, por sua vez, é definido pelo conjunto das relações de produção de uma sociedade.

na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. (MARX, 1983, p. 24)

A superestrutura diz respeito à consciência social (as idéias, a moral, os costumes). Essa consciência é expressa através de relações e instituições jurídicas e políticas. Sistema judiciário, partidos políticos, escolas são exemplos de instituições que fazem parte da superestrutura em que se exprimem concepções relativas ao direito, leis, idéias políticas, pedagogias educacionais que, em seu conjunto, formam a consciência social.

A base é predominante nessa relação:

O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. (MARX, 1983, p. 24)

Dessa forma, a base real condiciona, engendra a visão de mundo de uma determinada época. A título de exemplo, é por conta desse pressuposto que a educação numa sociedade de classes “transmite os modelos sociais da classe dominante, forma os cidadãos para reproduzirem essa sociedade, difunde as idéias políticas dessa classe e reproduz, por isso tudo, a dominação de classe” (GADOTTI, p. 140).

Entretanto, a relação entre base e superestrutura não é uma relação mecânica, engessada, mas dialética. A ação dos homens, embora limitada pelas condições sociais

existentes e pelas categorias mentais que daí resultam, modifica as estruturas sociais e, por isso mesmo, aumenta ou diminui a sua liberdade (GOLDMANN, 1984, p. 85). A superestrutura, portanto, embora condicionada pelo modo de produção, tem influência fundamental para a reprodução ou transformação das relações de produção.

Não obstante, Marx é equivocadamente acusado de determinismo e reducionismo por condicionar (do ponto de vista dos “acusadores”) todos os aspectos de uma análise às relações econômicas (base)<sup>4</sup>. Em verdade, inclusive autores marxistas não conseguiram compreender justamente o “aspecto dialético” do materialismo dialético, ponto fundamental na obra de Marx<sup>5</sup>.

Considerar a consciência como mera determinação do modo de produção de uma sociedade transforma o materialismo histórico-dialético, método construído e aplicado por Marx em sua obra, em um determinismo econômico. Criticando a simplificação mecanicista, Willians (2011, p. 44), coloca que “há claramente uma diferença entre um processo de fixar limites e exercer pressões, seja por alguma força externa ou por leis internas de um desenvolvimento particular, e aquele outro processo em que um conteúdo subsequente é essencialmente prefigurado, previsto e controlado por uma força externa pré-existente”.

A visão determinista leva imediatamente à conclusão de que o homem, reduzido a mero produto da economia, não é sujeito, não pode produzir mudanças. Ou, como disse Genro Filho, a práxis perde seu “fundamento humano para dissolver-se nas forças naturais<sup>6</sup>”.

Como bem expressa Goldmann (1984, p. 126-127), no pensamento marxista as relações de produção não constituem sujeito, não produzem nada; são os homens que atuam,

---

<sup>4</sup> Em carta ao social-democrata alemão Joseph Bloch, Engles (MARX, ENGELS, 1987, p. 41/42), datada de 1890, Engels escreveu: “Marx e eu temos em parte a culpa pelo fato de que, às vezes, os jovens escritores atribuem ao aspecto econômico maior importância do que a devida. Tivemos que enfatizar esse princípio fundamental frente a nossos adversários, que o negavam, e nem sempre tivemos tempo, lugar e oportunidade para fazer justiça aos outros elementos da ação recíproca. Mas quando se tratou de apresentar um período da história, isto é, de fazer uma aplicação prática, o problema foi diferente e não houve erro possível. Entretanto, infelizmente, acontece com freqüência que as pessoas acreditam ter compreendido perfeitamente uma teoria e acreditam poder aplicá-la sem maiores dificuldades a partir do momento em que assimilaram (nem sempre de forma correta) seus princípios fundamentais. Não posso livrar dessa reprimenda muitos dos recentes “marxistas”, explicando-se assim muitas das coisas absurdas que têm produzido”(…). Em outra carta (MARX, ENGELS, 1987, p. 54), esta a Heinz Starkenburg, social-democrata alemão, escrita em 1894, Engels afirma que “os desenvolvimentos político, jurídico, filosófico, religioso, literário, artístico, etc apóiam-se no desenvolvimento econômico. Porém, estes elementos interatuam entre si, reagindo também sobre a base econômica. Não é verdade, portanto, que a situação econômica seja a causa, que só ela seja ativa e tudo o mais passivo”.

<sup>5</sup> Guimarães (1997) sistematiza bem o que chama de ‘as três ondas de expansão do determinismo’: a síntese filosófica de Engels; as elaborações de Kautsky, Plekhanov, Otto Bauer e Max Adler; e, finalmente, o Diamat (materialismo dialético) processo de cristalização do marxismo russo (e peça doutrinária do partido) consolidado com a publicação de “Materialismo dialético e materialismo histórico”, assinada por Stalin, em 1938. Foi a partir dessa terceira onda, segundo Guimarães, que o determinismo histórico tornou-se amplamente dominante no seio marxista.

<sup>6</sup> GENRO FILHO, Adelmo. Introdução à Crítica do Dogmatismo. *Teoria e Política*, 1, São Paulo, 1980, p. 84, *apud* Coelho (2005, p. 110-111).

transformam a realidade e as próprias relações de produção. Quem criou as relações de produção existentes? Os homens, substituindo-as às relações de produção anteriores<sup>7</sup>! Pensar ao contrário, como bem coloca, em um genial paralelo, o sociólogo romeno, seria o mesmo que acreditar que não são os homens quem criam a linguagem, mas que é a linguagem que os cria.

Como diz Genro Filho (*apud* COELHO, 2005, p. 112), embora não seja anterior ao mundo material, a consciência

não é o reflexo da matéria e sim da práxis. Por isso, de certa maneira, a consciência é superior à matéria, pois como parte integrante da práxis ela produz ativamente a realidade humana. (...) A nossa consciência, o nosso pensamento, não apenas podem parecer transcendentais, mas efetivamente transcendem a base material de sua existência, a saber, o cérebro e o mundo sensível<sup>8</sup>

Gramsci aprofundou o estudo sobre a superestrutura e sua obra é de vital importância para fazer as pazes entre o pensamento da escola marxista e o materialismo dialético do próprio Marx<sup>9</sup>, o que Guimarães (1997) chama de “concepção praxiológica da história”.

Para o pensador italiano, não existem “não intelectuais” porque não é possível separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Assim, todo homem é um filósofo à medida que não só participa, mas contribui para manter ou modificar uma concepção de mundo.

Outrossim, não existe filosofia em geral, mas diversas filosofias (visões de mundo). A partir daí faz os seguintes questionamentos: como ocorre a escolha de uma filosofia? É esta escolha um fato puramente intelectual, ou é um fato mais complexo?

<sup>7</sup> Ou como escreveu Marx (2006, p. 118) em sua terceira tese sobre Feuerbach “a doutrina materialista que supõe que os homens são produtos das circunstâncias e da educação e, em razão disso, os homens transformados são produtos de outras circunstâncias e de uma educação modificada, esquece-se de que são justamente os homens que transformam as circunstâncias e que o próprio educador precisa ser educado”.

<sup>8</sup> GENRO FILHO, Adelmo. Introdução à Crítica do Dogmatismo. Teoria e Política, 1, São Paulo, 1980, p. 84, *apud* Coelho (2005, p. 112)

<sup>9</sup> Genro Filho (1988, p. 13) sintetiza “alguns traços gerais que denotam um sentido comum” à contracorrente marxista: 1) a tentativa de recuperar da dissolução cientificista algumas determinadas problemáticas tipicamente filosóficas de alcance ontológico; 2) a busca de abordagem capaz de romper radicalmente com o materialismo mecanicista e naturalista do século XVIII; 3) a valorização do conceito de práxis, da relação produtiva e complexa entre a teoria e a prática, sujeito e objeto, em resposta à separação entre o saber científico e a execução prática do “marxismo oficial”; 4) esforço para resgatar o sujeito, a valorização das realidades espirituais e da consciência no processo político e nos rumos gerais da história através da crítica do determinismo econômico e da noção de leis naturais na história; 5) resgate e valorização dos textos filosóficos do “jovem Marx” (o que não significa, salienta Genro, contrapor os escritos da juventude de Marx aos textos de maturidade); 6) tentativa de reavaliar criticamente a relação de Marx e Engels com a filosofia de Hegel; posição crítica em relação ao stalinismo, os rumos do Estado Soviético e da III Internacional.

Para Gramsci, a concepção de homem não pode se limitar à sua individualidade (espírito). Se no estudo da natureza humana a individualidade tem que ser levada em conta, não menos importantes são suas relações com os outros homens e com a natureza.

Da mesma forma que o “ser social” de Marx, o homem se constrói a si próprio e se transforma continuamente à medida que modifica o ambiente e, dialeticamente, à medida que este é modificado. Ou seja, a individualidade não tem nada de natural, eterno ou estático. Ao contrário, sua síntese é o conjunto das relações sociais (ambiente), que estão sempre em movimento.

Adquirir uma personalidade significa adquirir consciência dessas relações. A partir daí, o indivíduo passa a agir com autonomia, tendo inclusive capacidade de modificar sua própria personalidade através da transformação da forma como interage com o ambiente; em outras palavras, a forma como se porta nos diversos âmbitos de sua vida; como se enxerga e como enxerga as relações sociais; como atua concretamente sobre a realidade buscando modificá-la.

Mas o fato de considerar que os homens se encontram em estágios diversos de autonomia intelectual, porquanto alguns não superam a concepção do senso comum, não leva Gramsci a uma contradição com sua afirmação de que todo homem é filósofo?

O próprio autor se antecipa à acusação, ao dizer que “não se trata de introduzir *ex novo* uma ciência na vida individual de todos, mas de inovar e tornar crítica uma atividade já existente” (GRAMSCI, 1995, p. 18). Ou seja, para conquistar uma personalidade o indivíduo precisa iniciar um processo de questionamento de sua própria filosofia para que tenha condições, através dessa crítica permanente, de superar o modo de pensar histórico<sup>10</sup>.

Nem sempre a teoria (pensamento) e a ação (prática) estão em consonância. À oposição entre ambos, Gramsci dá o nome de duas consciências ou consciência contraditória, fenômeno que acontece especialmente na primeira etapa de superação do pensamento histórico, ou seja, quando o indivíduo, através de um instinto de distinção, separação e independência, começa a ter consciência política, ou consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica.

Isso se explica pelo fato de que a compreensão crítica de si mesmo é obtida “através de uma luta de hegemonias políticas de direções contrastantes”. Ou seja, quando inicia o árduo processo de crítica a seu próprio modo de pensar, o indivíduo começa a enxergar a

---

<sup>10</sup> “Modo de pensar histórico” no sentido de consciência social de uma época (senso comum) sob o postulado de que não é algo natural, mas construído socialmente e relacionado com a organização material dos meios de produção (base).

complexa rede de influências a que está submetido e que forma a maneira de pensar da sociedade – o “pensamento concreto” ou “mundo cultural existente”. No entanto, a relação entre o pensamento do senso comum e o pensamento autônomo não é mecânica; compreender que existe condicionamento não significa deixar de sê-lo.

Mesmo que de modo inconsciente, todo homem atua e exerce influência sobre o mundo. A razão para isso é a mesma pela qual todo homem é filósofo: à medida que “participa de uma concepção de mundo, contribui para mantê-la ou modificá-la” (GRAMSCI, 1982, p. 7-8). A diferença é que em um primeiro momento o indivíduo faz isso sem consciência teórica. Portanto, não é sujeito: quando adquire personalidade é que passa a sê-lo, ou seja, conquista a capacidade de atuar sobre o mundo e buscar sua transformação de forma consciente<sup>11</sup>. Isso vem a ser a filosofia da práxis.

Entretanto, o fato é que nem todos conseguem adquirir o desenvolvimento intelectual autônomo (crítico), fator fundamental para a formação de seres humanos autônomos e sujeitos da história. Para entendermos por que isso acontece é pertinente recorrer ao conceito de hegemonia.

## 1.2 HEGEMONIA: A PRODUÇÃO DE CONSENSOS

Existem dois modos de se conseguir manter uma relação de dominação: a coerção e o consenso.

O consenso é o modo mais completo porque se dá através da subordinação ideológica: as classes subordinadas tomam emprestada da classe que detém a hegemonia sua visão de mundo. Em outras palavras, enxergam o mundo a partir de uma visão que não é a sua.

O consenso é a completação da hegemonia. Significa que o modo de explicar o mundo de determinada classe ou fragmento passou a ser o “código imediato de explicação e interpretação da realidade, válido para todos” (FRATESCHI et al, 1991).

Entretanto, isso não quer dizer tão somente que, conforme a relação de hegemonia se mantenha ou mude de lado, muda-se a concepção de mundo, o “ponto de vista”, sem qualquer análise qualitativa quanto a sua validade. É necessário lembrar que a alienação é fator determinante para a reprodução da dominação em uma sociedade dividida (de classes).

---

<sup>11</sup> Sánchez Vázquez (2007) faz construção semelhante, distinguindo a consciência comum da consciência reflexiva, esta última condição necessária para uma práxis social transformadora.

A alienação faz com que as classes subalternas não consigam perceber as próprias relações de subordinação a que estão submetidas, no sentido de que não lhes é possível concatenar, estabelecer relações entre causa e efeito.

Por isso, a superação do senso comum não é senão a possibilidade de descortinar o conjunto das relações que fazem parte e condicionam a vida social. Löwy explica da seguinte forma: “A burguesia pode chegar ao poder sem uma consciência lúcida dos acontecimentos [...] o proletariado, pelo contrário, não pode tomar o poder, transformar a sociedade senão por uma série de ações deliberadas e conscientes” (LÖWY, 1987, p. 200).

Desse modo, distinguindo as relações sociais que mantêm a subordinação de classes, ao homem caberá não apenas o desprendimento em relação ao pensar sob o ponto de vista da classe dominante; para além disso, a tomada de consciência significa a possibilidade de enxergar de fato a verdade histórica.

Entretanto, é importante frisar, isso não quer dizer que o indivíduo vá chegar a “a verdade” do ponto de vista positivista, que a entende como eterna e imutável e, portanto, a-histórica. Segundo o paradigma marxista, é possível chegar à verdade, mas do ponto de vista da “verdade de determinada época”; a verdade descoberta continuará sendo válida (apenas) enquanto perdurarem as condições concretas observadas. Isso confere historicidade à análise, inexistente no paradigma positivista, ao mesmo tempo em que supera a armadilha do relativismo total.

Como já mencionamos, a visão de mundo de cada indivíduo é construída a partir de processos pedagógicos permanentes efetivados pela relação que se tem com outras pessoas, bem como pelo conjunto de suas interações sociais. Essas relações são hegemonias (éticas/morais, políticas) em disputa na formação de cada “filósofo”. Por isso, a disputa de hegemonia ocorre tanto em nível macro (entre as classes e forças que compõem uma nação ou em nível internacional), como também sobre cada indivíduo. Assim, para superar o pensamento histórico, segundo Gramsci,

é preciso elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em cada um em determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação com o esforço muscular-nervoso no sentido de um novo equilíbrio e conseguindo-se que o próprio esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova continuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção do mundo.(GRAMSCI, 1982, p. 08)

Como coloca Ianni (1984, p. 23), não se trata de conferir autonomia a uma ou outra dimensão da realidade social, mas “é essencial que a análise dialética compreenda a maneira

pela qual se relacionam, encadeiam e determinam, reciprocamente, as condições de existência social e as distintas modalidades de consciência”. A passagem acima é uma genial aplicação desse materialismo dialético que jamais separa as modalidades de consciência das condições de existência social. Gramsci nos mostra que o indivíduo pode modificar sua visão de mundo; para isso precisa compreender as relações sociais a que está ligado através de um esforço crítico sobre sua própria atividade intelectual. Entretanto, para que a nova concepção de mundo (superestrutura) se consolide, é necessário transformar as condições materiais (base) de modo que essas sejam a base objetiva da nova consciência social.

Como descreveremos mais adiante, entendemos que a nova estrutura partidária construída com o surgimento do PT, que possibilitava intensa práxis coletiva e desconstituiu relações de dominação como dirigentes/dirigidos, servia de base para o pensamento progressista do PT dos primeiros anos e possibilitava a superação do pensamento histórico por parte de seus militantes.

## 2 MILITANTES E FILIADOS, ESQUERDA E MODERADOS

### 2.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresentaremos nossa definição de militante e filiado enquanto tipos ideais, que serão fundamentais para a verificação de nossa hipótese.

Faremos também breve exposição sobre o que consideramos as principais diferenças, até o final do segundo mandato de Lula, entre as correntes de esquerda e as correntes moderadas do PT.

Como se sabe, o Partido dos Trabalhadores possui diversas correntes ou tendências internas. Algumas existem desde antes da fundação do PT. Algumas são de âmbito nacional, outras só existem em alguns estados. Segundo Pont:

o direito de tendência, uma novidade na esquerda brasileira, era a expressão da rica pluralidade que marcou o PT em seu nascedouro. [...] Esse espontaneísmo e essa pluralidade criavam problemas para um azeitado funcionamento partidário, mas foram também um antídoto seguro contra o sectarismo e o caudilhismo populista tão arraigados em nossa tradição partidária. (PONT, 2002, p. 149)

Também para Florestam Fernandes, as tendências organizadas, por conta das “críticas e fricções constantes”, ajudam a restringir o monopólio do micro poder partidário e amenizar o processo de burocratização<sup>12</sup>.

Como diz Bobbio (1995, p. 92), os conceitos esquerda e direita são relativos por conta de sua mobilidade latente ocasionada pelo caráter indeterminado dos conteúdos. Assim, correntes consideradas mais à esquerda podem, eventualmente, ter posições consideradas mais ao centro, como, por exemplo, o apoio do MES (Movimento Esquerda Socialista, hoje no P-SOL), a Tarso Genro, na prévia contra Olívio Dutra em 2002.

No entanto, buscaremos sintetizar as diferenças entre os campos petistas (esquerda e moderados) durante os governos de Lula com base em 03 eixos: concepção de socialismo, democracia interna e ações dos governos Lula. Essa breve explanação das principais diferenças internas existentes no PT no decorrer dos governos de Lula ajudará, acreditamos, a explicar nossas escolhas para a definição do que consideramos, para análise dos questionários

---

<sup>12</sup> No entanto, Secco (2011, p. 196) sugere que “um aspecto pouco considerado na história do PT é que as tendências de esquerda ou de direita mimetizaram a mesma lógica do partido como um todo[...] a preeminência dos parlamentares é que acabava por moldar a política adotada”.

aplicados e das entrevistas, posições mais à esquerda no PT, as quais serão apresentadas no final do capítulo.

## 2.2 MILITANTES E FILIADOS ENQUANTO TIPO IDEAL

Consideramos *militante* o filiado que se mantém informado sobre o que acontece no partido através do próprio partido, através da participação em instâncias partidárias como núcleos, zonais, plenárias. O militante de tipo ideal participa, também, de atividades como passeatas e panfletagem. Por fim, consideramos que o militante, por não entender o ato de filiação como um fim em si mesmo, tende a participar de outros movimentos sociais, onde defende os pontos de vista ou a ideologia partidária. Em oposto, o filiado não militante de tipo ideal não participa de instâncias partidárias ou de atividades coletivas, sejam organizadas pelo partido ou por movimentos sociais, e mantém-se informado sobre o partido através da imprensa.

O filiado, portanto, está em contraposição ao militante no que tange à participação na vida interna do partido (participação que pode se dar não apenas em núcleos, mas zonais, assembleias, associação a alguma corrente interna).

No entanto, a partir de análise mais apurada dos questionários, sentimos necessidade de dividir os filiados em dois grupos antes mesmo de partir para o processo de entrevistas, o que explicaremos a seguir.

## 2.3 O FILIADO PURO E O FILIADO COM PRÁXIS

A partir da análise dos questionários, durante o processo de escolha e contatos para a realização das entrevistas, verificamos uma importante diferença entre os filiados: há filiados que não têm nenhum tipo de militância, nem partidária nem em movimento social; e filiados (não raros) que, embora não tenham militância partidária, possuem atuação, muitas vezes marcante, em movimentos sociais. Há também filiados que tiveram intensa vivência partidária, mas atualmente não, inclusive pelas mudanças na vida interna do PT, que dificultam a participação (como apareceu em várias falas de entrevistados).

A partir dessa constatação, demo-nos conta de que, para sermos coerentes com nosso referencial teórico, que considera a práxis como fundamental para a constituição de visões de

mundo, não poderíamos desconsiderar essa diferença; classificamos então os filiados em dois grupos: os *Filiados Puros* e os *Filiados com Práxis*. Embora ambos se caracterizem por não participar de forma ativa da vida interna do partido, os *filiados puros* também não possuem militância fora do partido, enquanto os *filiados com práxis* têm atuação em movimentos sociais e/ou já tiveram intensa atuação partidária.

## 2.4 PRINCIPAIS DIFERENÇAS INTERNAS

### 2.4.1. Concepção sobre socialismo

O conceito de socialismo petista, por mais limitado por conta da incapacidade do partido de aprofundá-lo e detalhá-lo, é um item fundamental de ser averiguado na aplicação do questionário e investigado nas entrevistas.

Desde os primeiros anos do PT, houve disputa entre o grupo de Lula, denominado *Articulação* a partir do *Documento dos 113*, elaborado pouco antes do Encontro Estadual de São Paulo, em agosto de 1983, e os *grupos organizados*, assim chamados os grupos marxistas em grande parte existentes desde antes da fundação do PT, em sua maioria trotskistas, com ligações internacionais e que mantinham organização autônoma à organização partidária, como, por exemplo: a Democracia Socialista (DS), historicamente ligada ao Secretariado Unificado da IV Internacional, cuja principal referência era o economista marxista/trotskista Ernest Mandel; a Convergência Socialista (CS), ligada à IV Internacional de Nahuel Moreno; O Trabalho (OT), referenciado no francês Pierre Lambert; a Causa Operária, também trotskista; o Partido Revolucionário Comunista (PRC), autoproclamado marxista-leninista; o Movimento pela Emancipação do Proletariado – MEP<sup>13</sup>.

A Articulação criticava os grupos organizados de esquerda por manter uma organização paralela e querer impor visão única e ortodoxa de socialismo<sup>14</sup>. No entanto, nos

<sup>13</sup> A Democracia Socialista (que em 2005 rompeu ligações com a IV Internacional, pois essa considerava equivocada a participação de quadros da DS no governo Lula) e o O Trabalho até hoje são tendências internas ao PT. A Causa Operária, expulsa do PT em 1991, e a Convergência Socialista, expulsa em 1992, originaram, respectivamente, o Partido da Causa Operária (PCO) e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). o MEP passou por processos de racha, fusão com outras organizações e troca de nome (Movimento Comunista Revolucionário-MRC, Força Socialista), até dar origem à Ação Popular Socialista (APS) que se desliga do PT em 2005 e passa a ser uma importante tendência do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). O PRC se transformou radicalmente, gerou a Nova Esquerda (os militantes que não aceitaram os novos rumos fundaram o Movimento por uma Tendência Marxista - MTM) e posteriormente, com o nome de Democracia Radical (DR), foi parte constituinte do chamado Campo Majoritário do PT (ver Nota de Rodapé nº 17).

<sup>14</sup> “(...)os militantes do PT devem compreender com clareza que os grupos organizados atuam no PT

primeiros anos a articulação fazia essa diferenciação sem negar o socialismo ou o marxismo:

Ao contrário do que afirmam os grupos organizados, o marxismo não é propriedade sua nem de ninguém. E, muito menos, não é obrigatório estar integrado a uma seita que se autoproclama marxista e leninista, comunista e revolucionária, para ser tudo isso na verdadeira acepção da palavra. (POMAR E DIRCEU, 1986, p. 35)

A parte a seguir do discurso de Lula na 1ª Convenção Nacional do PT, em 1981, era direcionada para fazer essa diferenciação em relação aos grupos organizados e já seguia a mesma linha:

Há muita gente que pergunta: qual é a ideologia do PT? O que pensa o PT sobre a sociedade futura [...] Não seria o PT apenas um partido social-democrata, interessado em buscar paliativos para as desigualdades do capitalismo? Sabemos de onde vêm essas dúvidas e essas interpretações. E sabemos disto até porque são compartilhadas por alguns militantes do próprio Partido, que construíram, para si, a teoria estranha de que o PT é uma frente ou um partido apenas tático. [...] Nós, do PT, sabemos que o mundo caminha para o socialismo [...] Os trabalhadores são os maiores explorados da sociedade atual. Por isso sentimos na própria carne e queremos, com todas as forças, uma sociedade que, como diz o nosso programa, terá que ser uma sociedade sem exploradores. Que sociedade é esta senão uma sociedade socialista?<sup>15</sup>

Nesse momento, dois aspectos do discurso da articulação garantiam a unidade com as tendências da esquerda petista, quais sejam, a crítica à socialdemocracia e ao socialismo do Leste Europeu:

Sabemos que não nos convém, nem está em nosso horizonte, adotar a idéia do socialismo para buscar medidas paliativas aos males sociais causados pelo capitalismo ou para gerenciar a crise em que este sistema econômico se encontra. Sabemos, também, que não nos convém adotar como perspectiva um socialismo burocrático, que atende mais às novas castas de tecnocratas e de privilegiados que aos trabalhadores e ao povo<sup>16</sup>.

Dessa forma, nos primeiros anos a unidade é possível em torno da defesa do socialismo democrático. No entanto, no decorrer da década de 1990, dirigentes petistas, em especial da Articulação e da Nova Esquerda<sup>17</sup>, passaram a fazer inflexões no discurso, abrindo

---

basicamente em seu próprio benefício e não em benefício da construção do PT. A DS e O Trabalho não dizem isso explicitamente, mas basta ler com atenção seus documentos para constatar essa verdade. O PRC diz tal coisa explícita e claramente, afirmando inclusive que deve combater o “socialismo” do PT (POMAR E DIRCEU, 1986, p. 35). Para quem se interessar pelo debate da época: houve resposta intempestiva de Adelmo Genro Filho (Contra o Socialismo Legalista: uma resposta a Wladimir Pomar), que pode ser lido na mesma publicação (ver Referências).

<sup>15</sup> Discurso de Lula na 1ª Conferência do Partido dos Trabalhadores (site Fundação Perseu Abramo).

<sup>16</sup> Idem, op cit.

<sup>17</sup> Para os interessados no assunto, é absolutamente fundamental a obra de Coelho (2005) que aprofunda o estudo e as transformações pelas quais passaram duas correntes, Articulação e PRC (denominado Nova Esquerda, a partir de 1989, e Democracia Radical a partir de 1992) que, no decorrer da década de 1990

as portas para o que as correntes de esquerda consideravam “heterodoxia semi-liberal”, conforme analisado pelo então dirigente da Articulação Valter Pomar<sup>18</sup> que, por discordar dessa guinada à direita, foi um dos líderes da Hora da Verdade (HV), racha da Articulação que gerou a Articulação de Esquerda (AE), corrente da esquerda petista fundada em 1993.

Luiz Gushiken, dirigente da Articulação, em seminário nacional da corrente, em 1994, defendia que era preciso repensar o programa partidário para evitar que a crítica ao capitalismo desaguasse em

dualidades maniqueístas (capitalismo versus socialismo, privatização versus estatização, indivíduo versus sociedade, etc.). Essas dicotomias obscurecem a compreensão e solução dos problemas. A questão verdadeira é saber onde os limites devem ser traçados em cada caso concreto. Por exemplo, é óbvio que deve existir a propriedade privada, mas também é óbvio que ao Estado cabe exercer o controle e a regulamentação [...]. O mercado deve existir, mas suas leis cegas e descontroladas não podem se impor às necessidades dos indivíduos e nações. (GUSHIKEN<sup>19</sup>, apud Coelho, 2005, p. 233)

Em síntese, a disputa, para a Articulação, passou a ser “qual capitalismo e não capitalismo ou socialismo” (Coelho, 2005, p. 385). Esse quadro se cristalizou com a formação do “Campo Majoritário”, arquitetura política desenvolvida no decorrer dos anos 1990 e consolidada a partir da aliança entre as correntes Articulação e Democracia Radical, no 10º Encontro Nacional, quando os moderados petistas retomaram o comando partidário.

Desse modo, a partir das entrevistas, buscaremos inferir a que tipo de socialismo os filiados e militantes do PT se referenciam: se no socialismo que unificava o PT dos primeiros tempos, e ainda defendido por parte da esquerda partidária; ou o socialismo defendido pelos moderados, como sinônimo de cidadania, buscando um capitalismo com face mais humana, identificado, portanto, com o conceito defendido pela social democracia.

#### **2.4.2. Democracia Interna**

Como veremos no capítulo 4, historicamente a esquerda petista lutou internamente pelo empoderamento das instâncias de base e criticou, à medida que isso veio a acontecer, o

---

constituíram o chamado Campo Majoritário do PT, garantindo uma direção partidária hegemônica e socialdemocrata. O autor analisa também as táticas utilizadas por dirigentes dessas correntes para introduzir o debate “heterodoxo” e isolar a esquerda petista.

<sup>18</sup> POMAR, Valter. O Lobo, o Calcanhar de Aquiles e a Articulação. In: Avaliação do 1º Congresso. Articulação – Tendência Interna do PT. CSBH, Fundo DN; Caixa CADERNOS/PT/TENDÊNCIAS, citado em Coelho (2005, p. 219).

<sup>19</sup> GUSHIKEN, Luiz. O PT, seus impasses e perspectivas. In: O Futuro do PT: Seminário Nacional da Articulação Unidade na Luta. [s.l.], mimeo, 1995, p. 42.

afastamento da direção das bases partidárias.

Já no Encontro Nacional de 1984 as alas da esquerda petista mostravam-se preocupadas com o esvaziamento dos núcleos de base caso esses não fossem empoderados, passando a ter poderes deliberativos.

No entanto, desde os primeiros debates, o campo dos moderados foi vencedor, e os núcleos passaram a ter uma posição cada vez mais secundária na vida partidária, em quase nada lembrando o papel fundamental que tiveram na fundação do partido e em seus primeiros anos.

Por algum tempo, após o escândalo do mensalão, em 2005, as chapas mais representativas no interior do partido, inclusive frações do antigo Campo Majoritário<sup>20</sup>, voltam a colocar no centro do debate a demasiada autonomia das lideranças e o distanciamento das bases partidárias.

### **2.4.3. Ações dos governos Lula**

Segundo Lacerda (2002), as maiores discordâncias entre as correntes da esquerda e as alas moderadas do PT durante suas duas primeiras décadas se referiam basicamente à inserção do partido nas instituições políticas: a esquerda partidária defendia a primazia da luta social sobre o avanço institucional.

Embora a esquerda partidária não fosse contrária à ocupação de espaços na institucionalidade e a ala moderada não fosse contrária à luta social, a diferença é que, para a esquerda petista, a luta social deveria sempre preceder aos avanços institucionais (a ampliação dos espaços do partido na institucionalidade não teria sentido sem crescimento da mobilização e organização popular), enquanto que para os moderados seria pertinente avançar na institucionalidade mesmo sem concomitante avanço popular.

Além disso, a política de alianças também é um debate central nesse período, pois “a ampliação do campo de aliados [...] requer um programa distanciado da busca pelo socialismo, objetivo que não interessa a vários aliados. Por outro lado, a diminuição do campo de aliados permite o desenho de um programa menos distante do objetivo estratégico” (Lacerda, 2002, p. 57-58).

Dessa feita, a partir do estudo dos Encontros Nacionais de 1993 a 1999, Lacerda demonstra que a esquerda partidária invariavelmente defendeu políticas de alianças mais

---

<sup>20</sup> Parte do antigo Campo Majoritário formou, com a corrente Democracia Socialista e outras correntes de menor porte, como a Esquerda Democrática, o campo interno denominado Mensagem ao Partido.

programáticas e, portanto, mais restritas do que a política da Articulação e demais grupos moderados.

Conforme Amaral (2010, p. 176), as principais divergências ideológicas e programáticas no interior do PT durante os governos Lula não são as mesmas que permearam toda a vida partidária até o final da década de 1990 (denominadas por Amaral “distinções tradicionais”). Mesmo no que tange à política de alianças, apenas a Articulação de Esquerda, dentre as maiores correntes, defendeu no PED 2009 uma política de alianças restrita aos partidos de esquerda. A Democracia Socialista, já no campo político Mensagem ao Partido, não o fez.

As divergências internas, no entanto, continuaram, principalmente por conta de temas advindos da gestão de Lula no governo federal.

Os moderados, através do Campo Majoritário, haviam formulado e sustentado internamente, antes da eleição, a *Carta aos Brasileiros*<sup>21</sup>, em que Lula se comprometia, dentre outras coisas, em manter o superávit primário e o equilíbrio fiscal. Com Lula eleito, o Campo Majoritário defendia incondicionalmente as ações do governo, enquanto as correntes de esquerda reagiam à “manutenção de uma política econômica ortodoxa, com elevados superávits primários e taxas de juros, assim como a ampliação da autonomia do Banco Central, (que) marcou uma posição de continuidade com os ajustes pró-mercado do período FHC” (Amaral, 2010, p. 177/178).

Amaral destaca que, no PED 2009<sup>22</sup>, duas chapas criticaram fortemente a política econômica (recebendo, juntas, apenas 2% dos votos), quatro chapas manifestaram “apoio crítico” e duas chapas apoiaram incondicionalmente a política econômica do governo Lula.

## 2.5 SISTEMATIZAÇÃO: AS POSIÇÕES À ESQUERDA

Com base no apresentado até aqui, apresentamos nossa sistematização do que consideramos, durante os governos de Lula e para sua avaliação, posicionamentos que consideramos como “de esquerda”:

- *Política econômica*: crítica (ao menos, crítica à visão apologética sobre) à política econômica dos governos Lula; inconformidade com as metas de superávit primário;

<sup>21</sup> Chamada pejorativamente pela esquerda do PT de “Carta aos Banqueiros”.

<sup>22</sup> Interessante destacar que, segundo o autor, nos PED 2005 e 2007 o grau de dissenso sobre o tema era bem maior do que no PED 2009. Amaral(2010) avalia que no PED 2009 importantes tendências da esquerda petista, como Articulação de Esquerda e Democracia Socialista, passaram a ter posição mais próxima a da principal corrente moderada, a Construindo um Novo Brasil. Por isso as chapas que criticaram a política econômica receberam apenas 2% dos votos.

contrariedade à autonomia do Banco Central; crítica a nomes conservadores na área econômica do governo federal;

- *Política de Alianças*: posicionamento em favor de política de alianças programática, menos ampla, restrita aos partidos de esquerda e centro-esquerda, e, conseqüentemente, crítica à ampla política de alianças aplicada pelo PT durante os governos Lula;

- *MST*: visão positiva sobre o movimento e sobre as ocupações;

- *Socialismo*: concepção mais próxima ao socialismo- aqui entendido como ideário que busca a superação do capitalismo- do que ao ideário social democrata.

Além disso, consideramos também como relevante no rol de posições que caracterizam a esquerda do partido: *a)* o apoio a movimentos sociais em suas reivindicações junto ao Governo Federal, mesmo durante os governos do PT, e *b)* crítica às decisões partidárias sem consulta à base.

Através da verificação do posicionamento dos que responderam ao questionário e/ou dos que foram entrevistados, buscaremos verificar se há relação entre posicionamentos que consideramos mais à esquerda e o grau de militância, conforme formulação de nossa hipótese.

### 3 PT: DO PODER DAS BASES AO VERTICALISMO

#### 3.1 O PODER DAS BASES

O Partido dos Trabalhadores nasceu em uma conjuntura favorável que unia crise de legitimidade do regime militar com ascenso dos movimentos populares. No bojo da participação popular, houve a criação de mecanismos que propiciaram o aumento do capital social<sup>23</sup> (o fortalecimento dos sindicatos e a fundação da CUT são exemplos). Além das lutas sindicais de grandes categorias como bancários, metalúrgicos e trabalhadores do transporte e construção civil, havia a reivindicação do direito à sindicalização por parte dos trabalhadores públicos, e a reorganização dos movimentos estudantis<sup>24</sup>. A fundação do PT é um marco deste processo.

O depoimento de uma de nossas entrevistadas ilustra bem o fato de que o PT canalizou a rebeldia (até então abafada) de muitos jovens que viveram durante a ditadura militar sem poder expressar seu descontentamento:

A primeira vez que eu ouvi falar no PT foi fora do Brasil. Eu morei na Costa do Marfim, e lá, em 1979, nós tínhamos um conhecido na embaixada, e ele recebia as informações, via as informações que chegavam do Brasil e a gente via coisas que não saíam na imprensa. Então lá que eu tive as primeiras informações sobre Luis Inácio da Silva de uma forma bastante real do que acontecia, e não aquilo que saía no Jornal Nacional ou nas emissoras compactuadas com o governo, que não desenvolviam, não davam essas informações. E aquilo me aguçou “Bah, quando chegar no Brasil... que maravilha que isso tá acontecendo...”. Porque eu vivi o tempo da ditadura mesmo, eu morei ao lado do Restaurante Universitário, aqui na Azenha, então eu vi a repressão comendo ali nos estudantes, estudei no Julinho, quando eu estudei na UFRGS, estudei numa faculdade que não tinha um grande histórico de militância, mas a gente foi fechado dentro da faculdade, jogado gás lacrimogênio pela janela... Então a gente sentia isso, mas eu não tinha uma participação em nenhuma entidade estudantil que pudesse organizar. Eu era contra, mas não canalizava essa revolta e essa divergência pra nada que construísse alguma coisa, então me deu uma satisfação muito grande em ter essas notícias. Então quando eu cheguei e essa minha amiga me apresentou pro pessoal do partido eu automaticamente já me identifiquei, e aí já comecei a fazer a militância no movimento comunitário, na zonal 113, depois na zonal 159, na Formação de núcleos, núcleo da CEFER... (ENTREVISTA n° 13)

<sup>23</sup> Referimo-nos, aqui, ao capital social no sentido de confiança social - desde a que as pessoas têm uma nas outras (interpessoal) até a confiança nas instituições - e solidariedade. Segundo Schmidt (2004, p. 147-148), “as tentativas de mensuração do capital social incluem diferentes metodologias, que abarcam desde relações informais a relações formais”, e uma das modalidades de mensurar o capital social é “investigar o grau de compromisso cívico e participação política dos cidadãos (eleições, manifestações de reivindicação e de protesto, partidos, grupos de pressão)”. Segundo Baquero e Prá (2007) “nas teorias de capital social a confiança social é vista tanto como causa quanto como efeito de envolvimento político (p. 176), e “quanto mais as pessoas trabalham juntas, praticam a reciprocidade e desenvolvem a confiança, mais o capital social se fortalece” (p. 190).

<sup>24</sup> Sobre o contexto histórico da fundação do PT, ver PONT (2002).

O fato de pesquisas<sup>25</sup> realizadas nos primeiros anos do partido apontarem que parte considerável dos militantes do PT tinham experiência com alguma forma de militância coletiva sugere um movimento dialético, onde o contexto político possibilitou que uma vanguarda (maior capital social), aproveitando-se de conjuntura favorável (crise do regime militar), construísse organizações coletivas que, por sua vez, por terem explícitos valores como a democracia, o respeito às decisões de base, a ética nas relações e a transparência nas decisões, estimulavam o capital social.

A trajetória do PT não se diferencia apenas por ter nascido através da mobilização de movimentos sociais, enquanto os demais partidos nasciam a partir de parlamentares. É fundamental à formação da identidade do PT a defesa do que Florestam Fernandes (2006) chamava de “democracia petista” e Pont (2002) de “poder das bases”<sup>26</sup>, ou seja, o entendimento de que o partido não possui donos (“partido sem patrões”) e, portanto, tem de ser garantida a todo filiado a participação nas decisões dos rumos do partido. Estudando a fundação do PT, Lacerda (2002, p. 53) afirma que àquela época “o trabalho de base fundamenta [va] toda a ação e doutrina do partido, portanto, a base deve [ria] sempre ser consultada antes de qualquer decisão partidária de grande importância”.

Um dos elementos comuns à maioria dos grupos que formaram o PT era a crítica aos partidos comunistas por sua forma de fazer política pelas cúpulas, excluindo as bases das decisões mais importantes (Coelho, 2005, p. 58-59). O PT deveria se pautar por outra concepção, valorizando a participação de todos, o debate e a autonomia dos movimentos sociais.

A instância principal para pôr em prática o pensamento do “poder das bases” é o núcleo. No próprio Regimento Interno do PT, o primeiro capítulo registra o núcleo como base fundante da organização partidária.

Mais do que a legitimação em estatuto, os núcleos serviam para construir e reproduzir no partido uma cultura política que exigia práticas coletivas. Os militantes sentiam-se sujeitos ativos, e para os novos era passada a importância da militância política, muito mais abrangente do que a simples participação em eleições esporádicas. “Somos um partido para o

---

<sup>25</sup> Entre os entrevistados de Gaglietti (1999), 63% militavam no movimento estudantil quando de sua filiação ao PT, enquanto 23% participavam de movimentos de base das igrejas e 8,5% estavam no movimento sindical. Em Novaes (1993), vemos que, entre os delegados eleitos ao VII Encontro Nacional do PT (1990) e ao I Congresso do PT (1991), em torno de 65% atuavam em um dos três segmentos ou no movimento popular.

<sup>26</sup> Essa característica de respeito ao poder das bases fez com que o PT se diferenciasse, inclusive, dos partidos ortodoxos de esquerda, onde a hierarquia é bem caracterizada pela figura do Comitê Central, que toma verticalmente as decisões.

ano inteiro e não só para eleições”, segundo Pont (2002), era das idéias correntes. Mais uma vez, o depoimento de nossa entrevistada 13 ilustra bem o grau de comprometimento militante e trabalho de base que havia no PT naquela época:

Foi maravilhoso! A nossa zonal era uma zonal forte em Porto Alegre, a zonal 113. Tinha um trabalho de relação com as pessoas muito forte. A gente andava na Volta da Cobra, no campo da Tuca, a gente tinha uma relação com as pessoas mesmo, com a construção partidária a partir da base, que era uma coisa muito, muito rica. Isso era uma coisa que me fascinava muito, sabe, de tu ver o resultado desse trabalho, de tu ver por exemplo as conquistas do Orçamento Participativo que as pessoas tavam tendo... eu tinha “nucleado” aquelas pessoas... já tinha visitado as casas delas, e o Olívio fazia muito isso com a gente, né, nos mutirões que a gente fazia. De entrar de casa em casa, de tomar café com as pessoas, então isso era a nossa rotina de final de semana. Era trabalho de conversar com as pessoas. Sentar com as pessoas, de construção mesmo. Dava um prazer muito grande. No primeiro ano do governo Olívio, ver aquelas pessoas que a gente tinha visitado há sei lá, cinco anos atrás, e elas “realmente, eu acreditei e isso aconteceu” era uma alegria muito grande. Dava uma satisfação de “puxa, eu participei de alguma coisa que de resultado”... Não tinha queixas, era só prazer! (ENTREVISTA nº 13)

O depoimento da entrevistada 20 vai no mesmo sentido:

Foi marcante a vitória do Olívio, em 1988, o quanto a gente se mobilizou pra tentar eleger o Lula, em 1989, o quanto as pessoas em POA eram engajadas, e o quanto a gente gostava do governo do PT. Íamos conversar com as pessoas, íamos nas casas, essa questão de não só eleger e depois sair fora, sem voltar a trabalhar com as pessoas. Eu gostava muito disso, da gente voltar, retornar aos lugares onde se fez campanha, e a questão de se escutar as angústias, o que as pessoas esperavam do governo, o que as pessoas pensavam pras suas comunidades. Essa coisa de sair e escutar era uma coisa que eu gostava muito. Uma prática que depois foi se esvaindo. (ENTREVISTA nº 20)

O entrevistado 21, que teve uma longa experiência de militância no núcleo das caravanas do PT, falou bastante, e com muita emoção, sobre essa experiência, que mobilizava grande número de militantes de Porto Alegre para ajudar a construir o partido em todo o estado:

Com o núcleo das caravanas do PT, nós íamos fazer no interior tudo o que se fazia em Porto Alegre - reunir com lideranças comunitárias, clube de mães. Mas quanto menor a cidade era mais difícil, porque a perseguição política era muito grande naquela época e as pessoas ficavam marcadas. Muitas vezes o PT nessas cidades eram três, quatro, cinco, e essas pessoas muitas vezes já estavam cansadas de militar. Aí chegava a caravana com um ônibus lotado, com trinta, quarenta pessoas, e chegava lá e dava um ânimo novo, uma injeção de ânimo no pessoal local. Então hoje a gente fica surpreso com as coisas, né? E fica muito dolorido... as ideias, as coisas que a gente vê hoje, a diferença praquele nosso tempo. A gente era tudo no amor, no ideal, hoje tu não movimentas nada se não tiver dinheiro. E nós, ao contrário. Trabalhava com dinheiro nosso. E assim foi feito em todo o estado, saía

sexta de noite daqui e só voltava domingo de noite pra Porto Alegre. E isso nada pago pelo partido, cada um bancava sua passagem, comida, local – não tinha como ficar 40 pessoas nas casas dos companheiros do interior. Então a gente arrumava local pra ficar, pagava diária. Foi esse trabalho que formou o partido, que hoje existe em todas as cidades. (ENTREVISTA nº 21)

Essa cultura do poder das bases encontra assento em longa tradição teórica da esquerda não stalinista, feita especialmente a partir da preocupação com o perigo da burocratização e também com a necessidade de possibilitar processos pedagógicos que permitam a desalienação e elevação de consciência através do protagonismo dos indivíduos.

O próprio Marx (apud HOBBSAWM, 1984, p. 32) ao se posicionar sobre uma organização *Trade Union*<sup>27</sup> de prática centralista afirma criticamente que, quando o operário é condicionado desde sempre a aceitar procedimentos burocráticos e a crer na autoridade, mais importante que tudo é ensinar-lhes a caminhar com os próprios pés. Ou seja, mais importante do que exercer ou forçar o centralismo era estimular o pensamento autônomo.

Em sentido semelhante, Pannekoek (1936-b) criticou os partidos comunistas ligados à III Internacional:

O primeiro objetivo do Partido é, pois, de obter a adesão maciça dos trabalhadores, e não fazer deles combatentes independentes, capazes de encontrarem a sua via e de prosseguir-la [...] limitou-se a fazer deles partidários entusiastas, mas cegos e, por consequência, fanáticos; a fazer deles sujeitos obedientes do partido no poder.

Pannekoek foi um dos maiores expoentes dos chamados Comunistas Conselhistas, que muito versaram sobre a necessidade de se proteger a autonomia da classe operária frente a qualquer tipo de tutela de quaisquer organizações políticas. Em outro texto, o marxista holandês segue incisivo:

Lutar pela liberdade, não é deixar os dirigentes decidirem em seu lugar, nem segui-los com obediência(...) É evidente que pensar por si mesmo, decidir o que é verdadeiro e o que é justo, constitui para o trabalhador que tem o espírito fatigado pelo labor quotidiano, uma tarefa árdua e difícil, bem mais exigente que se ele se limitar a pagar e a obedecer. Mas a única via que conduz à liberdade. Fazer-se libertar pelos outros, que fazem desta libertação um instrumento de domínio, é simplesmente substituir os antigos patrões por novos. (PANNEKOEK, 1936-A)

Anos antes da revolução russa de 1917, um dos grandes temas de debate nos congressos do Partido Socialdemocrata era sobre a organização partidária. Importantes

---

<sup>27</sup> Associações de trabalhadores das fábricas na primeira metade do século XIX, predecessoras dos sindicatos.

dirigentes e teóricos socialistas expressavam profunda preocupação com os perigos da centralização do poder no partido.

Akselrod, importante líder da fração menchevique, entendia que, se o partido não focasse sua atuação em iniciativas que ajudassem a desenvolver a capacidade de iniciativa e de autonomia das massas, acabaria se transformando em força conservadora que frearia a luta dos trabalhadores. Considerava também, e levantava-se contra isso, que os proletários filiados ao partido constituíam uma classe de plebeus, enquanto a *intelligentsia* fazia as vezes de aristocracia, ou seja, os dirigentes decidiam tudo “por cima”.

Trotsky, já em 1905 (até 1917, quando entrou na fração Bolchevique), criticou duramente a maioria do partido, em especial a Lenine, por conta de sua defesa do centralismo partidário. Após a vitória de Estaline, Trotsky aponta como uma das causas da degeneração do partido a falta de debate interno e ausência total da possibilidade de crítica, o dogmatismo.

Trotsky chega a criar o conceito de “substitucionismo”, referindo-se ao afastamento entre a base e os dirigentes: “Na política interna do partido, estes métodos conduzem [...] a organização do partido a substituir o partido; o comitê central a substituir a organização; e, enfim, o ditador a substituir o comitê central”<sup>28</sup>.

Rosa Luxemburgo, certamente uma das lideranças revolucionárias que colocou maior peso em sua teoria e atuação militante à necessidade de se cuidar permanentemente da participação das pessoas, mantendo-se coerente a este princípio até o fim da vida, exigia um partido democrático cujo aparelho partidário, constituído por revolucionários profissionais, estivesse sob o controle da base.

Para Rosa, mesmo que possuísse consciência revolucionária menos desenvolvida do que a dos quadros dirigentes, somente a participação da base partidária poderia cumprir o papel de atenuar o risco de burocratização, da substituição dos interesses da classe pelos interesses particulares dos dirigentes e – completa Goldmman -, no mundo ocidental, de resvalarem para a integração na sociedade capitalista.

Com pleno entendimento da dialética de Marx, Rosa compreende que a consciência de classe, para se elevar, precisa de uma base material que não pode se sustentar sem que sejam quebradas as bases fundantes da hegemonia capitalista que se manifestam nos mais diversos aspectos da vida (trabalho, escola, família).

Dessa forma, Rosa deixa claro que a conquista do poder só pode acontecer, de modo sustentável, a partir da conquista do poder político através de ampla participação das massas e

---

<sup>28</sup> Trotsky, apud KNEI-PAZ, Baruch: Trótski: revolução permanente e revolução do atraso. In: HOBBSAWN (1985).

politização de suas necessidades e seus interesses cotidianos. Caso o poder fosse alcançado “pelo alto”, sem a participação efetiva das pessoas, seria levado à falência, com a perda dos princípios iniciais<sup>29</sup>.

Acompanhando a chegada ao poder dos bolcheviques, em 1917, Rosa escreve “A Revolução Russa”, em que elogia o exemplo do proletariado russo, em comparação à inércia das massas operárias alemãs; e os princípios, inteligência e audácia política dos bolcheviques, em comparação à maior parte dos dirigentes da Social Democracia Alemã, absolutamente burocratizados e distantes das massas por consequência de concepção determinista, em especial por influência de Kautsky, considerado à época o “guardião zeloso das teses de Marx e Engels”. Mas Rosa, ao mesmo tempo em que não deixa dúvidas de que lado está (Kautsky não apoiou a Revolução Russa), faz um alerta:

Quando o proletariado toma o poder não pode nunca, segundo o bom conselho de Kautsky, renunciar à transformação socialista, sob o pretexto de que “o país não está maduro”, e consagrar-se apenas à democracia, sem se trair a si mesmo e sem trair a Internacional e a revolução. Ele tem o dever e a obrigação de tomar imediatamente medidas socialistas da maneira mais enérgica, mais inexorável, mais brutal, por conseguinte, de exercer a ditadura, **mas a ditadura da classe, não a de um partido ou de uma clique; ditadura da classe, isto significa que ela se exerce no mais amplo espaço público, com a participação sem entraves, a mais ativa possível das massas populares, numa democracia sem limites.** (LUXEMBURG, 1991, p. 96, grifo nosso)

É importante observar que sua defesa convicta da necessária participação e envolvimento das pessoas de forma alguma se resume a uma tática, um modo de alcançar o poder. Mesmo quando esse é alcançado, deve necessariamente estar sob influência direta das massas e submetida ao controle da opinião pública. Para Rosa, uma vanguarda sem a participação das massas não vale para absolutamente nada. Por isso sempre criticou quem pretendeu superestimar o papel do partido, colocando-o no lugar das massas, e sempre se preocupou com a separação entre dirigentes e base.

Gramsci, pensando nos mesmos perigos, enriqueceu a teoria leninista de partido, reforçando a importância do centralismo democrático para que haja permanentemente a interação das bases com os dirigentes, dificultando o descolamento entre ambos, e Lukács

---

<sup>29</sup> Para aprofundamento sobre o pensamento de Rosa Luxemburgo, ver excelente trabalho de Oskar Negt: Rosa Luxemburgo e a renovação do marxismo. In: Hobsbawm (1984, p. 11-47). Sugerimos também a leitura dos artigos de Luiz Pilla Vares - Rosa, a Vermelha, 1988 - Coleção Sempre Viva/Busca Vida – SP, disponível em <http://www.pilla.vares.nom.br/textos/rosa.pdf> e de Isabel Maria Loureiro – Democracia e socialismo em Rosa Luxemburgo, disponível em [http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/4\\_Isabel.pdf](http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/4_Isabel.pdf) (acessos em 19 maio 2013).

também considerou fundamental garantir a *interação viva* entre a vontade coletiva do partido e as lideranças.

Esse pensamento e prática “de baixo para cima” vem ao encontro da visão de Paulo Freire de empoderamento<sup>30</sup>, que afirma que ninguém educa (ou empodera) ninguém e que o processo de tomada de consciência crítica é um processo coletivo, nunca individual.

A cultura política de defesa do “poder das bases”, elemento de identidade petista tão central quanto determinados posicionamentos políticos historicamente defendidos pelo Partido, é contribuição das mais importantes à política brasileira, principalmente quando averiguamos que, em nosso país, a descrença na política ou em qualquer tipo de movimentos coletivos fortalece a idéia de que somente as instituições impostas de cima para baixo podem resolver os problemas. Mesmo quando há crítica consensual de que há problemas institucionais e que mudanças urgem nas políticas públicas, tal conhecimento não é condutivo a uma mudança de atitudes, porque está internalizada nas pessoas a idéia de que não adianta participar ou se envolver em política. Os núcleos representam o oposto a essa visão: são mecanismos que possibilitam prática coletiva, fomentam o empoderamento (pela base) e o aumento do capital social.

Além de possibilitar de forma mais completa a participação ativa dos filiados, o sistema de núcleos modifica concretamente a relação de subordinação tradicional (dirigentes/dirigidos), que nada mais é senão a concepção de mundo hegemônica que reflete e ao mesmo tempo consolida as relações materiais de dominação. É a partir desse ponto que ganha importância a quebra desse paradigma sob a ótica materialista-dialética.

Sob esse prisma, a forma de funcionamento interna criada no PT era fundamentada em uma nova filosofia sintetizada no “poder das bases” e, ao mesmo tempo, servia de base material para seu apoio e desenvolvimento.

Como bem descreve VOIGT (1990, p. 123),

Diferenciando-se ideologicamente da LOPP<sup>31</sup> e da organização dos demais partidos, os estatutos do PT definem que as convenções municipais, estaduais e nacionais se realizarão sob a forma de pré-convenção, antecedidas pelo debate nos núcleos de base, onde as posições sejam democraticamente discutidas e as divergências se enfrentem através do voto direto dos filiados (pré-convenções zonais e municipais), ou dos delegados eleitos (pré-convenções municipais e estaduais). Definidas nas

---

<sup>30</sup> Numa definição simples, empoderar é dar poder a alguém. Entretanto, para Freire, não existe auto-emancipação individual. Defende um conceito de empoderamento ligado a classes sociais que indica um processo político das classes dominadas que buscam a própria liberdade da dominação. Ver Freire & Shor (1986).

<sup>31</sup> Lei Orgânica dos Partidos Políticos.

plenárias das pré-convenções, as decisões majoritárias passam a ser assumidas pelo conjunto do partido e homologadas pela convenção oficial, de caráter exclusivamente referendador. Através deste mecanismo o PT inovou ao fundar sua organização a partir do poder dos núcleos de base, democratizando as decisões para o conjunto partidário e aproximando a direção dos núcleos.

Segundo Secco (2011, p. 97), o processo efetivamente envolvia toda a militância, desde os debates públicos para a construção das pré-teses, até sua publicação, distribuição e debate em inúmeras reuniões nas instâncias de base. Após o debate programático, as instâncias de base elegiam proporcionalmente os delegados para os encontros superiores (municipais, estaduais, nacional).

O sistema de núcleos foi, portanto, construção criativa que modificava as relações materiais objetivas de modo a possibilitar que “o poder das bases”, a cultura petista e, de modo geral, a concepção de mundo que estava sendo formulada dentro do partido (e nos movimentos sociais) fosse elevada sobre essa nova base material.

Por tudo isso, concordamos com Baiocchi e Checa (citados por AMARAL, 2010, p. 56) quando afirmam que a principal mudança do PT no poder não foi a caminhada rumo ao centro do espectro político ou a adoção de uma política econômica considerada conservadora, mas o abandono de uma das marcas das administrações petistas: a construção de novas práticas democráticas.

### 3.2 O VERTICALISMO

Conforme Baquero (2002), o impacto do processo de globalização no desenvolvimento político de países como o Brasil contribuiu para a constituição de uma cultura política fragmentada e com pouco capital social (capacidade associativa), cuja característica é a desconfiança generalizada e um antagonismo e hostilidade dos cidadãos com relação à política.

O PT, embora o crescimento eleitoral registrado a cada eleição, não passou incólume por esse processo: Gaglietti (1999, p. 42) aponta que, segundo todas as pesquisas organizadas pelo Diretório Nacional do PT, desde 1991, “houve certo envelhecimento e/ou pouca renovação da militância”. Isso o faz falar em “geração de militantes”, pelo fato de “os dirigentes do Diretório Municipais do PT, os militantes com uma atividade mais constante e os representantes eleitos (delegados em 1997) estarem concentrados numa faixa etária que vai dos 31 aos 45 anos”.

Simultaneamente, à medida que o PT passa a vencer eleições, tem-se um processo em que se verifica a passagem, em grande medida, da prática do “poder das bases” para a prática vertical da tomada de decisões. Este processo chega a seu auge com a eleição de Lula ao governo federal. Novamente a fala de nossa entrevistada 13, referindo-se às gestões do PT na prefeitura de Porto Alegre na segunda metade dos anos 1990, é ilustrativa:

A gente já via que tinha uma diferença entre os petistas do governo e os petistas do partido. A gente não tinha instância pra discutir. Não existia mais essa organicidade, o governo não vinha pras instâncias do partido pra fazer a discussão. (ENTREVISTA Nº 13)

Um discurso historicamente usado pelas elites para justificar a falta de participação popular é a alegada legitimidade dos técnicos para tomar as melhores decisões. Esse posicionamento parte do pressuposto da neutralidade da técnica ou da ciência. Um exemplo pontual desse pensamento é a defesa da autonomia do Banco Central, que, em última instância, retira a soberania popular sobre um dos instrumentos definidores da política econômica nacional. Tudo em nome do resguardo aos técnicos (apenas supostamente neutros), que não podem ficar à mercê das influências políticas.

Essa concepção aparece de forma implícita no PT quando o Governo Lula tomou medidas e os filiados foram chamados apenas para defendê-las. Nada mais antagônico a seu discurso histórico, o PT repete a prática tradicional das elites à medida que abandona bandeiras defendidas desde sua fundação alegando razões técnicas. Um ponto que causou grande descontentamento entre militantes petistas, a linha da política econômica do Governo Lula, é simbólico para exprimir tal processo por ser o oposto da linha defendida até então pelo partido e por tal mudança não ter sido aprovada em nenhum encontro ou congresso nacional com participação da base.

O mesmo se deu com a política de alianças, pano de fundo na grave crise política de 2005 em que explodiram denúncias de corrupção no Governo Lula, muitas delas pesando sobre partidos da base aliada. A base aliada foi formada por partidos que não constavam no quadro de alianças definido pelo até então último Encontro Nacional<sup>32</sup>. A alegação foi a necessidade de conseguir governabilidade. Estratégia certa ou errada, o fato é que a base foi chamada a defender ou entender uma decisão contrária à tomada nas instâncias internas de participação.

---

<sup>32</sup> A ampla política de alianças, que restringia coligações apenas com o PSDB e o PFL, foi aprovada por maioria apenas no XIII Encontro Nacional, ocorrido já em 2006.

A política de liberação da soja transgênica também provocou conflito. Havia intenso debate dentro do PT sobre os problemas econômicos e ambientais (bem como riscos para a saúde) dos transgênicos. Mesmo assim, sem qualquer debate interno, o governo Lula autorizou a plantação, causando contrariedade, em especial, entre petistas militantes ligados ao movimento ambientalista ou da pequena agricultura.

Outro exemplo pertinente é o projeto de reforma da previdência, que ocasionou diferença de posições até mesmo entre deputados do partido. Vinte e cinco deles declararam publicamente que discordavam de diversos pontos, e que só votariam a favor por conta da disciplina partidária, e oito se abstiveram e foram punidos pelo partido com suspensão da bancada por sessenta dias. Mesmo com falta de convencimento de tantos parlamentares do partido, o tema foi o estopim para a expulsão da senadora Heloísa Helena e dos deputados João Batista Oliveira de Araújo (o Babá), Luciana Genro e João Fontes. O projeto não foi aprovado no encontro nacional do partido e sua discussão não foi levada às bases partidárias.

Na cultura política petista do “poder das bases”, o papel das lideranças (eleitas) era pôr em prática as diretrizes debatidas e decididas pelos filiados. Hoje, quem define as diretrizes do PT (ou do Governo, ou o posicionamento do partido em relação ao governo) são as lideranças (um seletivo núcleo), sem debate prévio. Sob essa ótica, fica claro que o PT passou de uma prática freiriana de construção coletiva à prática de política tradicional e institucional de decisões verticais. Alguns depoimentos expressam esse diagnóstico: “Hoje a minha participação no partido é quase que nula, eu participo das convenções, dos PEDs, mas tenho uma participação pífia, porque o partido não oferece espaço de participação (Entrevista nº 12); “participo muito pouco por não mais existirem espaços de intervenção política(...) as cúpulas das correntes conversam, negociam e decidem” (Entrevista nº 4); “Foi perdida uma concepção de partido, aquela coisa do debate mesmo. Hoje é mais a cabresto. Quem tem mais cacife, poder econômico, ganha” (Entrevista nº 5); “Faz muito tempo que [o PT] deixou de produzir política (...) Os documentos chegam ao partido pelas vias dos gestores, dos representantes e de alguns intelectuais e abnegados. Não tem o ambiente da produção coletiva” (Entrevista nº 15).

O antídoto petista à tradicional prática de tomada de decisões verticalizadas eram justamente os núcleos de base. E os debates ocorridos no partido sobre o papel e destino dos núcleos no decorrer das décadas de 1980 e 1990, bem como as decisões tomadas, por maioria, pelas direções partidárias, são fundamentais para se entender as modificações (e motivações) ocorridas no PT.

Em maio de 1980, mais de 26 mil filiados estavam ligados a 632 Núcleos de Base espalhados por 23 estados (AMARAL, 2010, p.109). No entanto, já no 3º Encontro Nacional (1984), foi debatida a “crise da nucleação”, quando a esquerda partidária apresentou propostas com o intuito de atribuir aos núcleos poderes deliberativos, com o argumento de que o fato da dificuldade do partido em aumentar consideravelmente a participação nessas instâncias devia-se ao fato delas não terem poder decisório (SECCO, 2011, p. 86). Não obstante a firme defesa da esquerda petista, a visão da ala moderada prevaleceu, e nenhuma proposta no sentido de empoderar os núcleos foi aprovada.

Já no começo da década de 1990, Florestam Fernandes (2006) chama atenção para o fato de que a prática dos dirigentes eleitos não estava à altura da democracia petista que garantia discussões e escolhas a partir da base. Mesmo com a proteção natural oferecida pela existência das tendências organizadas que restringiam o monopólio do micro poder partidário, o grande sociólogo brasileiro mostrava-se preocupado com a tendência à burocratização e ao mandonismo que poderia fazer com que o PT, além de perder seu encanto e poesia, deixasse de ser o centro do aprofundamento democrático e alternativa revolucionária de superação do passado e do presente, associando-se à ordem social imperante.

Esse debate perdurou por toda a década de 1990, com a esquerda partidária insistindo na defesa de maior empoderamento dos núcleos (com alçada para eleger delegados diretamente para os Encontros Nacionais e Estaduais, por exemplo) e culminou com a derradeira vitória do já então “Campo Majoritário” em 2001, quando o novo estatuto (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2001), além de ratificar a subordinação financeira dos núcleos aos diretórios municipais e zonais (uma escolha política que claramente dificultava em muito a atuação dos núcleos)<sup>33</sup>, esvaziou ainda mais o papel das instâncias de base ao implementar o Processo de Eleições Diretas (PED)<sup>34</sup>.

Pont (2000) afirmava que “a necessária disputa na institucionalidade e a maré neoliberal começaram a ter reflexos negativos no interior do partido”. E fazia relação direta

---

<sup>33</sup> Amaral (2010, p. 114-116) afirma que, se em um primeiro momento, a crise financeira dos núcleos era resultado da penúria financeira do partido como um todo, “as dificuldades poderiam ter sido minoradas a partir de decisões estratégicas da liderança partidária, especialmente a partir de 1995, quando o partido passou a contar com mais recursos e melhor organização de suas finanças (...) Dessa forma residiu, em grande medida, nas opções da liderança partidária o destino dos NBs dentro da estrutura interna petista(...) em 1984, o partido decidiu, em seu Regimento Interno, que os Núcleos deveriam repassar ao DM a que estavam vinculados 60% de sua arrecadação(...) essa decisão, na prática, asfixiava financeiramente os NBs e ampliava o montante de recursos nas mãos dos DMs, que já contavam com a contribuição direta dos filiados que não pertenciam a nenhum Núcleo. O Estatuto de 2001 sacramentou a subordinação financeira dos NBs aos DMs ao retirar qualquer função de arrecadação de fundos dos Núcleos (Art. 170) e estabelecer, no Art. 175, que seriam os Diretórios Municipais (ou os Diretórios Zonais, quando fosse o caso) os responsáveis por decidir “a forma de distribuição de recursos para a sustentação dos Núcleos”.

<sup>34</sup> O PED foi aprovado no 2º Congresso do PT (1999), mas incorporado ao Estatuto em 2001.

entre as mudanças políticas do partido e as mudanças na organização interna, em especial a nova forma de eleição dos dirigentes, conhecida como PED (processo de Eleições Diretas), que critica pesadamente por tirar a necessidade de participação no processo de debates interno:

O novo curso tem como marco a instituição da urna aberta nos encontros de base do partido, paralelamente aos debates, o que acaba por colocar em primeiro plano a disputa pela indicação do presidente, em detrimento da discussão e da elaboração do programa. O caráter militante do partido já está seriamente ameaçado com a reprodução, no PT, das eleições tradicionais. A alegada “democratização” que isso representaria acaba sendo precisamente seu contrário: caminha-se em direção a um partido de personalidades e eleitoreiro, tendendo ao monolitismo e ao enrijecimento de suas estruturas. Assim, por exemplo, nos dois últimos Encontros Nacionais, repetiu-se a constrangedora cena de quebra do Regimento com a eleição de Lula ao Diretório Nacional por fora das chapas. O papel dos dirigentes é o de dar exemplos de educação política e não o de fornecer precedentes que conduzam ao personalismo e ao hábito da quebra das regras que são para todos. Em suma, o PT burocratizou-se com o esvaziamento constante de nossas instâncias de base, os núcleos e as zonais (Pont, 2000, p. 39).

O esvaziamento da participação militante não foi obra apenas do descuido, da inevitabilidade histórica e/ou apenas por conta da penetração de valores ou concepções estranhas à cultura petista, de fatos externos à vontade partidária. As escolhas do Campo Majoritário petista, que ajudaram a selar o papel secundário e o destino dos núcleos de base, foram pautadas pelo pragmatismo, a partir do entendimento de que o fortalecimento dessas instâncias e sua consolidação como peça-chave da estruturação petista seria um empecilho à expansão partidária e ao avanço institucional. Além disso, as alas moderadas viam risco muito maior em perder sua hegemonia por conta do avanço das tendências de esquerda através do empoderamento dos núcleos (e, conseqüentemente, dos militantes) do que da participação mais “fluida”, menos orgânica<sup>35</sup>.

Se nos seus primórdios o PT chegou a burlar a legislação da ditadura militar (que não reconhecia os núcleos) para garantir a mais ampla participação de seus militantes<sup>36</sup>, a partir da implementação do projeto de consolidação de hegemonia do grupo dominante do PT passou-se a restringir a participação militante e os debates internos. Com a implantação do PED, nas palavras de Secco, “a votação precedeu o debate”, fazendo com que o processo de eleição

<sup>35</sup> Segundo Floriano (2010, p. 266), “A estratégia de centralização política promovida pela direção do campo majoritário implicava, necessariamente, o sufocamento desses espaços (núcleos de base) (...) Sua desaparecimento acarretou um enfraquecimento significativo da base do partido”.

<sup>36</sup> Secco (2011, p. 81): “Para contornar a legislação da Ditadura Militar o PT criou as pré-convenções descentralizadas, abertas a uma ampla participação das bases. As Convenções Oficiais serviam apenas para referendar as decisões ampliadas”.

interna fosse muito mais suscetível ao poder econômico, ao personalismo e à influência dos quadros mais conhecidos, e à influência externa de modo geral.

Para Ribeiro (2010), com a implantação do PED a direção do PT desmontou os principais mecanismos internos de articulação orgânica, controle e *accountability*. Podemos interpretar esse controle como uma limitação ao “cheque em branco” desejado pelos dirigentes, segundo a construção de Panebianco (2005).

Outrora militante petista, hoje filiado e auto-denominado “eleitor crítico”, Secco descreve de forma simples e direta por que os núcleos eram empecilhos ao projeto de poder do grupo dominante petista<sup>37</sup>:

Enquanto os núcleos existiram as direções petistas, mesmo distanciadas de suas bases, eram obrigadas a ouvi-las em plenárias, receber seus boletins, buscá-las para apoio eleitoral e receber seus reclamos na forma de recursos e proposta. Até mesmo reuniões internúcleos tentavam contornar a burocratização e o monopólio do poder interno nas direções. (SECCO, 2011, p. 79)

Amaral (2010, p. 112) nos traz os seguintes dados do Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo: Entre 1997 e 2001, o percentual de delegados (as) presentes nos Encontros Nacionais<sup>38</sup> que participavam de algum núcleo de base variaram entre 7% e 10%, em 2006<sup>39</sup> foi 2,5% e em 2007<sup>40</sup> 2,3%.

As conseqüências desse processo foram diversas: a oligarquização da direção nacional, com crescente autonomia da Executiva Nacional do PT, frente ao Diretório Nacional e mesmo frente aos Encontros (RIBEIRO, 2010 SECCO, 2011); o “declínio da militância”, com a passagem de uma agremiação militante a uma agremiação profissionalizada e predominantemente burocrática (SECCO, 2011); a transformação do PT, de partido de militantes e ativistas, a um partido de cidadãos votantes, chamados a se manifestar a cada três anos<sup>41</sup>.

Secco sustenta que ficou nítido o alto grau de autonomização de Lula e seu grupo mais

---

<sup>37</sup> Secco (2011, p. 194-195) descreve uma passagem ilustrativa: “O PED nasceu de uma necessidade que o grupo dominante do PT tinha de afastar definitivamente seus opositores e cimentar a via de acesso à Social Democracia, qualquer nome que ela viesse a ter no Brasil. As figuras de proa do partido consideravam que uma votação como a que a chapa de esquerda tivera no X Encontro não refletia a base do partido. Numa conversa informal no Diretório Estadual Paulista, na rua Abílio Soares, bairro do Paraíso, José Dirceu chegou a defender a colocação de urnas nas ruas para que qualquer pessoa pudesse votar filiada ou não. Talvez se atribuindo peso dois ao militante”.

<sup>38</sup> 11º Encontro Nacional (1997), 2º Congresso Nacional (1999) e 12º Encontro Nacional, (2001).

<sup>39</sup> 13º Encontro Nacional.

<sup>40</sup> 3º Congresso Nacional.

<sup>41</sup> Ribeiro complementa (2010, p. 282): “Já (por outro lado) em termos numéricos, a base petista cresceu graças à estratégia de expansão organizativa conduzida pelo Campo Majoritário”.

próximo frente ao partido quando a esquerda partidária, pela primeira e única vez, foi majoritária na eleição de um Diretório Nacional<sup>42</sup> (no VIII Encontro, ocorrido em 1993). O autor afirma que inclusive durante a campanha de 1994, o então candidato Lula se sobrepôs permanentemente à executiva do partido, inclusive com acusações públicas entre dirigentes após a derrota eleitoral em 1994. Já na eleição seguinte (X Encontro, em 1995), a Articulação (grupo de Lula) retoma a hegemonia e elege José Dirceu à presidência do partido. A partir daí, a situação se modifica porque não há contrariedade da maioria da direção nacional do PT ao controle de Lula, levando muitas vezes à ausência de autonomia da direção partidária frente ao governo: “O PT tinha o ônus de defender o governo sem ditar-lhe os rumos. Estes eram definidos pelo círculo próximo ao presidente da República [...]” (SECCO, 2011, p. 206).

Com a nova realidade, muitos militantes petistas afastaram-se, seja indo para outros partidos de esquerda, seja desiludindo-se (mesmo que temporariamente) com a política<sup>43</sup>. E os novos filiados - 77,3% dos filiados do PT ingressaram depois de 2001 (SECCO, 2011, p. 249) - não chegam a conhecer a prática de fazer política que demonstrava que o desacreditar em processos coletivos ou a crença de que somente a visão institucional de política é crível tinha um contraponto. Ou, nas palavras de Pont.

O rápido crescimento do PT estabeleceu um hiato entre seus primeiros dirigentes e fundadores e os milhares de novos filiados e militantes que ingressam no partido sem uma experiência de vida, nem uma formação teórica e política semelhantes. É evidente que se o partido não supre esta lacuna, esta experiência não é transmitida e as concepções políticas e ideológicas originais vão se perdendo ou se tornando cada vez mais tênues. (PONT, 1992, p. 73)

<sup>42</sup> A Resolução deste Encontro “Por um governo Democrático e Popular” criticava programaticamente a direção anterior e falava claramente, entre outras coisas, da necessidade de o partido voltar a valorizar a democracia interna: “Está evidente que a direção que encerra seu mandato perdeu sua legitimidade, situação que é reforçada pelos problemas organizativos, pelo enfraquecimento das relações com os movimentos sociais e nossos governos municipais. Essa situação reflete não apenas o envelhecimento da direção eleita em junho de 1990, mas principalmente o desaparecimento da maioria política que a compôs. É preciso criar um novo núcleo dirigente, que expresse a posição majoritária nas bases e possua representatividade política e social. Para isso, é preciso retomar o método de discussão e decisão que produziu as principais resoluções do PT e nos levou a vitórias políticas e sociais: a formulação de políticas através da discussão e do debate democrático no interior do Partido.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1993)

<sup>43</sup> Isso aparece em fala de nosso *entrevistado 15*: “em 2005, momento em que o PT vivia uma crise política, foi um momento em que eu tive também uma crise, digamos assim, com o PT, e acabei me afastando. Aquela crise me decepcionou... Os ideais que eu tinha, o papel que eu achava que o partido tinha que cumprir... E o fato de o mesmo grupo ter sido reconduzido à condução do partido, fez com que eu acabasse me afastando. O que me fez retornar foi a campanha do Olívio Dutra pra governador, foi o que me engajou, que fez com que eu tivesse vontade de militar novamente”. O artigo de Vares (2005b) também ilustra bem: “Pior do que os escândalos que abalaram o Partido dos Trabalhadores em toda a sua estrutura, é a sangria que se verifica agora com a saída irreversível de vários militantes históricos, que fundaram o PT ou ajudaram a construí-lo em lutas memoráveis[...] Plínio, Ivan, Bicudo, Maninha são símbolos, mas com eles também saíram do PT centenas de militantes, o que provocou uma hemorragia preocupante que precisa ser estancada com a máxima urgência[...] devemos pensar com carinho nos milhares de militantes que estão desanimados, desiludidos e inconformados. Para eles e para elas o PT deve olhar com uma atenção redobrada. Afinal são eles e elas, os militantes que escreveram nas ruas a história do PT. São a carne e o sangue do Partido”.

### 3.3 CONEXÃO ENTRE VERTICALISMO E A MUDANÇA DE RUMOS DO PT

Singer (2012) coloca peso, em sua recente análise dos governos Lula e das mudanças ocorridas no PT, na intensa popularização do eleitorado petista. O partido recebeu, a partir de 2002, apoio inédito de eleitores de menor renda. Até então, o que caracterizava os apoiadores do PT eram eleitores de alta escolaridade, da classe média, das capitais das regiões mais ricas. Para o autor, essa transformação veio ao encontro dos interesses da cúpula dirigente do partido, propiciando que a moderação supostamente tática da ‘Carta ao Povo Brasileiro’ ganhasse perspectiva estratégica.

Novamente sem desprezar a validade da tese (e dos dados apresentados em abundância), nosso enfoque se diferencia. Enquanto Singer explica as mudanças no PT principalmente a partir do fenômeno do Lulismo (basicamente, o deslocamento do subproletariado, que passa a ser eleitor de Lula e do PT, e o concomitante deslocamento da classe média, antiga base de apoio petista, para o PSDB), nós buscamos colocar peso maior nas mudanças ocorridas na vida interna do partido.

Guimarães (2007) sintetiza o que denomina de integração competitiva, ou seja, a estratégia de adaptação à ordem da competição eleitoral construída pelo PT a partir da década de 1990, quando anteviu a possibilidade de chegar ao poder em nível federal, através de três elementos-chave: a) *investimento no aparato de campanhas*, com a profissionalização das campanhas eleitorais, batendo de frente com a cultura militante das campanhas petistas; b) *a segmentação em mandatos individuais*, com a administração de carreiras (assessorias de bancadas, estruturas partidárias, mandatos parlamentares com alto grau de autonomização frente ao partido) e c) *o pragmatismo sem limites nas alianças*, em detrimento da identidade socialista do PT, para aumentar a competitividade eleitoral.

Guimarães apresenta como consequência desse processo a perda da presença do PT na sociedade e nos movimentos sociais, pois o foco do partido passou a ser vencer eleições, em um ciclo sem fim de acumular recursos, fazer dívidas, pagar dívidas de campanhas. E a militância, antes voluntária, passa a ser profissional e paga. A base social do partido sofre grande alteração, com a cristalização de papéis: os eleitores, com quem o contato não é mais durante o ano todo, mas a cada eleição; os filiados, que não mais fazem do que votar a cada eleição a direção partidária; e os militantes profissionais, vinculados a algum aparato de poder partidário.

Desse modo, o PT, que nasceu a partir da concepção de ser um partido de novo tipo, um partido de núcleos, passa a ser um partido de filiados não militantes, com uma prática cada vez mais corrente de contato entre dirigentes e dirigidos em que, como afirma Guimarães (2007, p. 132), “poucos falam e muitos escutam”.

Silva (2009) considerou que o crescimento eleitoral do partido, acompanhado pelo eleitoralismo e o burocratismo favorecem o aburguesamento da militância, que, com mudanças em suas condições objetivas de vida, são levadas à acomodação e/ou dependência da manutenção dos espaços partidários nas instituições burguesas para a manutenção de seus níveis e interesses econômicos, e com base no modelo analítico e Panebianco, afirma que atualmente os incentivos seletivos constituem a motivação principal para a maioria dos dirigentes e militantes do partido.

Além disso, entendemos que se pode apreender da análise de Silva (2009) que não apenas os filiados mais antigos sofrem tendência à dependência aos cargos institucionais, mas que é também relevante o fato de que o PT estar em governos passa a ser um chamariz para a filiação de pessoas cujos principais motivos para se tornar um membro partidário são os incentivos seletivos e não os coletivos. Nesse sentido, o depoimento indignado da entrevistada 20 é relevante:

Eu vi uma pessoa com pretensões a gerente convidando pessoas que nada tinham a ver com o PT, que não tinham identificação nenhuma, pra irem a reuniões internas, pra se filiar. E essas pessoas se filiaram e viraram gerentes. Depois eu presenciei essas pessoas fazendo campanha, e fiquei com vergonha pela forma como elas faziam campanha. Não era aquela coisa que a gente tinha, engajada, do corpo a corpo, tu chegar e saber quase que na ponta da língua, parar, estudar o projeto do partido pra passar pras pessoas. Eu não vi isso nessas pessoas, e teve uma pessoa inclusive que, quando foi vista “sacudindo a bandeira”, disse “acho que da próxima vez eu vou ter que ir pra um lugar mais distante, porque as pessoas estão começando a me reconhecer na rua”. Ou seja, ele tava com vergonha, tava se sentindo mal por fazer campanha, por estar ali segurando a bandeira do PT! (ENTREVISTA Nº 20)

Samuels (2008) já pontuou o fato de que um maior número de militantes e lideranças do PT passou a ter postura mais pragmática a partir da segunda metade da década de 1990, após a experimentação do poder em nível municipal e estadual e que, a partir da conquista do governo federal, a transformação ocorrida no partido foi dramática, caracterizando-se por afrouxamento ideológico e acomodação à estratégia do “toma lá dá cá”. Concordamos que essa mudança no modo de pensar de grande parte dos petistas foi fundamental para a mudança que se verificou no partido porque, como diz o autor, possibilitou a flexibilização necessária

para que a direção “conseguisse” conduzir o partido para um posicionamento ideológico mais próximo do centro do espectro político.

Aproveitamos as profundas análises (e concordamos com elas) de Guimarães, Silva e Samuels que creditam: *a*) a mudança no partido à estratégia montada por seus dirigentes a partir da decisão de entrar pra valer na competição eleitoral (Guimarães); *b*) o aburguesamento objetivo da militância e sua dependência em relação aos espaços institucionais (Silva) *c*) a mudança no modo de pensar dos militantes principalmente às experiências que o partido teve de ser governo e à moderação na estratégia e nos objetivos de sindicatos e movimentos sociais (Samuels); mas a partir daí nosso enfoque passa a ser outro.

Evidentemente, alterações no perfil dos filiados e militantes são *conseqüência* de outros fatores. Quando o partido altera o formato das eleições internas, por exemplo, diminuindo a importância do debate, ou quando diminui a quase zero a prática de discussões permanentes, a alteração no perfil do *militante*, que passa a ser *filiado* quase que por uma exigência institucional, é *conseqüência*. Entretanto, as mudanças ocorridas no perfil dos filiados e militantes são também *causa*. Em que pese nossa utilização de estudos de diversos autores que buscam explicar as mudanças internas ocorridas no PT como *conseqüência*, nosso enfoque objetivo verificar em que medida o menor nível de práxis foi *causa*, ou seja, colaborou para a mudança de postura dos indivíduos petistas e de posicionamento do partido.

Como bem coloca Ribeiro (2010, p. 282), a combinação das estratégias já aplicadas de aumento considerável do número de filiados<sup>44</sup> e o rebaixamento da cultura e prática militante e ativista faz com que a configuração da nova base do PT seja “mais espalhada, popular, manobrável e disforme; menos concentrada, vanguardista, politizada e organizada”.

Nesse sentido, é interessante lembrarmos a preocupação de Goldmann com o fato de a ‘sociedade tecnocrática’ concentrar as decisões verdadeiramente importantes em uma camada cada vez mais reduzida, retirando dos demais membros da sociedade dois aspectos essenciais à vida humana e ao desenvolvimento da personalidade: as responsabilidades e a participação nas decisões. Sendo simples executante, sem responsabilidades ou decisões essenciais a tomar, o ser humano tem um encurtamento de seu horizonte intelectual e de sua personalidade, tendo, conseqüentemente, menos possibilidade de agir no interior da história e do devir.

---

<sup>44</sup> Segundo Ribeiro (2010, p. 243), “em setembro de 2009, o DN iniciou uma campanha de filiação em massa que visava recuperar milhares de petistas históricos, bem como atrair novos militantes, capitalizando o novo patamar eleitoral atingido por Lula e pelo PT em 2002. Sob os protestos da esquerda, que enxergava uma estratégia para “inchar” o partido, a campanha disponibilizou um serviço telefônico gratuito (do tipo 0800), além de um site na internet, para receber o contato inicial dos candidatos à filiação (que seria efetivada, no entanto, pelo respectivo DM [Diretório Municipal])”.

Com o avanço extremo do que Goldmann chama de uma sociedade de estatuto tecnocrático, as coisas permaneceriam inalteradas por muito tempo, pois, sem se preocupar com a vida social, sem ter uma personalidade desenvolvida, o homem deixa de ser verdadeiramente ator das transformações sociais. Semelhante à leitura da escola marxista positivista, formaria sua visão de mundo quase que exclusivamente a partir do senso comum ou bloco histórico. O ser humano, com a perda da responsabilidade e da capacidade de tomar decisões, perde também sua liberdade, em consonância com a concepção de Lukács.

A liberdade, para Lukács, é intrinsecamente uma atividade e não pode ser descolada da prática. Por isso, ao fazer suas observações metodológicas sobre a questão da organização, o marxista húngaro frisou a necessidade de que o partido se diferencie da estrutura transmitida pelos partidos burgueses que provoca separação entre a liderança ativa e a passividade dos demais membros; o papel pedagógico do partido é fundamental para contrapor a reificação capitalista da consciência que acarreta simultaneamente uma individualização exacerbada e uma coisificação mecanicista dos homens, que torna a consciência de cada um vazia e abstrata por não ter conseguido satisfazer e realizar sua personalidade na própria atividade, até transformá-la num egoísmo brutal e ávido por honra e posses, tendências que seguramente persistirão na militância partidária.

Enquanto instrumento pedagógico dos trabalhadores, o partido precisa propiciar espaços de atuação e superar a *contraposição abrupta* entre liderança e os demais membros, possibilitando que estes influam na passagem efetiva da decisão ao ato.

No que Lukács chama de *antigo tipo de organização partidária* – assim considerado por ele todos os partidos burgueses e também os partidos operários oportunistas -, o indivíduo não tem papel preponderante, sendo simplesmente um *seguidor*. Essa estrutura interna, que consolida a divisão entre um pequeno número de quadros dirigentes que toma as decisões, apenas reproduz a forma como a sociedade se organiza:

O partido divide-se numa parte ativa e noutra passiva, sendo que esta deve ser acionada apenas ocasionalmente e sempre sob o comando daquela. A ‘liberdade’ existente para os membros de tais partidos não é, conseqüentemente, mais do que a liberdade de julgar acontecimentos que se desenrolam de maneira fatalista ou os erros dos indivíduos. Emitem seu julgamento na condição de *espectadores* que participam mais ou menos desses acontecimentos, mas nunca com o centro de sua existência, com toda a sua personalidade. Pois tais organizações nunca podem integrar toda a personalidade dos membros, não podem nem mesmo aspirar a isso. Assim como todas as formas sociais de ‘civilização’, essas organizações também se baseiam na mais exata e mecanizada divisão do trabalho, na burocratização, na ponderação e separação precisas de direitos e deveres. (LUKÁCS, 2003, p. 561)

Essa estrutura, ao mesmo tempo em que condiciona a contraposição entre os que lideram e os liderados, acaba também por dificultar cada vez mais a militância e a participação interna:

Se o partido consiste numa mera hierarquia de funcionários, isolada da massa dos membros comuns, aos quais geralmente cabe apenas o papel de expectadores, se a ação do partido como um todo é apenas ocasional, nasce então nos membros uma certa indiferença, misto de confiança cega e apatia, em relação às ações cotidianas do partido. Sua crítica, na melhor das hipóteses, pode ser uma crítica *post festum* (em congressos etc), que raramente exercem uma influência determinante na orientação correta das ações no futuro. (LUKÁCS, 2003, p. 590)

A baixa participação dos filiados nas instâncias partidárias de debate e deliberação é problemática para um partido que almeja fazer mudanças sociais estruturais à medida que o senso comum, que constitui o código imediato de explicação e interpretação da realidade, tende à manutenção e reprodução de idéias e valores. É por isso que para os dominantes de uma sociedade de classes pensar e se expressar é coisa fácil: basta repetir idéias e valores que formam as representações dominantes da sociedade. Como aponta Frateschi et al. (1991), o pensamento e o discurso da esquerda têm que atacar em três frentes:

Desmontar o senso-comum presente no discurso da direita; desmontar a aparência de realidade e de evidência que as condições e práticas sociais dadas parecem possuir e sobre as quais fundam-se tanto a fala da direita quanto a compreensão dos demais; reinterpretar a realidade em seus fundamentos, em seus pressupostos secretos e em suas determinações invisíveis, em seu modo de produção e de aparição para, assim, explicar e compreender o movimento de constituição do que chamamos de sociedade, política e história e, finalmente, encontrar um discurso novo, capaz de exprimir a desconstrução das aparências e a nova interpretação do real. (FRATESCHI et al., 1991)

Apesar da difícil tarefa, Guimarães constata que, comparado com a social-democracia alemã ou italiana, o PT tem graves deficiências no que tange à criação de novos valores culturais e éticos, ou seja, à disputa de hegemonia:

Em primeiro lugar, porque hoje através dos meios de comunicação de massa, qualitativamente mais poderosos do que nas décadas do início do século, as classes dominantes têm acesso permanente ao processo de formação da consciência e reprodução ideológica das classes trabalhadoras. Em segundo lugar, porque – principalmente o PSDA – contava com uma rede de instrumentos de coesão cultural (um vastíssimo sistema de imprensa, cooperativas, associações culturais) que não existe no caso do PT. (GUIMARÃES, 1990, p.65)

Vares (2005a) afirmava que “causa espanto, por exemplo, que em 25 anos um partido de massas como o PT não tenhamos sido capazes de ter um órgão de imprensa regular que se

tornasse o elo de transmissão entre o partido e aqueles setores mais avançados das massas”. Para o intelectual gaúcho, um fórum permanente seria importante também para tornar mais orgânica a relação petista com a intelectualidade, o que poderia se tornar “um freio ao absolutismo pragmático que tomou conta do partido”.

A atuação midiática em geral contribui não apenas quando exprime diretamente suas opiniões, mas, sobretudo, pelas mensagens simbólicas que transmite através de suas programações. Por isso, enquanto o senso comum diria que determinada pessoa é militante, seja de partido ou de movimentos sociais, porque é de esquerda, acreditamos que uma pessoa tem tendência maior de ser de esquerda à medida que tenha experiências coletivas. Tais experiências podem contribuir para o pensamento crítico ao demonstrar que as posições do senso comum não são únicas ou naturais. Em contraposição, quem tem poucas experiências coletivas tem menos condições de questionar o código imediato de explicação e interpretação da realidade.

Da mesma forma, o filiado que não possui vivência partidária (ou em movimentos sociais), que acompanha o partido apenas pela imprensa, tende não apenas a sofrer maior influência do discurso do senso comum, mas também a levá-lo para dentro do partido. Por isso pensamos que o número de militantes cada vez menor<sup>45</sup>, ou número cada vez maior de filiados sem vivência partidária e em movimentos sociais e com poder de voto no PED, tem influência no movimento em direção ao centro político verificado no PT.

---

<sup>45</sup> Em proporção ao número de filiados.

## 4 ANÁLISE DA PESQUISA

### 4.1 PRÓLOGO

Aplicamos cento e nove questionários. De saída, conseguimos um bom número de militantes, pois é mais fácil encontrá-los: basta ir a reuniões ou atividades do partido. Encontrar os filiados é bem mais custoso - nos demandou um bocado de tempo-, e para isso recorremos a três métodos: 1. Através do “filiaweb”, sistema público de consulta do TSE, pela internet, pudemos ter acesso aos nomes dos filiados ao PT de Porto Alegre e, depois, procuramos no Facebook e localizamos cerca de duzentos e trinta filiados, para quem enviamos o questionário; 2. Conseguimos com o PT de Porto Alegre contato telefônico de alguns filiados que não votaram nos últimos PED. Através desse método, conseguimos aplicar alguns questionários por telefone; 3. Pedimos aos militantes que responderam ao questionário, indicação de filiados.

Em um segundo momento, convidamos as pessoas para a entrevista pensando em um equilíbrio entre *militantes*, *filiados com práxis* e *filiados puros*. Entrevistamos vinte e uma pessoas, sete de cada grupo de tipo ideal. A maior parte das entrevistas durou cerca de quarenta minutos. Entretanto, tivemos entrevistas que duraram cerca de três horas.

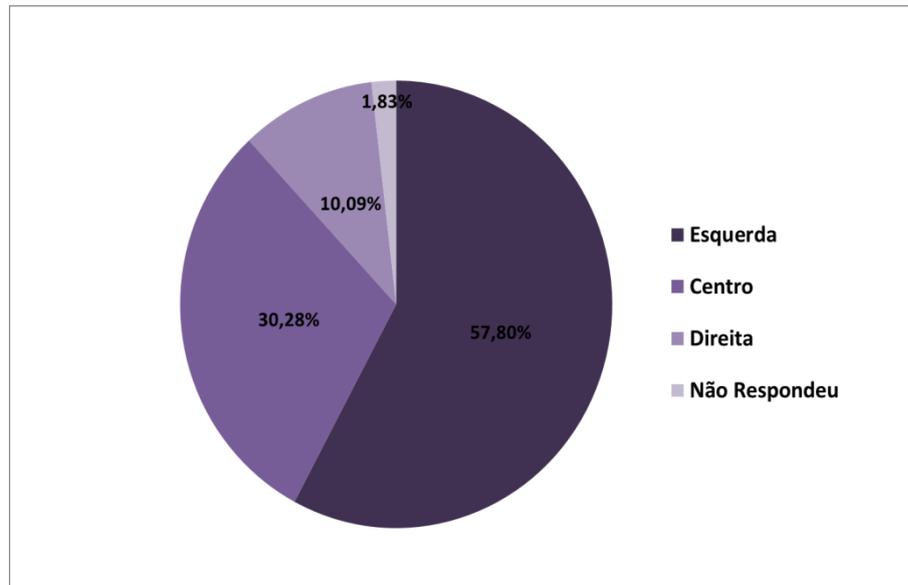
Para apresentarmos nossas considerações sobre as entrevistas de forma mais didática, optamos por fazê-las do seguinte modo: analisar as respostas de cada tipo ideal tema por tema, e depois proceder às considerações gerais.

Mantivemos a numeração que identifica cada entrevistado a partir da ordem cronológica da entrevista. Assim, a título de exemplo, dentre os *filiados com práxis* temos os entrevistados 1, 5, 7, etc, porque se trata da primeira, da quinta e da sétima, etc, pessoa que entrevistamos.

### 4.2 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

Começamos analisando as respostas a partir do espectro ideológico. Conforme pode ser visto no Apêndice A, uma das questões, no questionário, pedia para que a pessoa respondesse como se considera em uma escala em que 0 é extrema esquerda e 10 é extrema direita. Classificamos as respostas da seguinte forma: 0 a 3 = esquerda; 4 a 6 = centro; 8 a 10 = direita.

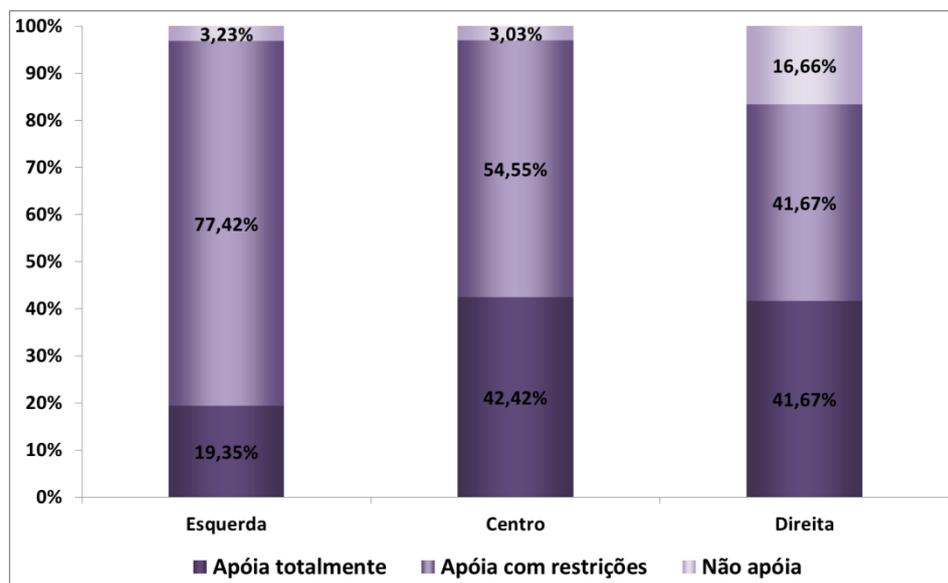
Gráfico 1: Percentual de entrevistados conforme Espectro Ideológico



Fonte: Do Autor, 2013

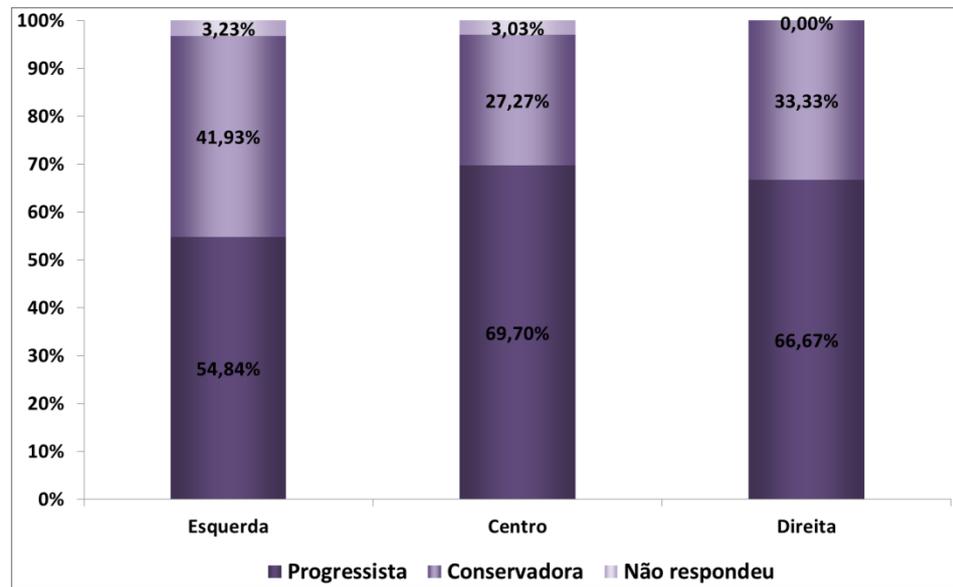
A partir dessa classificação, verificamos que o percentual dos que apoiam sem restrições a política econômica dos governos Lula é bem menor entre os que tiveram sua autoimagem classificada como de esquerda (19,35% contra 42,62% dos de centro e 41,67% dos de direita, conforme Gráfico 2). No entanto, o grupo cuja autoimagem foi classificada como de direita foi o que mais respondeu que não apoia a política econômica (16,66%). Os entrevistados de esquerda foram também os que mais consideraram a política econômica dos governos Lula conservadora (41,93%), conforme Gráfico 3.

Gráfico 2: Espectro Ideológico e Posição sobre a Política Econômica dos Governos Lula



Fonte: Do Autor, 2013

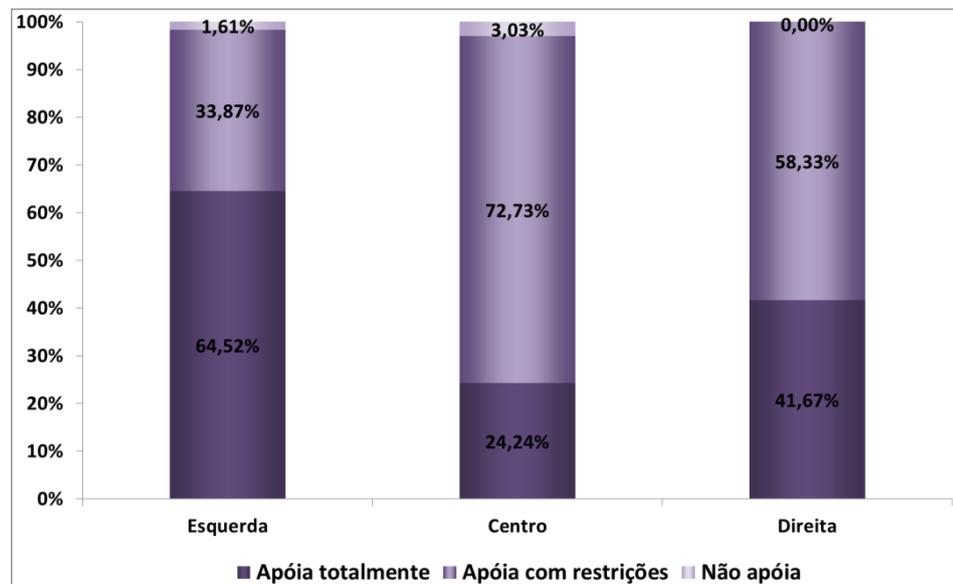
Gráfico 3: Espectro Ideológico e Opinião sobre a Política Econômica dos Governos Lula



Fonte: Do Autor, 2013

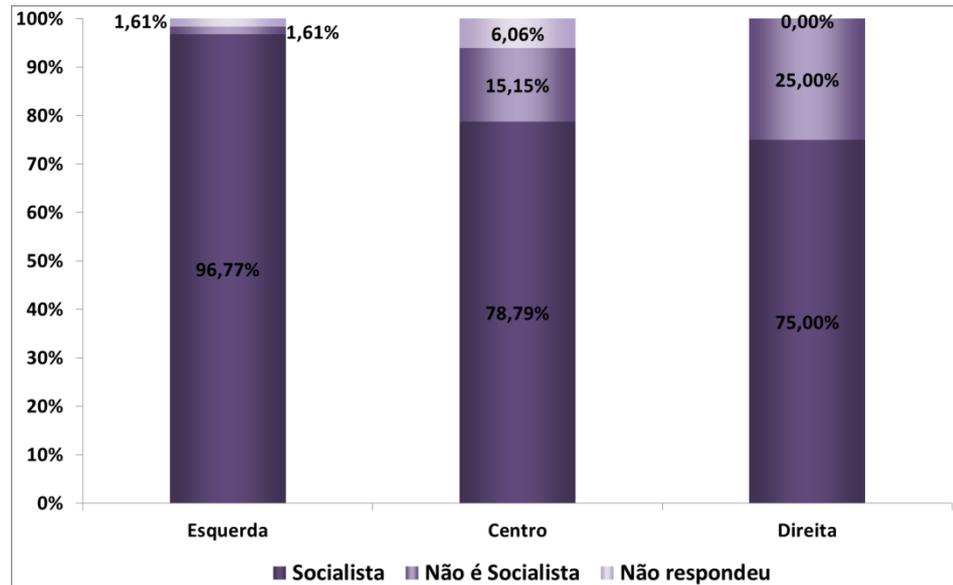
O percentual de apoio irrestrito ao MST e o percentual dos que se declararam socialista também foi maior entre as pessoas cuja autoimagem foi classificada como de esquerda, conforme pode ser visto nas Gráficos 4 e 5, respectivamente.

Gráfico 4: Espectro Ideológico e Posição sobre o MST



Fonte: Do Autor, 2013

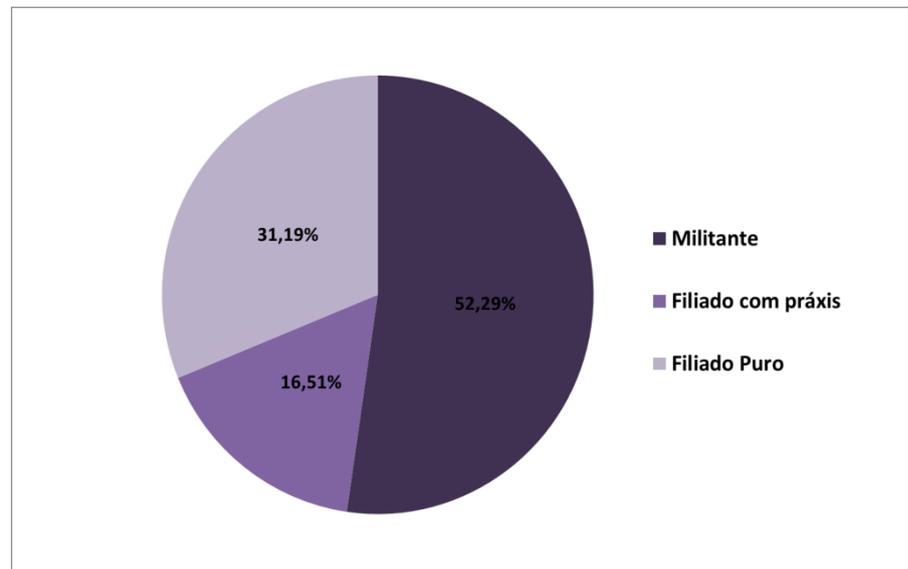
Gráfico 5: Espectro Ideológico e Socialismo



Fonte: Do Autor, 2013

Das pessoas que responderam ao questionário, classificamos 57 como *militante* e 52 como *filiado*. Das 52 pessoas que consideramos *filiado*, 18 (16,51% do total de entrevistados) consideramos *filiado com práxis*, e 34 (31,19%) *filiado puro* (Gráfico 6).

Gráfico 6: Percentual de entrevistados conforme tipos ideais

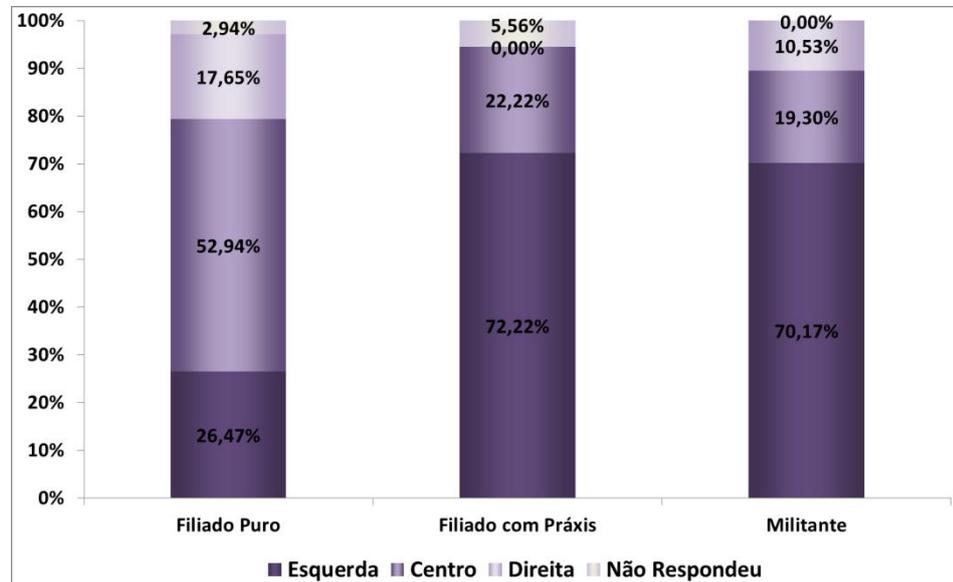


Fonte: Do Autor, 2013

A grande maioria dos *filiados com práxis* e dos *militantes* que responderam ao questionário (72,22% e 70,17%, respectivamente) fazem parte do grupo cuja autoimagem foi classificada como de esquerda. Já a maior parte dos *filiados puros* (52,94%) tiveram sua

autoimagem classificada como de centro (Gráfico 7).

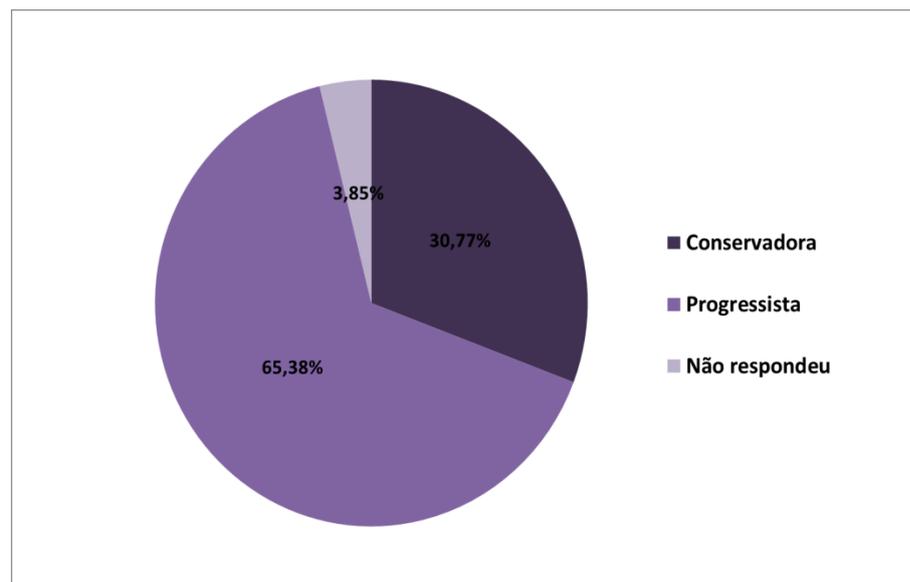
Gráfico 7: Tipo Ideal e Espectro Ideológico



Fonte: Do Autor, 2013

Do total de *filiados* (*filiados puros* e *filiados com práxis*), 65,38% consideram a política econômica aplicada durante os governos Lula progressista enquanto 30,77% consideram conservadora e 3,85% não responderam (Gráfico 8).

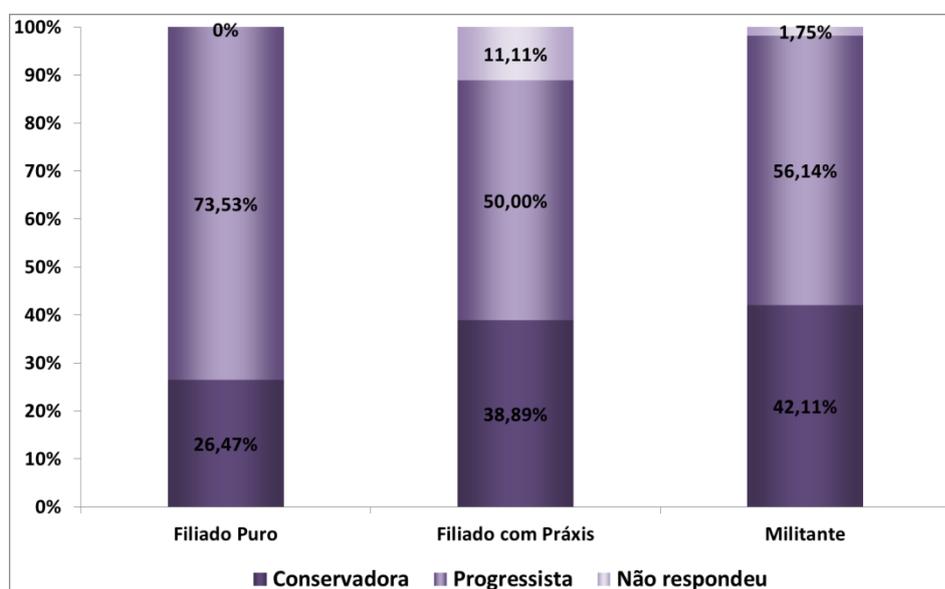
Gráfico 8: Opinião dos *Filiados* sobre a política econômica dos governos Lula



Fonte: Do Autor, 2013

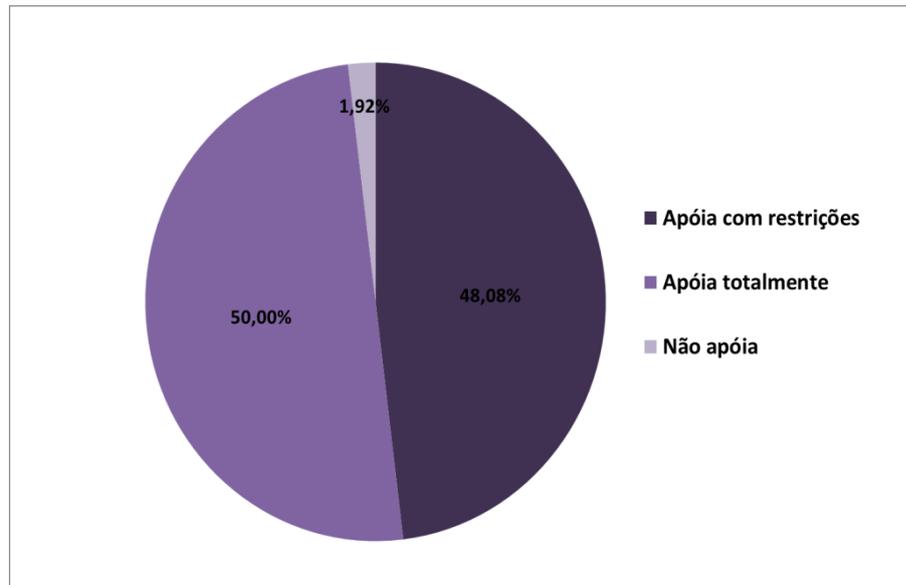
Entretanto, quando analisamos separadamente os filiados classificados em *filiados puros* e *filiados com práxis*, nota-se uma diferença no posicionamento: embora o percentual que tenha respondido considerar conservadora a política econômica aplicada durante os governos Lula sejam semelhantes (26,47% e 38,9%) verifica-se acentuada diferença no percentual dos que a classificam como progressista: 73,5% dos *filiados puros* assim a consideram, índice que cai para 50,0% entre os *filiados com práxis*. Entre os *militantes*, o percentual dos que consideram a política econômica conservadora chegou a 42,11% (Gráfico 9).

Gráfico 9: Relação entre o Tipo Ideal e a opinião sobre a política econômica dos governos Lula



Fonte: Do Autor, 2013

A leitura é semelhante na análise do percentual das respostas à questão sobre o apoio à política econômica dos governos Lula: se analisarmos os dados dos *filiados*, sem classificá-los em *filiados puros* e *filiados com práxis*, veríamos simplesmente que 50% dos *filiados* responderam que apóiam integralmente a política aplicada, que 48,08% apoia parcialmente e que 1,92% não apoia (Gráfico 10).

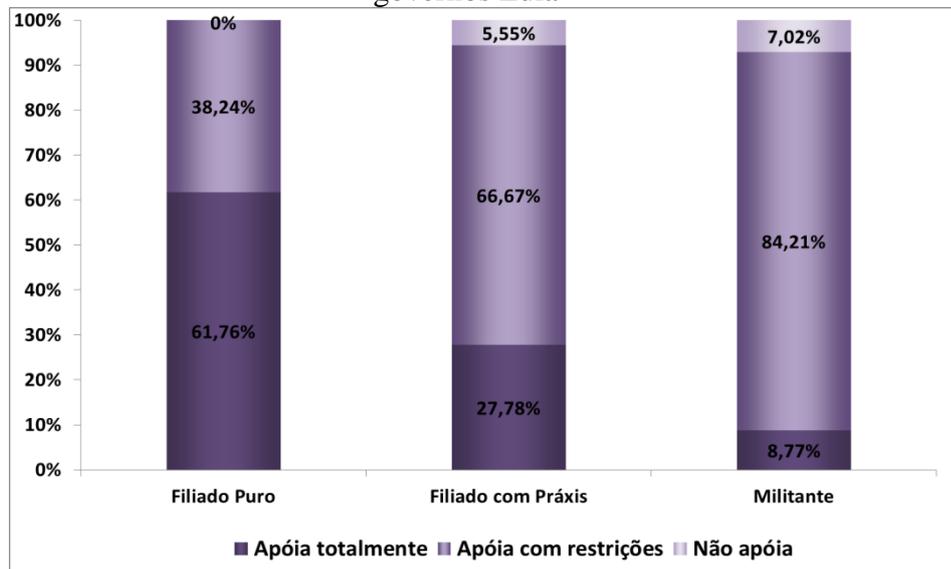
Gráfico 10: Posição dos *Filiados* em relação à política econômica aplicada durante os governos Lula

Fonte: Do Autor, 2013

No entanto, a Gráfico 11 nos mostra que, entre os *filiados puros*, 61,76% apoiam totalmente e 38,24% apoiam com restrições, enquanto entre os *filiados com práxis* a maior parte apoia com restrições (66,7%), 27,78% apoiam totalmente e 5,55% não apoiam.

Já entre os *militantes*, apenas 8,77% responderam que apóiam totalmente. A grande maioria respondeu apoiar com restrições (84,21%). Além disso, entre os militantes, 7,0% responderam que não apoiam a política econômica colocada em prática durante os governos de Lula (opção escolhida por apenas um *filiado com práxis* e por nenhum *filiado puro*).

Gráfico 11: Relação entre Tipo Ideal e posição sobre a política econômica aplicada durante os governos Lula



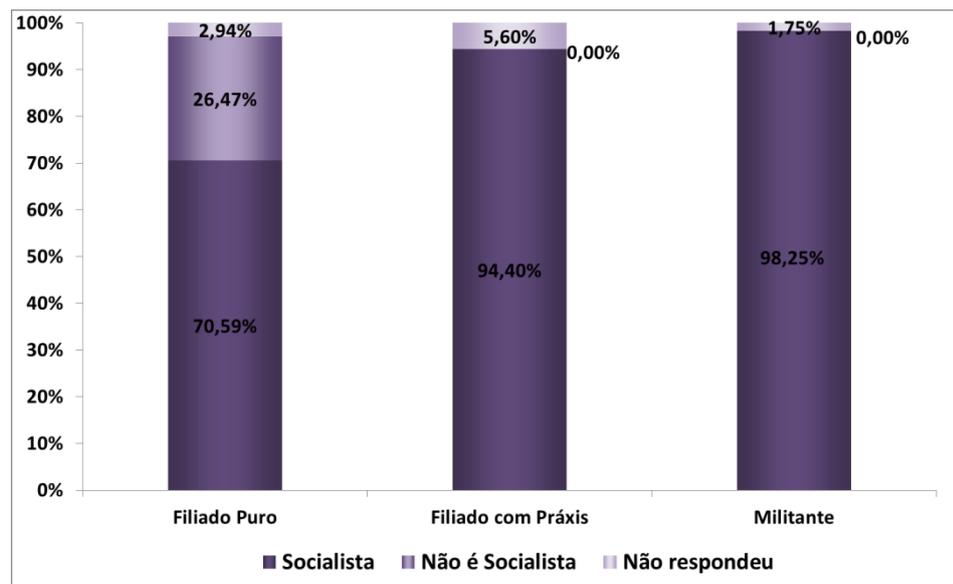
Fonte: Do Autor, 2013

Em relação à pergunta sobre socialismo, quase todos os *militantes* e os *filiados com práxis* se dizem socialistas (98,25% e 94,40%, respectivamente); nenhum desses respondeu não ser socialista e apenas um de cada tipo não respondeu à pergunta. Já entre os *filiados puros*, 26,47% responderam que não são socialistas (Gráfico 12).

A maior parte dos *filiados puros* (67,65%), dos *filiados com práxis* (83,33%) e praticamente todos os *militantes* (92,98%) responderam que Jairo Jorge, prefeito de Canoas (PT), agiu equivocadamente quando convidou Cezar Busatto para compor seu secretariado (Gráfico 13). Além da considerável diferença percentual observada entre os *filiados puros* e os outros dois tipos ideais, outra diferença observada é que houve ocorrência bem maior entre os *filiados puros* que não responderam (20,59%, ou 70% dos que não responderam à pergunta), provavelmente por não saberem ou lembrarem do ocorrido, ou por não saberem se posicionar, enquanto o percentual entre os *filiados com práxis* foi de 5,56% e de 3,51% entre os *militantes*.

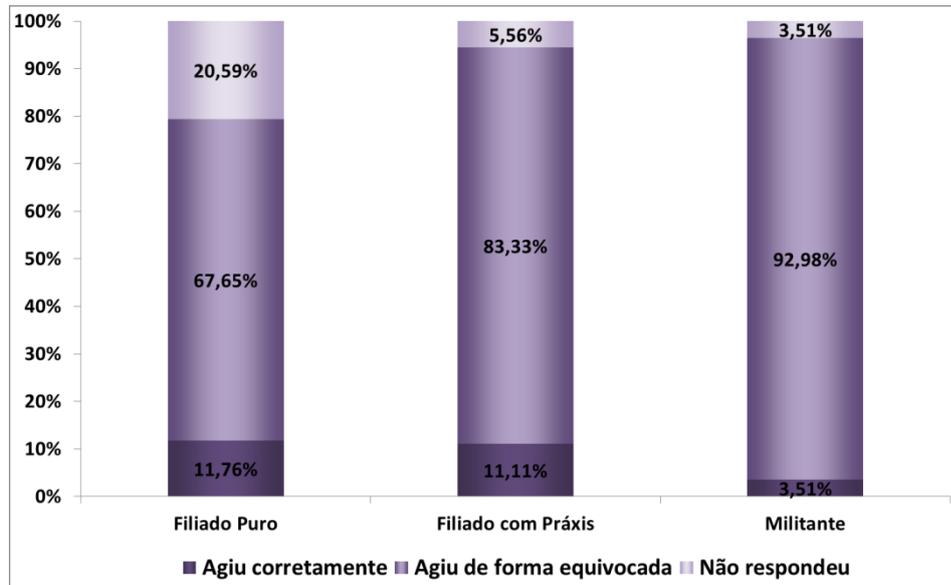
Na pergunta sobre o MST, nenhum *militante* ou *filiado com práxis* disse não apoiar o movimento, enquanto 2 (5,88%) filiados puros escolheram essa opção. O percentual de apoio total (66,67%) e apoio parcial (33,33%) entre os *militantes* e os *filiados com práxis* foram idênticos, enquanto que entre os *filiados puros* a ocorrência da resposta “apoio parcialmente” foi maioria absoluta (82,35%), com apenas 11,77% afirmando apoiar totalmente (Gráfico 14).

Gráfico 12: Relação entre Tipo Ideal e posição sobre Socialismo



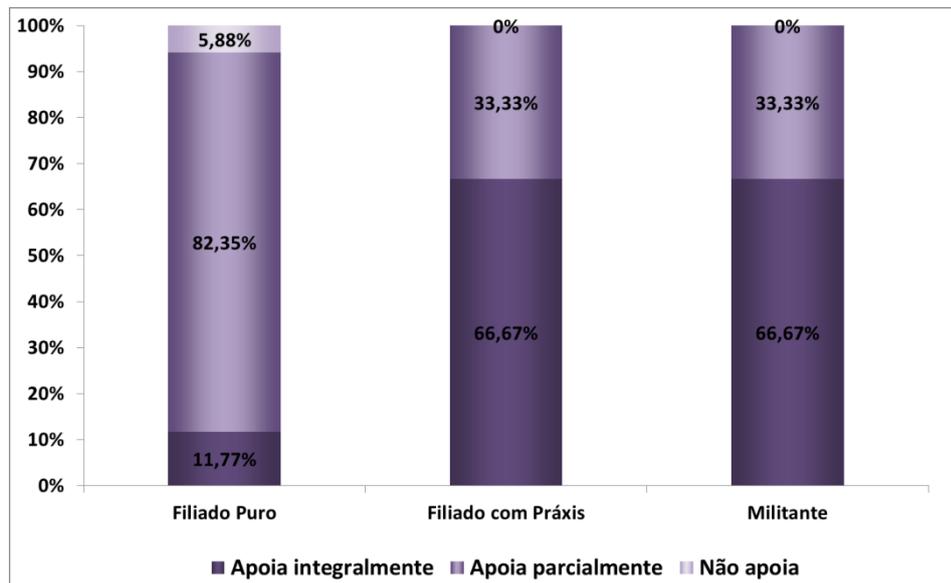
Fonte: Do Autor, 2013

Gráfico 13: Relação entre Tipo Ideal e opinião sobre o caso Busatto



Fonte: Do Autor, 2013

Gráfico 14: Relação entre Tipo Ideal e posição sobre o MST



Fonte: Do Autor, 2013

Desse modo, analisando de forma holística os questionários respondidos, verificamos que há um padrão, no sentido de que entre os militantes houve a maior ocorrência percentual de posições que consideramos mais à esquerda, em todas as questões averiguadas: 91,23% têm visão crítica sobre a política econômica aplicada durante os governos Lula (84,21% apoia com restrições e 7,02% não apoia), sendo que 42,11% a consideram conservadora; 98,25% se

consideram socialista; 92,98% consideram que o prefeito de Canoas, do PT, se equivocou ao convidar Cezar Busatto para o secretariado; e 66,67% apoiam incondicionalmente o MST. Esses percentuais são bastante diferentes dos que aparecem nas respostas entre os filiados puros: entre esses, apenas 38,24% apresentam visão crítica sobre a política econômica de Lula, e 73,53% a consideram progressista; é bem menor o percentual dos que se consideram socialista (70,59%) e dos que consideram equivocado o convite feito a Busatto (67,65%); também, apenas 11,77% apoiam integralmente o MST.

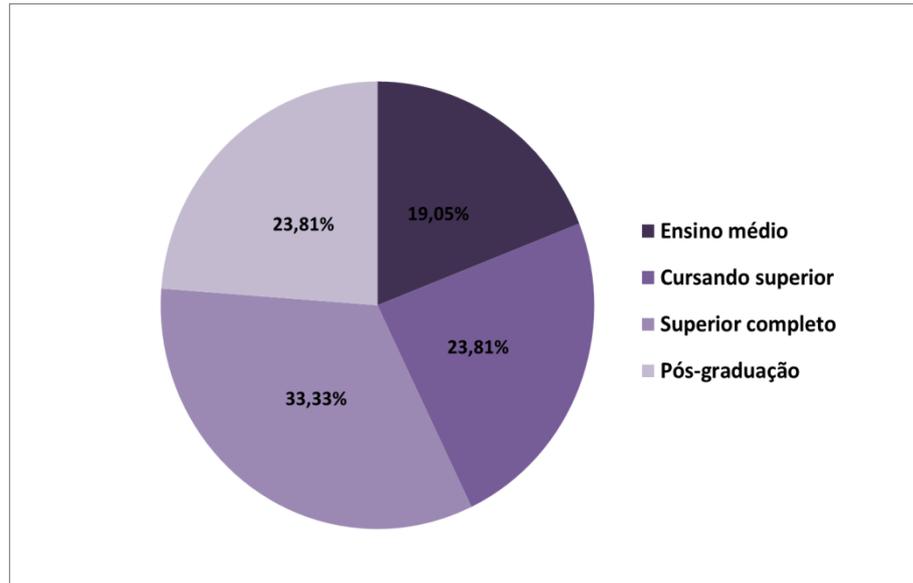
Os percentuais dos *filiados com práxis* ficaram semelhantes aos dos *militantes* na questão socialismo (94,40% se consideram socialista), sobre o convite feito a Busatto (83,33% manifestaram contrariedade) e exatamente igual na questão sobre o MST (66,7% apoiam totalmente). Nas questões sobre política econômica, o posicionamento crítico apareceu em percentuais bem mais elevados do que os presentes nas respostas dos *filiados puros*, embora mais baixos do que os percentuais dos *militantes*: 72,22% têm críticas à política econômica dos governos Lula (66,67% apoia com restrições e 5,55% não apoia), e 38,89% a consideram conservadora.

Nesse sentido, com a devida ressalva, que já fizemos, de que nossa pesquisa não tem a pretensão de ser representativa estatisticamente, consideramos que, no cruzamento de dados feitos para possibilitar leitura e interpretação dos questionários aplicados, nossa hipótese se verificou com indicativo de sustentação, pois os *militantes* e *filiados com práxis* questionados tiveram, no geral, um posicionamento mais crítico e mais à esquerda, em comparação aos *filiados puros*.

### 4.3 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Dos 21 entrevistados, 12 (57,14%) possuem curso superior completo, sendo que, destes, 5 cursaram também curso de pós-graduação; 4 entrevistados cursaram até o ensino médio e outros 5 declararam estar cursando curso de ensino superior (Gráfico 15).

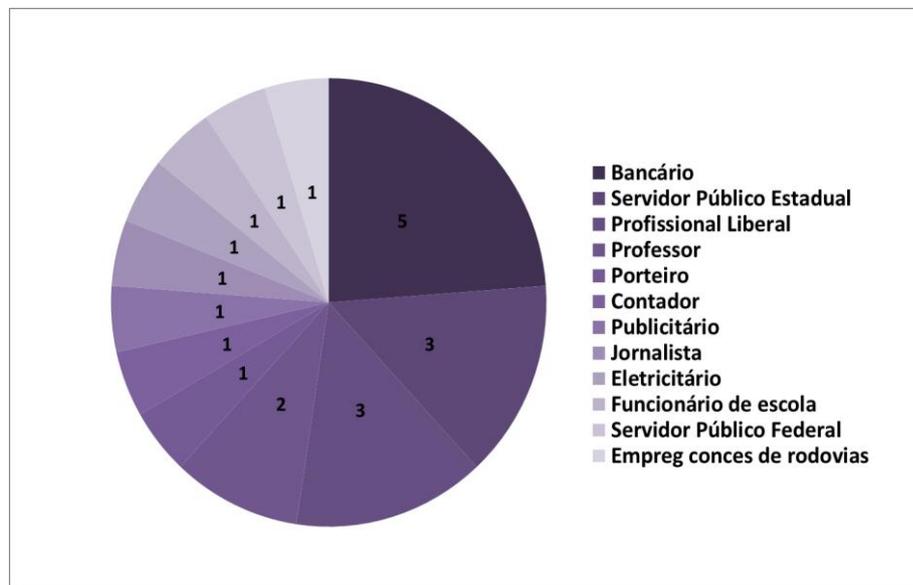
Gráfico 15: Escolaridade dos entrevistados



Fonte: Do Autor, 2013

Com relação à profissão, 5 dos entrevistados são bancários, 3 são servidores públicos, 3 são profissionais liberais, 2 são professores. Segue abaixo o quadro completo (Gráfico 16).

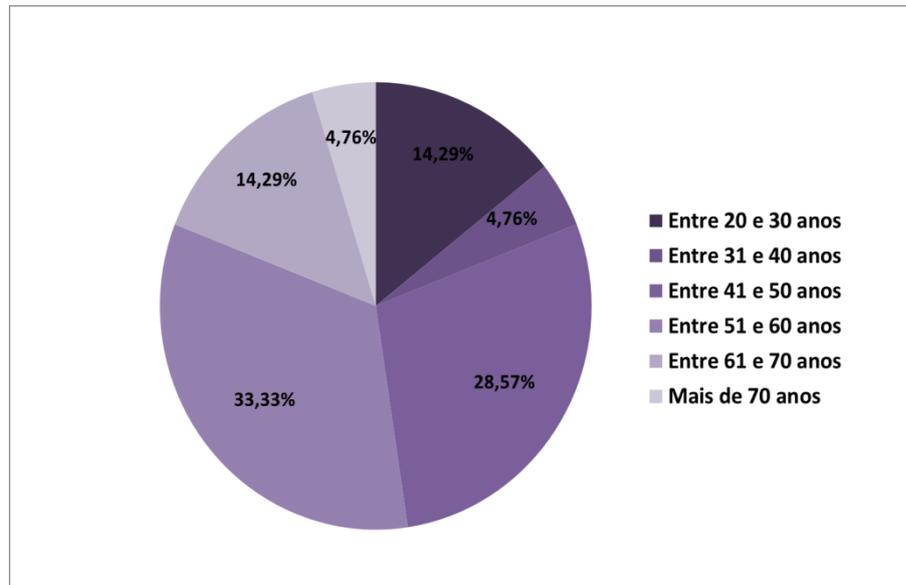
Gráfico 16: Profissão dos entrevistados



Fonte: Do Autor, 2013

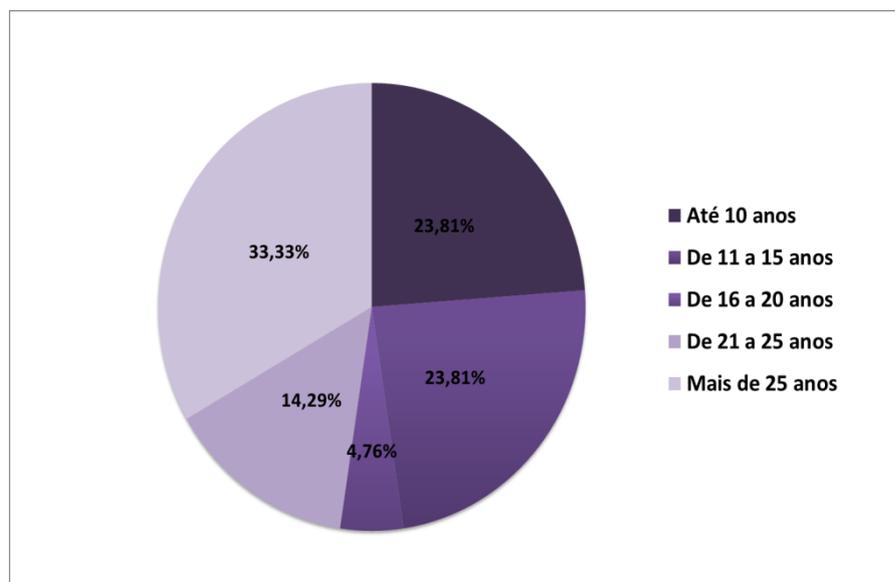
Com relação à idade, nossos entrevistados têm entre 28 e 77 anos, e a maior parte tem entre 40 e 60 anos (Gráfico 17), e a maior parte tem mais de 25 de filiação ao partido (Gráfico 18).

Gráfico 17: Faixa Etária dos entrevistados



Fonte: Do Autor, 2013

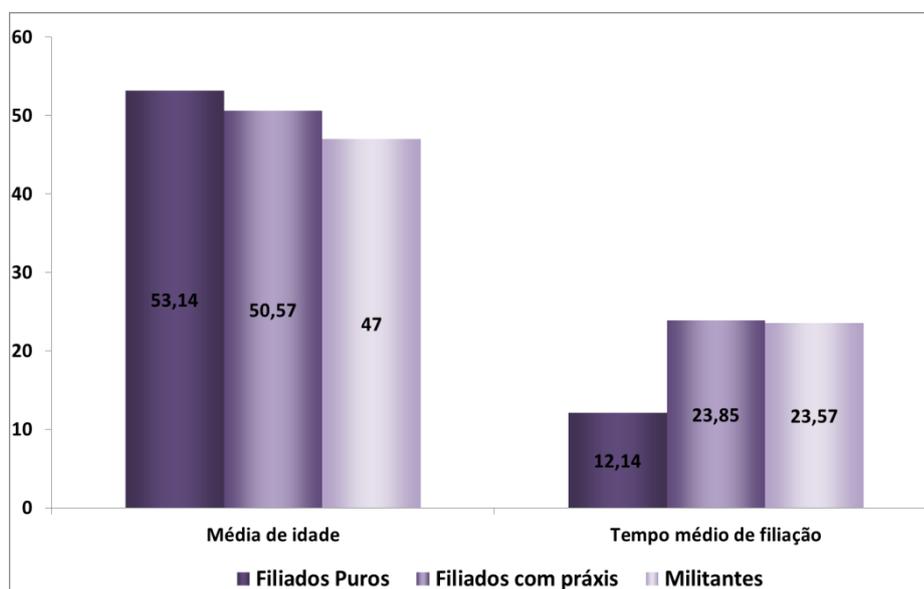
Gráfico 18: Tempo de filiação dos entrevistados



Fonte: Do Autor, 2013

Como nos mostra a Gráfico 19, o tempo médio de filiação dos *filiados com praxis* e dos *militantes* entrevistados se equivalem (23,85 e 23,57 anos, respectivamente). Já os entrevistados pertencentes ao tipo ideal dos *filiados puros* têm uma média de tempo de filiação mais baixa (12,14 anos). Com relação à idade, a média dos militantes entrevistados é de 47 anos, a dos filiados com praxis, 50,57 e a dos filiados puros 53,14 anos.

Gráfico 19: Média de idade e de tempo de filiação



Fonte: Do Autor, 2013

No começo de cada entrevista pedíamos para a pessoa falar um pouco (o que achasse importante, o que lhe viesse à mente) sobre sua relação com o partido. Evidentemente não houve resposta padrão por parte dos questionados: alguns falaram pouco, outros falaram bastante, refletindo talvez, além de suas características pessoais, seu grau de envolvimento com o partido. Mas todos, sem exceção, contaram um pouco sobre o que motivou e a forma como se deu sua aproximação com o PT.

É a síntese dessas passagens sobre a aproximação e relação com o partido que apresentamos a seguir, para que possamos ter uma noção das atividades que cada entrevistado exerce ou exerceu e do grau de envolvimento que cada um teve e tem com o partido. Por questão didática, apresentaremos por grupos de tipos ideais, começando pelos *filiaados puros*.

#### 4.3.1. Filiaados puros

O *entrevistado 2* tem 59 anos, é filiado desde 2002 e nunca participou efetivamente da vida partidária. Teve uma curta participação na associação de moradores quando da “invasão” do Parque dos Maias, quando fizeram uma cooperativa. Depois ajudou a eleger “uma companheira” para o conselho tutelar, e a partir daí se envolveu no PT: “me puxaram pra fazer campanha pra determinada pessoa pra vereador”, e aí me filiei.

O *entrevistado 3* nunca foi militante do PT. Era do PDT, partido do qual se desfiliou junto “com a Dilma, o Milton Zuanazzi<sup>46</sup> e com outros companheiros que se sentiram desconfortáveis dentro do partido, pela linha mais à direita”. Seu grupo de maior convívio era o grupo do Carlos Araújo (“um cara de esquerda”). Tem 64 anos.

A *entrevistada 9* tem 61 anos, e se filiou ao PT, há cerca de 15 anos, por causa de uma vereadora que era do bairro (e que agora não é mais do PT): “foi ela que praticamente nos levou, a gente conhecia ela, se dava com ela, ela foi chamando a gente e a gente foi indo, foi entrando nas campanhas, “o que a gente participava mais mesmo era nas eleições”, “depois terminava a campanha e era pouco... “Nossa participação era assim, quando os companheiros chamavam”.

O *entrevistado 10* é professor aposentado, tem 78 anos e se aproximou do PT quando não era filiado e foi convidado para uma reunião de um núcleo de bairro. Participou de poucas reuniões, assistiu a algumas palestras. Fora isso, “sempre fui um bom admirador do Olívio, do Lula, bastante do Lula, do Raul, do Koutzii, eu me senti de certa forma sintonizado com a maneira de pensar, inclusive do próprio José Dirceu, tão questionado. A minha integração com o PT se dá assim, com uma afinidade intelectual com o governo do PT, principalmente do Lula e do Olívio, não com uma participação efetiva”.

A *entrevistada 17* é formada em Ciências Contábeis, tem 33 anos, e, embora simpatizasse com o PT desde a adolescência, filiou-se ao partido por conta das conversas com um professor seu, da faculdade, que estava fazendo mestrado em Ciências políticas, e que a incentivou a participar mais, então “eu acabei me filiando, mas acabei nem indo muito nas reuniões”. Lembrou que houve também uma grande influência de uma tia, tanto é que, ao lembrar-se disso, a entrevistada se deu conta de que, após o falecimento dessa tia, nunca mais conversou sobre política em casa.

A *entrevistada 18* é bancária e lembra que, para sua família, “era Brizola na terra e Deus no céu”. Destaca também em sua formação política a influência de um professor, no segundo grau, que tinha sido torturado (preso político): “ali começou a minha iniciação, porque ele dava muitos toques pra gente, e começou a abrir minha cabeça pra questão do trabalho, do trabalhador”.

O *entrevistado 19* é profissional liberal. Filiou-se ao PT em 1998, “quando o Olívio ganhou o estado”, chegou a ser delegado do Orçamento Participativo, mas, internamente,

---

<sup>46</sup> Dilma Rousseff, atual Presidenta da República; Milton Zuanazzi, político gaúcho que, dentre outros cargos que ocupou, foi secretário nacional de Políticas de Turismo. Ambos eram filiados ao PDT e deixaram o partido junto com a ex-senadora Emília Fernandes e com o trabalhista histórico Sereno Chaise quando o PDT rompeu com o governo Olívio Dutra, em 1999. Mais tarde, todos os quatro se filiaram ao PT.

salvo um período muito restrito, não teve “militância nenhuma.”.

Tabela 1: Perfil dos *Filiados Puros*

Entrevistado	Profissão	Escolaridade	Idade	Tempo de Filiação (anos)
2	Porteiro	Ensino médio	59	10
3	Profissional liberal	Graduação	64	12
9	Funcionária de Escola	Ensino Médio	61	15
10	Professor	Pós-Graduação	77	10
17	Contadora	Graduação	33	9
18	Bancária	Graduação	48	15
19	Profissional liberal	Ensino Médio	30	14

Fonte: Do Autor, 2013

#### 4.3.2. Filiados com práxis

O *entrevistado 1* se filiou ao PT por volta de 1981. Lembrou que entrou no partido por intermédio de um “cara histórico” que não está mais no PT (está no PSOL). É servidor público, e durante o governo Olívio Dutra foi diretor geral substituto da secretaria da agricultura. Participa da vida partidária eventualmente. Não tem participação efetiva porque considera que essa participação tem mais força quando se tem uma corrente e, como não tem corrente, sua voz acaba não tendo força alguma. Mas participa, sempre que possível, da setorial da Saúde “para fazer algumas cobranças”. Sempre teve participação no meio sindical (sindicato dos servidores públicos). Por coincidência, citou elogiosamente a *entrevistada 8* e o *entrevistado 4*, que entende estarem muito desgastados dentro do partido por conta de suas posições críticas (que elogiou).

O *entrevistado 5* é filiado ao PT há 17 anos e atualmente preside um grande sindicato de trabalhadores do ramo financeiro de Porto Alegre e Região. Nunca participou muito de fóruns como núcleos ou zonais, participou de encontros do partido, congressos, convenções. Mas registra que não tem participado “talvez por falta de vontade mas também porque não tem espaço”; “mas vou votar nos PEDs”.

O *entrevistado 7* tem 53 anos. Sua relação inicial com o PT se deu na época da

fundação do partido: “na verdade não saí pra catar assinatura, mas fui um dos ‘catados’, morava numa república, e acabei assinando nessa ocasião pra conseguir o registro do partido”. Disse que Olívio Dutra era a credencial: “não precisava mais saber de nada, sabendo que Olívio Dutra era um dos líderes do movimento, já era suficiente”. Mas se filiou mesmo por volta de 1989. Foi mais participante no movimento sindical (bancário), ajudando a liderar greves nas diversas cidades em que trabalhou.

O *entrevistado 12* é publicitário e filiado desde 1983. Militava já desde 1979 “na volta do PT, ou no entorno, né, das pessoas, das organizações que vieram a fundar o PT”. Sua militância se iniciou “como um militante de base, movimento estudantil, fundei o núcleo da Faculdade São Judas Tadeu, depois fui militar nos comerciários (oposição comerciária), militei na UFRGS também, no movimento estudantil, mas não muito porque daí eu já tava no movimento sindical”. Foi um dos organizadores de “uns dois ou três” encontros de núcleos. Hoje sua participação no partido “é quase que nula, eu participo das convenções, dos PEDs, mas tenho uma participação pífia, porque o partido não oferece espaço de participação. Além de algumas decepções, ou coisa que o valha, mas na verdade não tem muito espaço pra atuar cotidianamente, né[...] hoje o cara vai lá e vota... é um partido tradicional nesse aspecto”.

A *entrevistada 13* começou a militar no PT em 1982. Atuou na parte de organização, na nucleação e no fortalecimento das instâncias do partido. Militou em zonal (“Foi maravilhoso. A nossa zonal era uma zonal forte em Porto Alegre, a zonal 113. Tinha um trabalho de relação com as pessoas muito forte”), núcleos, participou de diversos encontros de núcleos, das zonais e municipal. Tem lembranças profundas da primeira gestão petista em Porto Alegre (1988), e diz que, apesar de muitos militantes terem ido para o governo, o partido ainda mantinha uma relação muito forte com o movimento, e as instâncias partidárias ainda funcionavam. Em sua ótica, depois disso mudou: em 1995 participou do governo municipal, e diz que “a gente já via que tinha uma diferença entre os petistas do governo e os petistas do partido. A gente não tinha instância pra discutir. Não existia mais essa organicidade, o governo não vinha pras instâncias do partido pra fazer a discussão”. Entende que “a institucionalidade nos sugou completamente, a gente se distanciou das pessoas, se distanciou do movimento”. Hoje acompanha o PT pela imprensa

O *entrevistado 16* lembra que, apesar de sempre ter votado na esquerda, foi a partir de sua entrada na universidade, e o conseqüente envolvimento com o movimento estudantil (Diretório Acadêmico da Comunicação, DCE, Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação; envolvimento com a pauta mais geral da democratização da comunicação), que começou pra valer seu processo de formação política. Até que, no ano 2000, junto com os

colegas mais próximos, filiou-se ao PT: “a origem foi ali, foi a partir da militância no movimento estudantil, [que se deu] a conscientização da importância do partido, e a partir daí então a definição, de uma forma muito adequada, no meu entendimento: primeiro um processo de formação política para depois fazer a opção partidária”. A militância partidária nunca foi seu espaço principal de militância, que foi, em um primeiro momento, o movimento estudantil, e depois (até hoje) o movimento sindical.

A entrevistada 20 é servidora pública federal. Começou a se envolver com política quando começou o movimento pelas “diretas já”. Primeiro se filiou ao PCB e, depois, ao PT, porque “me identifiquei com o partido, me parecia uma coisa mais engajada, mais ‘na rua’ mesmo”. Para ela, algumas coisas em sua história com o PT foram muito marcantes, como a vitória do Olívio em 1988, a campanha do Lula em 1989 e o quanto as pessoas eram engajadas e gostavam do governo do PT em Porto Alegre. Gostava muito de fazer campanha, de conversar com as pessoas durante e após as eleições, e ficou desiludida com o partido ao ver perdida essa prática e ao ver o pragmatismo de novos filiados que nada tem a ver com o PT mas se filiaram almejando cargos. Está afastada do partido desde 2004.

Tabela 2: Perfil dos *Filiados com Práxis*

Entrevistado	Profissão	Escolaridade	Idade	Tempo de Filiação (anos)
1	Servidor Público Estadual	Pós-Graduação	52	30
5	Bancário	Cursando superior	49	17
7	Bancário	Ensino Médio	53	24
12	Publicitário	Graduação	49	32
13	Profissional Liberal	Superior	61	31
16	Bancário	Pós-Graduação	42	10
20	Servidora pública federal	Ensino Médio	48	23

Fonte: Do Autor, 2013

### 4.3.3. Militantes

O *entrevistado 4*, servidor público, é “pré-fundador” do PT, participa das setoriais da saúde (vai em todas as reuniões dessa setorial) e da setorial sindical. Era participante de núcleos e de todas as instâncias do partido, atualmente participa “muito pouco por não mais existirem espaços de intervenção política”. Quando tem espaços de discussão no partido, normalmente participa, “mas é muito raro ter”. Então a participação eventual “não é por falta

de vontade, mas por falta de espaços políticos”.

O *entrevistado 6* tem 30 anos, e se filiou ao PT há 12 anos “espontaneamente, passei a acompanhar o PT nos eventos que eu ficava sabendo que acontecia, que eram públicos e tal...” Permaneceu assim, nessa participação mais solitária por um tempo, participava de eventos de rua, juntava-se com as pessoas, e assim foi, até que começou a participar de um núcleo que articulava os militantes dos bairros Glória, Teresópolis e Medianeira: “comecei a atuar no PT pelo núcleo; depois que parou de ter reuniões do núcleo comecei a atuar de maneira como antes, solitariamente, participando das atividades dependendo de minhas disponibilidades”. Posteriormente, passou num concurso, tornou-se bancário, aproximou-se do movimento sindical, “e acabei entrando numa das correntes do PT e militando numa corrente sindical”. A partir daí, passou a militar preponderantemente no movimento sindical, mas passou a participar com mais frequência das atividades da corrente e do partido. Participação “antes solitária, esporádica, agora com todas as atividades possíveis do PT e da corrente”.

A *entrevistada 8* tem 48 anos, e é presidenta de um dos maiores sindicatos da América Latina. É filiada ao PT há 32 anos e sempre participou das instâncias do partido com muita intensidade. Mas diz que essa participação no passado era diferente do que é hoje: “quando entrei na direção do PT, as pessoas olhavam diretamente pra mim pra ouvir a opinião do movimento, pra saber o que o movimento tava fazendo, qual era o acúmulo do movimento... As pessoas tinham isso colocado, elas exercitavam a partir da postura do movimento. Depois que o governador Tarso ganhou as eleições, o PT começou a ficar incomodado em se levar as posições do movimento, e as pessoas quase que não ouviam mais, eu me inscrevia pra falar e as pessoas ‘ta, e aí, e o barco?’, como se isso não fosse importante”.

O *entrevistado 11* tem 54 anos, e é filiado há 23 anos: “tenho uma história de movimento social, movimento estudantil, desde 1975, 1976. Militei até 1981, 1982, daí voltei a militar em 1985 no partido socialista e me filiei ao PT em 1989. A minha militância a partir daí foi nos movimentos sociais e na formação política dentro do PT. Eu sempre fui militante, não abro mão da militância, que é aí que tu faz esse exercício político, lidar com as questões de base. Fiz partes das caravanas [Núcleo das Caravanas], onde a gente viajava o estado inteiro fazendo esse trabalho, construindo o PT em pequenos municípios”. Hoje atua na formação de uma nova tendência, a Esquerda Popular Socialista, “que inclui a questão dos movimentos de base”.

O *entrevistado 14* é eletricitário, tem 28 anos, e se aproximou do PT em 2004, “quando comecei a entrar em contato com as ideias mais de esquerda, na universidade. E através do movimento estudantil fui me aproximando cada vez mais do PT”. Tem militância

dentro do partido (participa da direção estadual do PT) e nos movimentos sociais (“acho que o militante do partido deve militar no movimento social, militar só no partido acaba limitando muito tuas fronteiras, tua linha de pensamento. Acho que é importante a gente estar militando numa causa que é maior que o partido. O partido é um instrumento, não é o fim da militância”).

O *entrevistado 15* é jornalista, tem 59 anos, e sua aproximação com o PT “foi decorrência de trabalho desde a escola secundária, desde o Grêmio Estudantil do Julinho”. Teve também militância na Faculdade de Jornalismo (“nós reabrimos o Diretório Acadêmico”), foi dirigente do Sindicato dos Jornalistas, informalmente, pela oposição, associado do Coojornal<sup>47</sup> e militante do MEP: “em função dessa trajetória toda acabei assinando a ficha de adesão à formação do partido. Então eu entro no partido dos trabalhadores como militante em 1979, pela formação do PT”. Antes da legalização do partido, foi dirigente de base (“mas uma base mobilizada que, articulada, se tornava direção de fato”), tesoureiro do partido (“quando a função era uma tarefa de abnegados (risos) - buscar dinheiro, fazer quermesse, fazer filiações, fazer rifas, catar à força a contribuição espontânea dos trabalhadores...”), foi vereador. Hoje é membro do colegiado de formação política e da setorial da cultura e não participa de nenhum núcleo (“alguns resistem, mas perderam muito do impacto dirigente e da importância no conjunto do partido por conta da institucionalização do partido”). Considera não ter mais uma inserção militante no PT, a não ser na formação e na setorial da cultura, em função da falta de tarefa estratégica no partido.

O *entrevistado 21* é filiado ao PT desde 1985, é empregado de empresa concessionária de rodovias, sindicalista, militante na Associação José Martí<sup>48</sup>, e um conhecido militante petista em todo o estado. Lembra que o PT foi o partido que conseguiu discutir com a comunidade, ajudando a empoderar lideranças comunitárias e a população da periferia. Teve larga participação em grupos de militantes que atuava em diversas vilas de Porto Alegre junto às lideranças comunitárias, clubes de mães, e no núcleo das caravanas, formado para reproduzir no interior o trabalho militante que já existia em Porto Alegre. Lembra com emoção desse período de militância “por amor, com ideal”, e diz que é dolorido ver “as ideias, as coisas que a gente vê hoje, a diferença praquele nosso tempo”. Hoje segue militando, mas

---

<sup>47</sup> Jornal editado pela Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre (cujo nome também era Coojornal), de notoriedade nacional, circulou entre 1975 e 1983 e teve importante atuação na luta pela redemocratização do país. Ver ROSA, Susel Oliveira da. Exemplar, Pato Macho e Coojornal: Trajetórias alternativas. 188p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

<sup>48</sup> Entidade sem fins lucrativos de solidariedade a Cuba.

“de leve, não é mais aquela emoção que tu sentias de chorar, com aquele amor”. Entende que hoje o PT não é “o partido que queremos, mas o partido que temos”. Recebeu convites para militar em outros partidos de esquerda, mas concluiu que deve ficar no PT, para “brigar aqui dentro”.

Tabela 3: Perfil dos *Militantes*

Entrevistado	Profissão	Escolaridade	Idade	Tempo de Filiação (anos)
4	Servidor Público Estadual	Graduação	56	32
6	Bancário	Cursando superior	29	11
8	Professora	Graduação	48	32
11	Servidor Público Estadual	Graduação	54	23
14	Eletricitário	Cursando superior	28	8
15	Jornalista	Graduação	59	32
21	Empregado de concessionária de rodovias	Cursando superior	55	27

Fonte: Do Autor, 2013

#### 4.4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Conforme explicitamos no Capítulo 2, o roteiro que elaboramos para aplicarmos as entrevistas semiestruturadas foi baseado na sistematização do que consideramos, ao analisar pontos polêmicos dentro do PT, pontos em que há divergência entre posições, dentro do partido, mais conservadoras e posições mais à esquerda. Desse modo, incentivamos nossos entrevistados a opinar sobre a política de alianças constituída pelo PT durante os governos Lula; sobre a política econômica aplicada pelos governos Lula; sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); sobre socialismo.

Classificamos as respostas sobre a política econômica como: *positiva*, quando as falas denotam aprovação sem ressalvas; *crítica*, quando aparecem elementos de insatisfação ou censura; *ambígua*, quando o entrevistado não tem opinião formada sobre o tema ou apresenta, a nosso ver, argumentos contraditórios entre si.

As respostas sobre a política de alianças foram classificadas em: *positiva*, quando o entrevistado manifesta concordância com a ampla política de alianças feita pelo PT durante os governos Lula; e *crítica*, quando o entrevistado apresenta discordância a essa política.

Sobre o MST, o posicionamento dos entrevistados foi classificado em *positivo*, quando sua fala denota visão afirmativa do movimento; e *crítica*, quando aparecem na fala do

entrevistado elementos negativos sobre o movimento.

No tema socialismo, classificamos os entrevistados em três categorias: *não socialistas*, quando assim se declaram; *socialistas*, quando apreendemos que idealizam e/ou lutam por uma sociedade justa através da superação do sistema capitalista; *sociais democratas*, quando, mesmo os que se denominam socialistas, possuem, em verdade, concepção mais próximo do ideário social democrata, que busca uma sociedade menos desigual dentro do sistema capitalista.

#### **4.4.1. Sobre a política econômica**

Sobre a política econômica aplicada durante os governos Lula, observamos, no decorrer das entrevistas, que a análise dos *filiados puros* é muito positiva. O *entrevistado 2* pouco falou sobre o tema, mas registrou que “no contexto geral pra mim foi bom”. O *entrevistado 3* citou o fato de que pessoas que eram pobres hoje estão em situação melhor e podem fazer coisas que antes não faziam (“viajar, viajar de avião, comprar carro”). O *entrevistado 9* considera a política econômica dos governos Lula muito importante para o país, lembrando como fatos positivos o pagamento da dívida externa e o crescimento do país. O *entrevistado 10* também tem uma leitura favorável, reportando-se às políticas sociais, ao grande número de pessoas que saíram da pobreza, à valorização da moeda e ao pagamento da dívida.

A *entrevistada 17* acredita que foi correta a forma como Lula conduziu a política econômica, e acha que não havia como fazer diferente.

A *entrevistada 18* entende que a vida das pessoas melhorou, mas sente também que o Brasil pagou um preço “meio caro” pelo crescimento. No fim, exprime que não tem opinião formada sobre o tema: “eu não sei, sinceramente eu não tenho muito uma opinião sobre isso, dizer com certeza é por aqui ou por ali”. O *entrevistado 19* também expressou uma opinião irresoluta, pois, apesar de fazer considerações sobre as limitações da política econômica aplicada durante os governos Lula, o que poderia nos possibilitar classificar sua posição como “crítica”, diz que concorda “bastante” com ela. Classificamos o posicionamento de ambos como “ambíguo”.

Já os *filiados com práxis* têm, no geral, análise que não pontua apenas fatores positivos: “Ela pode ser progressista de um lado, conservadora do outro”, diz o *entrevistado 1*, para depois citar apenas um exemplo (negativo), em que critica os grandes ganhos dos bancos e o pagamento da dívida interna e, ao final, concluir que faltou ousadia.

O *entrevistado 5* começa de modo semelhante ao *entrevistado 1*, ponderando os prós e contras. No decorrer de sua fala, cita pontos que considera positivos (destinação maior em projetos sociais, o bolsa família, investimento maior em infraestrutura), para, ao final concluir criticamente: “Mas no essencial eu discordo. Não conseguiu superar a lógica do rentismo do sistema financeiro, a concentração de renda. Pode ter políticas sociais, mas os ricos estão cada vez mais ricos. Não há uma política tributária que busque mudar isso. Continuamos refém do agronegócio, do sistema financeiro”.

De modo semelhante, o *entrevistado 12* entende que foi acertado o Estado ter colocado dinheiro na base da pirâmide social, mas aponta as limitações dessa política (“não pra [fazer] nenhuma transformação social”), finalizando com a crítica ao que considera “acordo com o mercado financeiro”. O *entrevistado 16* considera que a política econômica dos governos Lula foi extremamente ortodoxa, com “uma política de inclusão que sustenta o capitalismo como tá, não faz nenhuma transformação estrutural”; além disso, de forma parecida ao *entrevistado 5*, aponta que “mantém como tá o nível de exploração da população, o nível de renda do trabalho em relação ao capital continua nos mesmos patamares de antes”. O *entrevistado 13* entende que “as políticas sociais poderiam ter ido além”.

Apesar de expressar elogios a pontos da política econômica, a *entrevistada 20* faz severas críticas à política econômica dos governos Lula, pois entende que passou longe da “distribuição do capital” e faltou uma reforma tributária que favorecesse o trabalhador. O *entrevistado 7* é o *filiado com práxis* que tem a avaliação positiva: “Eu acho que aí [política econômica] reside o grande sucesso, aí que eu admiro muito ele”.

Se houve mudança qualitativa nas respostas dos *filiados com práxis*, em relação aos *filiados puros*, a diferença nas respostas dos *militantes* é ainda mais clara. “A única grande mudança [positiva] foi com relação aos parceiros comerciais”, começa dizendo o *entrevistado 4*, que destaca também o “processo de incorporação de amplos setores ao consumo no Brasil”, porém destacando com firmeza que isso muda radicalmente nada, não mudam as relações econômicas de concentração de renda no país, criticando também a manutenção de elevada taxa de juros e alto pagamento de juros aos bancos.

O *entrevistado 6* distingue a política econômica adotada no primeiro e segundo governo Lula. Diz que no segundo mandato, “com a crise internacional que se avizinhava, eles tomaram a única medida que poderia se tomar: estimular o consumo, distribuir crédito; medidas keynesianas...”, frisando logo em seguida (e demonstrando sua insatisfação) que “isso não chocou a burguesia brasileira, a burguesia industrial gostou; teve apoio de parte da burguesia que apoiou o Lula e que precisava, que também foi salva por esse modelo

keneynsiano desenvolvimentista”. O *entrevistado 14* faz distinção semelhante entre os dois governos Lula (“O primeiro governo Lula teve um política de continuidade do que era o governo FHC, na área econômica”), considerando que no segundo mandato houve um avanço, mas que, mesmo assim, insuficiente: “a gente precisava de uma política econômica mais ousada. Além disso, o governo tem que ter um papel mais proativo em questões como a redução da jornada de trabalho”.

O *entrevistado 8* também começa citando pontos que considera positivos (“as pessoas mais pobres vivem hoje em melhores condições de vida. Vivem por conta de políticas reparatórias e transitórias (...) essas políticas têm os seus méritos”) para, na sequência, criticar o fato de que não há, em seu modo de ver, nenhuma mudança estrutural: “Tem que ter uma política estrutural de mudança mesmo, e isso não está acontecendo. Não mexeu em nada da estrutura que o capital construiu”.

Os *entrevistados 15 e 21* foram os que, dentre os militantes entrevistados, expressaram análise mais positiva. Quando pontua as insuficiências da política econômica aplicada, o *entrevistado 15* diz que o que faltou, “evidentemente”, foi mudar o modo de produção, mas faz uma série de apontamentos positivos: repartição maior da renda, as cotas, o PROUNI, a baixa da taxa SELIC (em comparação aos governos de Fernando Henrique Cardoso), e o fato de o Sistema Único de Saúde ainda existir (“já podia ter sido extinto”). O *entrevistado 21* diz que a oposição tenta dizer que a política de Lula foi a mesma dos governos Fernando Henrique, mas entende que Lula conseguiu romper paradigmas, abriu o mercado internacional para o Brasil, e destaca a retirada da pobreza absoluta de milhões de pessoas, “quase a população da Argentina”.

De forma clara e direta o *entrevistado 11* critica: “O governo Lula implementou uma política econômica que nós combatíamos, que nós enquanto partido político de esquerda tínhamos restrições. O companheiro Lula manteve a mesma política, e nós temos essas críticas, enquanto socialistas”.

Observamos que quase todos, com exceção do *entrevistado 11*, elencaram algum ponto positivo da política econômica. Mas o que é interessante observar é que, com exceção dos *entrevistados 15 e 21*, todos os militantes apresentaram visão crítica em relação à política econômica aplicada durante os governos Lula.

Quadro 1: Opinião dos *filiados puros* sobre a política econômica dos governos Lula

<b>Número da entrevista</b>	<b>Opinião</b>	<b>Avaliação</b>
<b>2</b>	No contexto geral pra mim foi bom.	Positiva
<b>3</b>	Pessoas que eram pobres estão conseguindo mais, conseguindo viajar, viajar de avião, comprar carro.	Positiva
<b>9</b>	Eu acho importante, inclusive a história da dívida externa, tudo era em torno daquela dívida, que foi sanada. Eu acho assim, fantástica, o crescimento do país, haja vista a posição da gente no ranking mundial.	Positiva
<b>10</b>	Pelos resultados que se vêem de integração de uma quantidade tão grande de pessoas que saíram da zona de pobreza, numa faixa acinzentada pra uma faixa de mais luz um pouco, uma classe média, classe C, é um resultado importante, e é consequência de um procedimento, de uma política econômica. Ainda leva-se em conta a valorização da moeda e a possibilidade de ter “pago” dívidas tão grandes, especialmente no cenário internacional, o FMI por exemplo, e pela imagem que o país ganhou não só política mas também economicamente no mundo. Uma construção muito significativa a meu ver da política econômica que resultou numa política inclusive social também importante.	Positiva
<b>17</b>	Eu acho que a forma como ele conduziu foi a forma correta, não via outra alternativa pra fazer diferente. Não lembro assim nada pra destacar.	Positiva
<b>18</b>	Se tu for pensar, o Brasil cresceu mas acho que pagou um preço meio caro. A gente vê que tem uma política social bem forte... Eu não sei, sinceramente eu não tenho muito uma opinião sobre isso, dizer com certeza é por aqui ou por ali.	Ambígua
<b>19</b>	Eu concordo bastante com a política econômica do governo Lula. Melhorou muito, né? A política social, por exemplo. A questão das bolsas. Mas eu acho que poderiam ser melhor investidos na base, na saúde, na educação, dando condições pra o indivíduo. Não é o que acontece. O cara com uma bolsa família, não vai mudar a realidade. Aprovo em geral a macro política, em que pese servir ao sistema. O governo trabalha em prol do sistema financeiro mundial.	Ambígua

Fonte: Do Autor, 2013

Quadro 2: Opinião dos *filiados com práxis* sobre a política econômica dos governos Lula

Número da entrevista	Opinião	Avaliação
1	Ela pode ser progressista de um lado, conservadora do outro. Continuaram os grandes ganhos dos bancos, a dívida pública está se pagando uma enormidade. Até entendo que não se pode romper de uma hora pra outra, mas faltou ousadia.	Crítica
5	Fica difícil decidir entre um apóio com restrições ou um não apóio com ressalvas. Houve uma destinação maior em projetos sociais, o bolsa família é muito importante, tem gerado mais emprego, tem investido mais em infraestrutura. Mas no essencial eu discordo. Não conseguiu superar a lógica do rentismo do sistema financeiro, a concentração de renda. Pode ter políticas sociais, mas os ricos estão cada vez mais ricos. Não há uma política tributária que busque mudar isso. Continuamos refém do agronegócio, do sistema financeiro.	Crítica
7	Eu acho que aí reside o grande sucesso, aí que eu admiro muito ele.	Positiva
12	A política econômica (dos governos Lula) é um projeto capitalista, keynesiano, que na medida em que o Estado coloca dinheiro na base da pirâmide constitui um mercado que não existe, e acho que nesse ponto de vista é acertado. Mas não pra nenhuma transformação social. Tem um grande acordo com o mercado financeiro que sustenta com altos juros a especulação financeira, o que é um grave problema.	Crítica
13	Acho que nos dois primeiros anos foi um arrocho muito grande. Não tenho elementos técnicos para fazer uma análise mais profunda, mas acho que as políticas sociais poderiam ter ido além.	Crítica
16	Eu considero que foi extremamente ortodoxa. Ele aplica em relação ao resto do mundo uma política de inclusão, beleza, ótimo, só que uma política de inclusão que sustenta o capitalismo como tá, não faz nenhuma transformação estrutural. Mantém como tá o nível de exploração da população, o nível de renda do trabalho em relação ao capital continua nos mesmos patamares de antes. Ficou e ainda tá no nível do assistencialismo, no nível das bolsas, das cotas, ao invés de propiciar que seja ao natural, ainda há anos luz de uma sociedade que a gente considera adequada. No Banco do Brasil, cerca de 70% dos contratos do crédito agrícola são de pequenos agricultores, mas cerca 70% do volume de crédito é pro agronegócio, o que mostra que nada mudou na estrutura econômica do país, os grandes continuam lucrando muito, e os pequenos continuam lutando muito pra sobreviver e pra ter uma renda muito baixa.	Crítica
20	Acho que se teve ganhos, essa questão de tentar inverter um pouco a pirâmide, mas ainda assim a gente tá longe da distribuição do capital. Eu vejo que faltou a questão dos impostos, que podia se ter trabalhado um pouco, ter feito uma reforma tributária que favorecesse, que sacrificasse menos o trabalhador.	Crítica

Fonte: Do Autor, 2013

Quadro 3: Opinião dos militantes sobre a política econômica dos governos Lula

Número da entrevista	Opinião dos militantes sobre a política econômica dos governos Lula	Avaliação
4	A única grande mudança foi com relação aos parceiros comerciais. Houve processo de incorporação de amplos setores ao consumo no Brasil, grande parte através da seguridade social e da transferência pública de renda aos setores marginalizados. Só que isso não muda a estrutura produtiva brasileira. Não muda radicalmente nada, não mudam as relações econômicas de concentração de renda no país. Mantém taxa elevada de juros; boa parte da receita pública brasileira é desviada para o pagamento dos juros.	Crítica
6	No começo foi de fato a continuação da política do governo Fernando Henrique, e no segundo momento, no segundo mandato, uma política econômica com traços desenvolvimentistas, e viés mais keynesiano. Com a crise internacional que se avizinhava, eles tomaram a única medida que poderia se tomar: estimular o consumo, distribuir crédito; medidas keynesianas... isso não chocou a burguesia brasileira, a burguesia industrial gostou; teve apoio de parte da burguesia que apoiou o Lula e que precisava, que também foi salva por esse modelo keynesiano desenvolvimentista.	Crítica
8	As pessoas mais pobres vivem hoje em melhores condições de vida. Vivem por conta de políticas reparatórias e transitórias (...) essas políticas têm os seus méritos. Agora, se ela não se tornar uma política estrutural, não vai resolver o problema do povo. Tem que ter uma política estrutural de mudança mesmo, e isso não está acontecendo. Não mexeu em nada da estrutura que o capital construiu. Daquilo que foi preparado pra dar conta de um estado burguês.	Crítica
11	O governo Lula implementou uma política econômica que nós combatíamos, que nós enquanto partido político de esquerda tínhamos restrições. O companheiro Lula manteve a mesma política, e nós temos essas críticas, enquanto socialistas.	Crítica
14	O primeiro governo Lula teve um política de continuidade do que era o governo FHC, na área econômica. A linha do Palocci, do Meireles, era uma política de manutenção da ortodoxia econômica, de juros altos, de preservar interesses dos bancos, capital especulativo, baixo crescimento econômico. Aquela Carta ao Povo Brasileiro, lançada durante as eleições de 2002, ela se cumpriu além das expectativas. Houve uma mudança na política econômica no segundo governo Lula, especialmente com a entrada do Mantega, a própria Dilma na Casa Civil. Acho que a gente conseguiu avançar de um programa que ainda era de continuidade do neoliberalismo pra um programa um pouco mais nacional-desenvolvimentista. Acho que isso representou um avanço pro país, a gente conseguiu crescer economicamente, a vida dos trabalhadores melhorou, mas ainda é insuficiente, a gente precisava de uma política econômica mais ousada. Além disso, o governo tem que ter um papel mais proativo em questões como a redução da jornada de trabalho.	Crítica
15	Há uma repartição maior de renda. Setores que antes não pegavam pedacinho de dinheiro, tão pegando. Mesmo que seja 10% do crédito rural, a pequena propriedade tá recebendo. A compra de vagas é uma forma de redistribuição, a cota é importante. Pegamos o crédito a 29%, tá em 8 e meio. Tamos dando crédito a quem não tinha condição de exportar, pra fazer concorrência, ou de importar, pra fazer concorrência. Mudou que a classe média se fortalece, e outros setores se agregam à classe média. O que não mudou é o modo de produção, é claro. Temos avançado em políticas sociais, mantivemos o sistema público de saúde, que já podia ter sido extinto.	Positiva
21	Hoje a oposição tenta jogar que a política do Lula é a mesma do Fernando Henrique. Acho que conseguiu romper paradigmas. Abriu mercado pra tudo que é parte. Hoje a exportação que o país tem... Hoje acontece qualquer problema lá fora, respinga aqui, mas respinga muito menos. Se a gente tivesse um mercado somente direcionado aos Estados Unidos a gente estaria quebrado agora. Todas essas melhorias, sair da pobreza total quase 4 milhões, que é quase a população da Argentina. Então com toda a crítica que nós temos, temos que chegar à conclusão que não é o melhor, mas é o que nós temos.	Positiva

Fonte: Do Autor, 2013

#### 4.4.2. Sobre a Política de Alianças

Com relação à política de alianças consolidada por Lula, os *filiados puros* entrevistados têm, em geral, posição favorável. “Ou o Lula faz o que fez, ou governa com aliança, com figuras como Sarney, Renan Calheiros, ou não governa. Fazer aliança sim, para ter avanços sociais.” Diz, com convicção, o *entrevistado 3*, para quem a política é a regra do possível. Com o mesmo raciocínio, o *entrevistado 10* afirma: “É um mal necessário sem o que não teria constituído avanços como conseguiu”. De forma praticamente idêntica, a *entrevistada 18* diz que vê as alianças como um mal necessário (repetiu isso três vezes), pois o governo Lula foi muito positivo, e não teria sido eleito sem as alianças.

O *entrevistado 9* admitiu ter achado estranhas as novas alianças, no começo, mas que depois “a gente entendeu que se tentou um entendimento, sozinho não tem como governar, uma andorinha sozinha não faz verão”.

O *entrevistado 2*, quando se referiu ao convite feito a Busatto por Jairo Jorge, foi bastante crítico (“esse PT com coligações não tem nada a ver com o PT que a gente conheceu”). Mas, ao se referir ao governo Lula, afirmou: “A política de alianças do governo Lula estava correta; ele abriu um leque”. Aparentemente se dando conta da contradição, finalizou com a frase: “sempre apoiei o Lula”.

A *entrevistada 17* acha as alianças importantes, pois sem elas Lula não teria vencido as eleições, mas ressalva que também depende “a quais partidos tu ta te aliando, não adianta tu vender a alma pra eleger alguém e depois não conseguir governar dentro dos teus princípios políticos”. “Com algumas alianças eu não concordo”, finaliza. O *entrevistado 19* também critica o fato de o PT ter se aliado a inimigos históricos para chegar ao poder<sup>49</sup>.

Desse modo, a maior parte dos *filiados puros* entrevistados (cinco, dos sete) se manifestaram apoiadores da política de alianças. Já os *filiados com práxis* têm outra percepção...

---

<sup>49</sup> A avaliação do *entrevistado 19* parecia ser contraditória, pois ao mesmo tempo em que considerava que não há outra forma de um partido político atingir o poder se não “entrando no jogo”, ou seja, aderindo a uma política de alianças mais ampla que para o PT, criticava o fato de o partido ter sido “contaminado” pelo sistema. Entretanto, com a continuidade de um bate papo informal ficou claro que o *entrevistado* entende que, para se mudar as coisas, deve ser por fora da via eleitoral: “Se alguém quisesse mudar realmente a realidade política do Brasil teria que conseguir o poder de alguma outra forma. Não através da política convencional. Eu não vejo crime nenhum em burlar o sistema político pra atingir o poder. Eu acredito que a única possibilidade seria uma espécie de golpe. É uma rede, não adianta. Todos trabalham em prol do capital”. Curiosamente, nos pareceu que o *entrevistado* possui concepção próxima a do social nacionalista, pois se disse a favor de um capitalismo “mais nacionalista”, e disse que havia boas ideias no partido nazista, o problema foram os “exageros” de Hitler.

“Ganhar a eleição a esse custo”- lamenta, com profundas reticências, o *entrevistado 1*, para quem “não se vai conseguir mexer em nada com essa política de alianças”. O *entrevistado 5* também entende que “com essa política de alianças tu não vais conseguir mudanças essenciais nesse país”.

A entrevistada 20 afirma que “se essa discussão ainda se fizesse dentro do partido, eu faria parte dos que não concordam com essa política de alianças”. Defende política de alianças com partidos que se tenha alguma identificação ideológica.

O *entrevistado 12* e o *entrevistado 13* fazem uma análise em comum, qual seja, a de que Lula e o PT tinham duas opções: sustentar-se na população (*entrevistado 12*), aliar-se com o povo brasileiro (*entrevistado 13*); ou apostar na governabilidade (*entrevistado 12*), fazer aliança com o Congresso (*entrevistado 13*). De forma menos direta, o *entrevistado 5* faz menção a essa ideia de buscar outro tipo de aliança pela base, ao dizer que “O Lula, com toda a popularidade que conquistou, acabou não chamando o povo”.

O *entrevistado 7* é o único, dentre os filiados com práxis, que não explicitou um posicionamento crítico com relação à política de alianças consolidada nos governos Lula. Na verdade, demonstrou certa ambiguidade, pois primeiro disse que “do ponto de vista ideológico eu acho lamentável”, entretanto, afirmou na sequência: “Eu acho que foi uma jogada de mestre (...) se ele [Lula] não tivesse assumido o poder ele não teria conseguido iniciar as reformas que nós temos que reconhecer trouxeram benefícios pro país”.

Houve entre os *filiados com práxis* algumas passagens que denotam forte crítica conceitual: Essa política de alianças é um sintoma de uma visão pragmática de política (*entrevistado 5*); , “houve o abandono da ruptura”, “o partido resolveu fazer um governo de gerenciamento da burguesia, gerenciamento do sistema. E com pouca perspectiva transformadora” (*entrevistado 12*).

Além disso, apareceram interessantes alusões sobre as disputas internas sobre a política de alianças. A *entrevistada 20* recorda que o posicionamento em favor de política de alianças mais restrita era prejudicado “porque a gente nunca conseguia ganhar em nível nacional, pois São Paulo era muito forte, em São Paulo não tinha uma esquerda como a gente tinha aqui”. Já o *entrevistado 16*, ao falar sobre a importância que teve para sua concepção e identidade de esquerda o governo Olívio Dutra, avalia que a derrota de Olívio na prévia contra Tarso Genro foi um símbolo negativo para a esquerda petista muito forte que contribuiu para a consolidação da política de alianças e da política de centro aplicada pelo campo moderado petista, que já era majoritário em nível nacional, mas não no Rio Grande do Sul.

Todos os *militantes* entrevistados apresentaram visão bastante crítica sobre o tema. Demonstram preocupação com a rendição programática do partido: “A composição feita pelo Lula não permite fazer mudanças estruturais”, (*entrevistado 4*); “Quem faz uma aliança dessas abre mão do seu programa histórico.”, “Não existe a possibilidade de se ter um programa de governo na lógica da esquerda aliado a setores como o PTB, como o PP” (*entrevista 8*); “Sempre me coloquei muito crítico a essa flexibilização que o PT teve em relação à política de alianças(...) e da forma como se deram essas alianças, com rebaixamentos programático do partido” (*entrevistado 14*); Com a ampliação do campo de aliados é claro que o programa teve que se adequar a isso” (*entrevistado 6*).

A crítica ao pragmatismo, à busca do poder pelo poder, aparece com força: “Essa guinada faz parte de um projeto de poder, busca do poder” (*entrevistado 6*); “O PT tomou uma decisão de estar no poder a qualquer preço” (*entrevistado 8*); Infelizmente essa política tem se consolidado cada vez mais no PT, política das alianças a qualquer custo, vale fazer aliança com qualquer partido pra governar (*entrevistado 14*).

Na fala dos entrevistados 14 e 21 aparece o pensamento de que Lula, quando eleito, tinha alternativa e deveria ter adotado outro caminho (assim como na fala de dois *filiados com práxis*, os *entrevistados 12 e 13*, como vimos anteriormente): “Lá em 2002, quando o Lula se elegeu, ele contava com apoio popular, boa parte dos movimentos sociais depositaram nele suas esperanças, e acho que ali era o momento pra talvez ter tido uma demarcação um pouco maior” (*entrevistado 14*); “com o carisma que o Lula tinha, e tem até hoje, não precisava diluir tanto aquilo que nós sempre lutamos, nosso programa partidário. Com o carisma que ele tinha, tinha que fazer aliança com o povo” (*entrevistado 21*).

O *entrevistado 15* recorreu a uma figura de linguagem para explicar sua crítica: “A tática de alianças que nós tamos fazendo é a que quanto mais tu abre os braços e mais abre as pernas, mais chance tu tens de ficar parado ou cair”. E a posição do *entrevistado 11* não foi diferente da dos demais militantes: “a política de alianças feita pelo governo Lula, seguida pela Dilma, eu sou crítico. Temos que ser críticos”.

Quadro 4: Opinião dos *filiados puros* sobre a política de Alianças

Número da entrevista	Opinião sobre a política de Alianças	Avaliação
2	Esse PT com coligações não tem nada a ver com o PT que a gente conheceu [criticando Jairo Jorge]. A política de alianças do governo Lula estava correta; ele abriu um leque. “sempre apoiei o Lula”.	Positiva
3	A esquerda mudou no mundo, ou faz aliança ou fica isolada. A política é a regra do possível. Ou o Lula faz o que fez, ou governa com aliança, com figuras como Sarney, Renan Calheiros, ou não governa. Fazer aliança sim, para ter avanços sociais.	Positiva
9	No começo a gente ficou meio assim, né? Se aliar com o PMDB, com... né? Mas se não fizer aliança não tem como governar, né? Ninguém pode governar sozinho. Claro, algumas foram meio estranhas, mas depois... a gente no final entendeu que se tentou um entendimento, sozinho não tem como governar, uma andorinha sozinha não faz verão.	Positiva
10	É um mal necessário sem o que não teria constituído avanços como conseguiu.	Positiva
17	Eu acho que o Lula não teria vencido as eleições sem as alianças. Acho importante em alguns aspectos, mas depende também a quais partidos tu ta te aliando. Não adianta tu vender a alma pra eleger alguém e depois não conseguir governar dentro dos teus princípios políticos. Com algumas alianças eu não concordo.	Crítica
18	Eu vejo como um mal necessário. Lula não teria governado, não teria ganhado a eleição, tanto que tentou por muito tempo e não conseguiu ganhar a eleição. Não sou romântica a ponto de achar que vai fazer milagres. É um mal necessário. O governo Lula foi muito positivo.	Positiva
19	Eu acho que o PT chegou ao poder da maneira que chegou por ter entrado na “política” realmente do Brasil. Tem partidos de esquerda, mesmo de direita, que não conseguem crescer. Ou tu entra no sistema ou tu não entra. É claro que degradou. Contaminou, digamos assim. Não foi o PT que contaminou os outros partidos, o sistema é que contaminou o PT. A visão do PT como partido não devia ter mudado. Além da questão da corrupção, a visão do partido, a visão do partido com relação ao povo mudou também. Se a cúpula do PT quis seguir esse caminho, se aliar a inimigos históricos pra atingir o poder, aceitou chegar ao poder, mas se desfazer da ideia original. Se alguém quisesse mudar realmente a realidade política do Brasil teria que conseguir o poder de alguma outra forma. Não através da política convencional. Eu não vejo crime nenhum em burlar o sistema político pra atingir o poder. Eu acredito que a única possibilidade seria uma espécie de golpe. É uma rede, não adianta. Todos trabalham em prol do capital.	Crítica

Fonte: Do Autor, 2013

Quadro 5: Opinião dos *filiados com práxis* sobre a política de alianças

Número da entrevista	Opinião	Avaliação
1	Não se vai conseguir “mexer” em nada com essa política de alianças. O acesso à saúde está um caos... ganhar a eleição a esse custo... Agora o governo está financiando a desestatização dos aeroportos e vai (ampliar) para os portos.	Crítica
5	Lula optou pelo caminho de negociar no congresso, com os cacifes políticos. O Lula, com toda a popularidade que conquistou, acabou não chamando o povo. Com essa política de alianças tu não vais conseguir mudanças essenciais nesse país. Essa política de alianças é um sintoma de uma visão pragmática de política	Crítica
7	Do ponto de vista ideológico eu acho lamentável (...) se perdeu muito aquela pureza ideológica que me trouxe pra dentro do partido, que trouxe muita gente pra dentro do partido. Muita gente que acreditava na utopia. Não tem como tu te aliar ao PL sem abrir mão de algumas convicções. Eu acho que foi uma jogada de mestre dele, particularmente do Lula (...) se ele não tivesse assumido o poder ele não teria conseguido iniciar as reformas que nós temos que reconhecer trouxeram benefícios pro país que seriam impossíveis dentro de outro governo, do PSDB ou de outro partido de direita.	Ambígua
12	Sobre a política de alianças, eu acho que é uma opção que não é de agora, houve o abandono da ruptura. Esse campo de alianças amplo é inegável que do ponto de vista assim da capacidade de se governar, da governabilidade, ele funciona, né, só que o que se dá em troca? O partido resolveu fazer um governo de gerenciamento da burguesia, gerenciamento do sistema. E com pouca perspectiva transformadora. Do meu ponto de vista tem dois caminhos. Se se optar por um caminho de ruptura tem que se aliar com os movimentos sociais. E se sustentar na população, no apoio popular organizado e disposto ao enfrentamento. E o segundo caminho seria esse que foi a opção feita. Eu prefiro o outro caminho.	Crítica
13	Pra mim se escolheu um caminho que não compactua com a linha de fundação do partido, ou seja, ou tu te alia com as massas, e tu chamava o povo... eu acho, era o exato momento de mudar a postura e a conduta... O Lula tinha respaldo, o Brasil inteiro estava vibrando com aquela vitória, quer dizer, tu chamar os sindicatos, os movimentos, tava todo mundo fervilhando, comemorando tudo aquilo... Tu tinha duas alternativas, ou tu fazias uma política de alianças com o congresso ou te aliava com o povo brasileiro. A escolha foi feita... preferiram ficar nas bancadas trocando cargos e outras “cossitas” mais, e fazer tudo pelo gabinete. Então a escolha foi feita, pra mim ali se definiu que governo é esse.	Crítica
16	Eu lembro de um símbolo muito grande que foi a vitória do Olívio, (e a minha filiação foi em meio ao governo, um governo que orgulhava todo mundo pela postura, e tal, e que eu tenho como referência de esquerda, como paradigma de como um governo pode transformar a sociedade, um governo com uma posição política muito bem centrada, com um enraizamento social pode fazer a transformação) e o pragmatismo da derrota eleitoral, da forma como foram as prévias, aquilo tudo que aconteceu, em Gravataí... a negação do Olívio como candidato à reeleição, a derrota, e a partir da derrota a justificativa de que por ter sido derrotado nas urnas era um modelo derrotado, e na verdade era o contrário, o modelo era extremamente bem quisto, extremamente valorizado, só que a disputa interna levou à derrota eleitoral, aquilo lá foi muito duro. E essa posição do PT de ir ao centro... isso que aconteceu aqui no RS validou muito das teses desse centrão que foi construído e que não transforma mais nada, apenas administra o que tá aí, inclui algumas pessoas, mas só do ponto de vista econômico, não inclui do ponto de vista social e cidadão.	Crítica
20	Se essa discussão ainda se fizesse dentro do partido, eu faria parte dos que não concordam com essa política de alianças. Pelo menos não essa que é desenfreada. Se fazia, mas se fazia com partidos com quem a gente tinha alguma identificação ideológica, né? Agora, não com partidos de direita. Eu não concordo, não acho saudável pra política, esse bando de partidos, essa coisa desenfreada, em algum estado a gente se bate, daqui a pouco em outro estado se alia.	Crítica

Fonte: Do Autor, 2013

Quadro 6: Opinião dos *militantes* sobre a política de Alianças

Número da entrevista	Opinião	Avaliação
4	A composição feita pelo Lula não permite fazer mudanças estruturais. A esquerda petista tinha razão.	Crítica
6	Preponderante para consolidar uma guinada que o PT já vinha fazendo de outras formas, não tão explicitamente. Essa guinada faz parte de um projeto de poder, busca do poder. Com a ampliação do campo de aliados é claro que o programa teve que se adequar a isso, e eu acho que essa situação deve ficar inalterada por um longo tempo, acho que esse afastamento programático ele faz parte de um projeto de poder que é hegemônico na maioria dos militantes, o PT ganha eleições... o que se ganhou em aliados se perdeu em militância de rua.	Crítica
8	Não existe a possibilidade de se ter um programa de governo na lógica da esquerda aliado a setores como o PTB, como o PP. O PT tomou uma decisão de estar no poder a qualquer preço. Não vai conseguir implementar nenhuma política mais de esquerda, que avance no sentido da caminhada ao socialismo. Quem faz uma aliança dessas abre mão do seu programa histórico. Por óbvio.	Crítica
11	a política de alianças feita pelo governo Lula, seguida pela Dilma, eu sou crítico. Temos que ser críticos.	Crítica
14	Sempre me coloquei muito crítico a essa flexibilização que o PT teve em relação à política de alianças, especialmente a se aliar a partidos que historicamente combateram nosso projeto, como o PMDB, o PP. Partidos que não são identificados com nossa luta, nossa causa, e da forma como se deram essas alianças, com rebaixamentos programático do partido. A meu ver, lá em 2002, quando o Lula se elegeu, ele contava com apoio popular, boa parte dos movimentos sociais depositaram nele suas esperanças, e acho que ali era o momento pra talvez ter tido uma demarcação um pouco maior. Mas esse debate foi vencido, e acabou sendo adotada uma linha diferente, que priorizava essa relação com partidos mais à direita, não comprometidos com o projeto do PT, bastante fisiologista, a gente acompanhou ai a forma como foram feitas as alianças, e o resultado se mostrou desastroso. O PT acabou afundando na maior crise de sua história por conta dessas relações. Infelizmente essa política tem se consolidado cada vez mais no PT, política das alianças a qualquer custo, vale fazer aliança com qualquer partido pra governar. Eu acho que é importante que o PT tenha uma mínima orientação sobre quais são os setores prioritários, quais são os setores que é possível se aliar e quais não é possível. O PT tem cada vez reduzido mais o número de partidos com os quais há veto de aliança. E a gente se pergunta até que ponto nosso projeto de transformação da sociedade se mantém com qualquer aliança.	Crítica
15	Tem coisas que não precisava chegar a tanto. Claro, a prefeitura não é um país, mas na prefeitura sempre governamos com minoria. Aí se inventou que só se governa com maioria. Mas então por que não vamos pro parlamentarismo direto? A tática de alianças que nós tamos fazendo é a que quanto mais tu abre os braços e mais abre as pernas, mais chance tu tens de ficar parado ou cair.	Crítica
21	Eu não concordo com essas alianças. Com o carisma que o Lula tinha, e tem até hoje, não precisava diluir tanto aquilo que nós sempre lutamos, nosso programa partidário. Com o carisma que ele tinha, tinha que fazer aliança com o povo. Deu no que deu isso aí. Esses partidos já vêm com vícios, com maneira de trabalhar completamente diferente da nossa. Quando entram esses partidos tradicionais, esses políticos tradicionais, joga tudo aquilo que a gente tinha no lixo. A ambição de chegar ao poder foi muito grande que começou a romper com tudo aquilo que nós sempre pregávamos. Isso nos jogou nessa valeta comum. Se tu pegar aquelas pessoas que tinham o amor, que acreditavam no PT, que tinham essa idéia de PT, hoje não acreditam mais, porque o partido ficou comum, ficou como qualquer outro.	Crítica

Fonte: Do Autor, 2013

#### 4.4.3. Sobre o MST

Na pergunta sobre o MST, os *filiados puros* demonstraram alguns “senões”: “apoio parcialmente, com restrições”, disse o *entrevistado 3* limitando-se a repetir o que já havia respondido no questionário. De forma parecida, mas com suas palavras, o *entrevistado 8* afirma que o MST “é importante, porque sem manifestações a gente não consegue (...) senão os colonos ficam sem visibilidade, sem atenção do governo”, sem deixar de frisar: “mas sem os exageros”. A *entrevistada 18* foi direta: “não concordo com ‘invasão’”.

O *entrevistado 10* se colocou em uma posição ambígua, pois disse que “é possível que tenha havido excessos que às vezes colocam em dúvida o acerto de certos procedimentos”, mas também pondera que “mas acontece que do outro lado também nem sempre o jogo é limpo e o jogo é claro”.

A *entrevistada 17* mostrou certa indefinição, dando a impressão de que, enquanto falava, ia tentando resolver um impasse pessoal. Ficou claro que seu apoio ao movimento não é incondicional. Disse que antes concordava com o movimento, mas que tem críticas, em especial, pelo que viu no assentamento perto do sítio de seu pai. Sobre as ocupações, disse que concorda desde que a ocupação seja em uma terra que já esteja em processo de desapropriação.

As únicas referências que o *entrevistado 2* fez foram críticas. Lembrou-se de quando foi convidado para participar do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, dizendo que deixou de ir porque seria um infiltrado, porque não é agricultor, portanto “iria apenas pra engrossar, o que não acho certo”.

Os *filiados com práxis* fazem uma avaliação positiva do MST. A crítica mais direta apareceu na fala do *entrevistado 1*, que criticou o método (“continuam usando métodos que talvez a sociedade não aceite mais”) e, numa referência que denota apoio ao objetivo do Movimento, disse que “tem que ter um projeto maior. Projeto para ocupar, invadir, e para o que fazer depois que invadir”. Observe-se que usou o termo “Invadir”, e não “ocupar”.

Se a crítica mais direta apareceu na fala do *entrevistado 1*, na fala do *entrevistado 7* também apareceu um certo receio: “a gente fica com medo, se assusta com alguns excessos”, diz, refletindo que esse sentimento, ao menos em parte, é gerado pela forma como a mídia apresenta os assuntos relacionados ao MST.

O *entrevistado 5* demonstrou apoio inclusive às táticas do movimento. Referindo-se às ocupações: “faz parte da tática de luta, assim como nós, bancários, às vezes temos que fechar

uma agência na marra. Se não tu não faz nada, tu não cria fato político”. Observe-se que usou o termo “ocupar”.

A *entrevistada 13* demonstra ser favorável ao MST tanto no mérito como também na tática: “com ruralista o MST não tem outra forma de ser”, afirma, convicta. Mostrou muito respeito e admiração pelo Movimento: “desde o início eu sempre fui uma admiradora (...) eu vejo o MST como uma referência de um movimento organizado e comprometido, com uma postura bastante firme e determinada naquilo que acredita. Respeito muito eles”.

Do mesmo modo, o *entrevistado 12* tem uma posição bastante favorável aos enfrentamentos feitos pelo Movimento: “O MST é um movimento que consegue estabelecer um grau de radicalização muito forte, que consegue cumprir um papel social importante de trazer as pessoas que estavam sem terra pra se organizar e lutar”. Quando critica o MST, não é por discordar de seus objetivos ou considerar errada a tática das ocupações. Pelo contrário: considera que o MST “cumpriu e cumpre coisas importantes, mas acho que deveria cumprir muito mais do que isso. No governo Lula, por exemplo, se amainou. Acho que poderia pressionar inclusive para que houvesse transformações maiores”.

O *entrevistado 16* também não deixa dúvidas sobre seu apoio ao MST, que considera “um ator social extremamente relevante, pra fixação do homem no campo é essencial, fazer essa luta, descortinar a questão da concentração da terra”. E a *entrevistada 20* diz que é “completamente a favor” e que defende o movimento quando alguém o critica: “eu encaro o conflito, sabe?”.

As falas dos militantes foram favoráveis ao MST e muito elogiosas, sem ressalvas. O *entrevistado 11*, por exemplo, diz que o MST “é o grande líder dos movimentos sociais” e afirma, carinhosamente: “é uma instituição muito cara pra nós, muito importante”. De maneira análoga, o *entrevistado 8* diz que o MST “Ensinou pra todos os movimentos muita coisa em termos de organização, disciplina, do enfrentamento, de como faz [para se ter] a visibilidade”.

A profunda consideração para com o MST apareceu também na fala do *entrevistado 14*: “o MST ainda é um dos movimentos sociais mais importantes no Brasil, cumpre um papel fundamental na luta de classes, tanto pra nossa orientação política como pra própria organização da esquerda, a gente sempre procura saber o que o MST tá pensando, de que forma está analisando a conjuntura”.

O *entrevistado 4* considera a reforma agrária fundamental, e defende as ocupações porque “são necessárias para equilibrar um pouco a correlação de forças desfavorável”. Do mesmo modo, para o *entrevistado 6* a luta do MST é fundamental e, sobre as táticas do

movimento, entende que precisam ser adequadas ao contexto, e que “só o movimento vai avaliar adequadamente e só o movimento vai saber tomar a melhor decisão”. E afirma: “eu pessoalmente ainda não desaprovei tática nenhuma por parte do MST”.

O *entrevistado 15* afirma que os membros do MST são democráticos e revolucionários porque, ao lutar contra o latifúndio, buscam executar uma tarefa burguesa “que a burguesia [não fez e] não fará no Brasil”, e o *entrevistado 21* defende as ocupações, dizendo, resolutivo, que fazer ocupação é a única forma de o movimento se fazer ouvir pelos governos.

Quadro 7: Opinião dos *filiados puros* sobre o MST

Número da entrevista	Opinião	Avaliação
2	“Iria apenas para ‘engrossar’, eu ia ser um infiltrado, o que não acho certo”.	Crítica
3	“apóio parcialmente, com restrições”.	Crítica
9	A gente tem muita resistência quando dá essas coisas, tipo matar um brigadiano, matar alguém. Mas é uma coisa que é importante, porque sem manifestações a gente não consegue (...) senão os colonos ficam sem visibilidade, sem atenção do governo. Mas sem os exageros.	Crítica
10	São feitos avanços importantes nessa área e por essas lideranças. É possível que tenha havido excessos que às vezes colocam em dúvida... o acerto de alguns procedimentos, mas acontece que do outro lado também nem sempre o jogo é limpo e o jogo é claro.	Crítica
17	Pois é, eu tenho uma visão um pouco... Antes eu concordava, achava que a política do MST era correta, só que tem algumas coisas no movimento que eu não concordo. Eu acho que o controle deles não é muito bom. Eu digo isso porque o meu pai tem um sítio ali perto do assentamento em Viamão, em Águas Claras, e a gente... Eu consegui visualizar que dentro do assentamento tem umas coisas que eu não concordo. Pessoas que nem faziam parte do movimento se agregaram e levaram terras, e depois venderam, tão arrendando as terras. Depende, algumas ocupações eu acho coerentes e acho que são necessárias pro movimento. Se é uma terra que já tá programada pra ser um assentamento... eu acho... mas, enfim, não sei bem o que dizer dessa parte, mas eu acho correto, se é uma terra que tá com processo de desapropriação, sim.	Crítica
18	Não concordo com a forma, talvez eles tivessem outras formas de reivindicar, eu não concordo com invasão. Acho que o governo Lula, uma coisa que faltou foi investir nisso, tem que uma resposta [avançar na reforma agrária].	Crítica
19	Acredito que é um movimento justo. Pode somar muito ao setor produtivo do país, tendo em vista o mau aproveitamento das terras. Poderia contribuir muito se fosse bem organizado, pelo próprio governo, organizar essas pessoas para produzir. Talvez a ignorância das pessoas acabe trazendo uma imagem terrível pro movimento. A forma como invadem as terras, casos em que destruíram tudo.	Crítica

Fonte: Do Autor, 2013

Quadro 8: Opinião dos *filiados com práxis* sobre o MST

Número da entrevista	Opinião	Avaliação
1	Continuam usando métodos que talvez a sociedade não aceite mais. Tem que ter um projeto maior. Projeto para ocupar, invadir, e para o que fazer depois que invadir. Saber que vai ter um assentamento, que vai ter que produzir, e produzir o que pra vender pra quem, senão tu morre em ti mesmo	Crítica
5	Faz parte da tática de luta (as ocupações), assim como nós, bancários, às vezes temos que fechar uma agência na marra. Se não tu não faz nada, tu não cria fato político.	Positiva
7	A gente fica com medo, se assusta com alguns excessos. Mas o mérito da luta é corretíssimo. Também, a mídia estampa o que é ruim e não mostra o lado bom.	Crítica
12	O MST é um movimento que consegue estabelecer um grau de radicalização muito forte, que consegue cumprir um papel social importante de trazer as pessoas que estavam sem terra pra se organizar e lutar. Cumpre um papel importante de enfrentamento com os jagunços, cumpriu e cumpre coisas importantes, mas acho que deveria cumprir muito mais do que isso. No governo Lula, por exemplo, se amainou. Acho que poderia pressionar inclusive para que houvessem transformações maiores.	Positiva
13	Eu acho que o MST é extremamente importante, é um dos poucos movimentos hoje que faz um enfrentamento, comprometido com a luta de classes mesmo. Com ruralista o MST não tem outra forma de ser. Eu vejo o MST, desde o início eu sempre fui uma admiradora, apesar de não conhecer muito a fundo o trabalho, eu vejo o MST como um setor extremamente importante no país, como uma referência de um movimento organizado e comprometido, com uma postura bastante firme e determinada naquilo que acredita. Respeito muito eles.	Positiva
16	Considero um ator social extremamente relevante, pra fixação do homem no campo é essencial, fazer essa luta, descortinar a questão da concentração da terra.	Positiva
20	É um movimento que eu apoio. Aliás, é um grupo que eu tiro o chapéu, entendeu? A forma como eles conseguem se engajar... Vejo muita organização entre eles. As pessoas dizem “eles conseguem e depois vendem as terras”, mas não o pessoal que é engajado, não o pessoal do MST. Eu diria que tenho muito orgulho desse povo, e me causa até um sofrimento de ver a quanto tempo essas pessoas tão nessa luta, sabe? A quantas décadas esse povo tá aí, não desiste. É um movimento que eu sou completamente a favor e defendo quando alguém critica. Não saio no tapa, mas eu encaro o conflito, sabe.	Positiva

Fonte: Do Autor, 2013

Quadro 9: Opinião dos *militantes* sobre o MST

Número da entrevista	Opinião	Avaliação
4	A reforma agrária é fundamental. As ocupações são necessárias para equilibrar um pouco a correlação de forças desfavorável.	Positiva
6	Embora tenha muita gente que acha que a luta deles é só cooperativa, a luta deles é fundamental. A maior parte do militante médio pode ver o MST como um movimento que adota táticas violentas, que apóia o ideal da luta mas não apóia a tática porque se informa através dos meio de comunicação. Eu pessoalmente ainda na desaprovei tática nenhuma por parte do MST. O contexto que o MST enfrenta só o movimento vai avaliar adequadamente e só o movimento vai saber tomar a melhor decisão. No campo, diferente de uma passeata numa grande cidade, os enfrentamentos com a polícia, com os latifundiários armados.. não tem pra onde correr, pode acontecer qualquer coisa, podem sumir com pessoas, Então se o MST assumem uma postura até mais militar é por questões que eles enfrentam.	Positiva
8	Ensinou pra todos os movimentos muita coisa em termos de organização, disciplina, do enfrentamento, de como faz a visibilidade.	Positiva
11	Pra falar de MST temos que falar de pessoas, e o Stédile é o maior líder de esquerda da América Latina, talvez. É um revolucionário. O MST é o grande líder dos movimentos sociais, e eles são vítimas da direita, da imprensa de direita, das informações mal dadas. É uma instituição muito cara pra nós, muito importante.	Positiva
14	Tenho uma grande admiração pelo MST porque é um movimento que nasceu junto com o PT, junto com a CUT naquele momento de ascensão dos movimentos sociais, da classe trabalhadora, que havia um debate político mais forte na sociedade. Nós temos muitas experiências interessantes a aprender com o MST: o trabalho de base, a organização, a formação política. O MST ainda é um dos movimentos sociais mais importantes no Brasil, cumpre um papel fundamental na luta de classes, tanto pra nossa orientação política como pra própria organização da esquerda, a gente sempre procura saber o que o MST tá pensando, de que forma está analisando a conjuntura.	Positiva
15	O MST é um movimento que está dentro da estratégia socialista; a luta anti-latifundiária, a luta democrática e a luta anti-imperialista, são tarefas burguesas, já dizia o Florestan Fernandes, que a burguesia não fará no Brasil - portanto são tarefas dos trabalhadores. É um movimento que reúne despossuídos e pobres da terra, que tem uma justificativa de existência que é nós queremos ficar no campo, não queremos uma vida diferente da que nós temos. São socialistas? Não. São democráticos, revolucionários, porque essas tarefas não serão feitas pela burguesia.	Positiva
21	A tática de fazer ocupação é a única válida pra tu poder mexer alguma coisa. Não tem outra maneira. Em qualquer governo, devido aos grandes problemas que existem, se tu não chamar a atenção pro teu problema, passa em branco.	Positiva

Fonte: Do Autor, 2013

#### 4.4.4. Sobre socialismo

A pergunta sobre socialismo no questionário (ver Apêndice A) era muito genérica. Mesmo com a importante diferença percentual averiguada entre os militantes/filiados com práxis e os filiados puros, a imensa maioria entre os três tipos ideais respondeu ser socialista.

Desse modo, procuramos, nas entrevistas, apreender melhor a que tipo de socialismo os entrevistados se referem. Concretamente, buscamos verificar se o entrevistado se aproxima mais do socialista que busca a superação do modo de produção capitalista – que, nesse caso, denominamos aqui simplesmente socialista-, ou do socialismo que pretende humanizar o capitalismo, próximo ao conceito do chamado Estado de Bem Estar Social- nesse caso, chamaremos aqui de social democrata.

Dos *filiados puros*, nenhum se identifica ou pode ser identificado como um socialista revolucionário: dois deles (o *entrevistado 2* e a *entrevistada 17*) afirmam não serem socialistas, e os demais se identificam mais com a social democracia.

“A gente tinha esse sonho revolucionário, mas hoje é o reformismo”, afirma o *entrevistado 3*, para quem “o importante é que o socialismo tenha humanismo”. Na mesma direção, o *entrevistado 10* afirma que “socialismo pra mim significaria talvez um posicionamento ou um sentimento acima de tudo de solidariedade, de humanidade”, e a *entrevistada 9* diz “aquele socialismo, tipo puxando pro comunismo, eu não sou muito[...] Tudo tem que haver meio termo, não pode haver exageros”.

A *entrevistada 17* concorda com alguns conceitos socialistas (“gostaria de viver em um país mais igual”), mas, analisando o modo como as pessoas se comportam, entende que o capitalismo é necessário, e que políticas como as bolsas “minimizam esse capitalismo selvagem”.

O *entrevistado 19* é, de modo convicto, contra o socialismo: “Eu acho terrível, não é uma boa ideia. Como modo de vida é terrível pra todos. Porque tu tem que dar a base, não é dar tudo, encher a geladeira da pessoa e mandar ela trabalhar sem ter direito de te destacar”. Para o *entrevistado*, o socialismo não permite que os melhores se diferenciem: “Existem pessoas, entre aspas, melhores que outras. Aquelas pessoas têm que se destacar. Isso [socialismo] limita as pessoas”.

A visão sobre socialismo da *entrevistada 18* se diferencia da concepção expressada por todos os demais *filiados puros*. Ela se identifica com o socialismo cujo significado é “socializar a produção, socializar a riqueza e, nesse sentido, a gente poderia eliminar a sociedade privada”.

Já entre os *filiados com práxis*, um se identifica com a social democracia, e seis com o socialismo.

O *entrevistado 1* diz claramente: identifica-se com o “socialismo do bem-estar social, não comunismo”. Os demais também são claros, como veremos a seguir.

“Pra salvar a humanidade tem que acabar com o capitalismo, não tem como fazer

meras reforminhas”, afirma o *entrevistado 5*, que afirmou ser anticapitalista. Para o *entrevistado 7*, socialismo é “como os clássicos diziam, Trotsky... uma transição pro comunismo”. O *entrevistado 12* considera socialismo como “ruptura, socialismo pra mim é não ter mais exploração do homem pelo homem, é ter equilíbrio, todo mundo ter acesso às necessidades”, e a *entrevistada 13*, que diz que ser socialista, para ela, é “querer direitos iguais pra todo mundo, educação pra todos, diminuir os ganhos do sistema financeiro, dos empresários”, afirma também que “sem a superação do sistema capitalista não tem como ter justiça social. Enquanto perdurar isso, é faz de conta”.

O *entrevistado 16*, que também se considera socialista, não acredita em ruptura que mude a sociedade de forma radical e imediata, mas defende a apropriação coletiva dos indivíduos sobre os meios de produção e entende que, a partir de um processo de conscientização, junto com essa apropriação, pode-se chegar a uma nova sociedade. Do mesmo modo, a *entrevistada 20* entende que é necessário o fim do sistema capitalista.

Todos os militantes entrevistados se identificam com o socialismo, com exceção do *entrevistado 21*, que afirma continuar sonhando com o socialismo democrático, mas que considera que esse socialismo não deve se dar nos “moldes tradicionais”, mas sim através da “valorização do ser humano”.

O *entrevistado 4* diz que é socialista “no sentido de Marx”, e que não acredita na possibilidade de humanizar o capitalismo. Para o *entrevistado 6*, “o socialismo é ‘linkado’ à questão da emancipação humana”, e é preciso organizar a sociedade de uma forma que as pessoas não sejam exploradas como são hoje. Na concepção do *entrevistado 8*, socialismo é, dentre outras coisas, acabar com a possibilidade de ter explorado e explorador, e para isso é necessário o “rompimento com qualquer mecanismo do estado burguês”. Do mesmo modo, o *entrevistado 14* diz que “ser socialista é estar constantemente lutando pela transformação da sociedade, é questionar essa sociedade capitalista[...] isso envolve o fim da propriedade privada dos meios de produção”.

O *entrevistado 11* afirma: “Eu sou um socialista, eu sou um cara de princípios comunistas. Nós somos iguais, nascemos iguais, não temos que ter diferenças de classe”. O *entrevistado 15* dá ênfase à necessidade da participação popular, e defende que “tem que ter um modo hegemônico que socialize, coloque sobre controle público e estatal o que é estratégico”.

Quadro 10: Opinião dos *filiados puros* sobre socialismo

Número da entrevista	Opinião	Avaliação
2	Não sou socialista.	Não é socialista
3	Socialismo não é mais o de superação do mercado. O socialismo era sectário, hoje é flexível, acabou a guerra fria; a gente tinha esse sonho revolucionário, mas hoje é o reformismo, o velho reformismo de Kautsky. O importante é que o socialismo tenha humanismo.	Social Democrata
9	Pois é, eu não sei... socialismo... eu acho assim que é meio que socializar tudo, né? Tipo assim aquele socialismo, tipo puxando pro comunismo, eu não sou muito. Nem tudo dá pra socializar. Tem que socializar a saúde, a educação, essas coisas tem que ser socializadas, mas nem tudo dá pra socializar, por exemplo a propriedade privada, né? Alguns acham que não, que tem que dividir tudo, né? Tudo tem que haver meio termo, não pode haver exageros.	Social Democrata
10	Socialismo pra mim significaria talvez um posicionamento ou um sentimento acima de tudo de solidariedade, de humanidade, de olhar e de aceitação e de compreensão de um tipo assim humanista, de integração das pessoas, de oportunidades pra todos.	Social Democrata
17	Pergunta complicada... bem complicada essa questão. Alguns conceitos socialistas eu concordo, tá, outros não... faz tempo que não paro pra pensar muito nessa parte. Eu acho que já mudei um pouquinho meu pensamento, acho que já to virando um pouquinho... acho que o capitalismo é necessário em alguns momentos, então é complicado fazer uma defesa do socialismo assim. Eu gostaria de viver num país mais igual; mas com o passar do tempo eu já tenho uma visão um pouco diferente disso até pelo dia a dia de vê como as pessoas se comportam dentro da sociedade, e eu acho que às vezes não é justo, em alguns aspectos. Apesar de que eu concorde com as políticas que o Lula fez, a do Bolsa Família, eu concordo com as bolsas [...] isso eu defendo, mas não um socialismo como o de Cuba, sabe? Não como lá. Depois que eu comecei a pensar mais sobre o assunto eu comecei a ver que o capitalismo não é de todo ruim, existem algumas atitudes... até as próprias bolsas minimizam esse capitalismo selvagem, mas eu não me considero socialista, não mais.	Social Democrata
18	Na minha cabeça socialismo é não ter a sociedade privada, as pessoas não serem donos, fornecer moradia, fornecer escola, não ter uma estrutura lá dizendo que essa casa é tua, que aquele carro é teu, poder dispor dos meios de produção, ser de todo mundo, é coletivo, é nosso. Eu vejo socialismo assim, dividir, socializar. Mais [como] o modelo que se tinha, pretendia [-se] ter na União Soviética. Sem tu ser o dono, sem 'ah, o cara tem mais grana, tem um atendimento de saúde melhor'; poder igualar. Socializar a produção, socializar a riqueza e, nesse sentido, a gente poderia eliminar a sociedade privada.	Socialista
19	Eu acho terrível, não é uma boa ideia (socialismo). Como modo de vida é terrível pra todos, eu acho. Porque tu tem que dar a base, não é dar tudo, encher a geladeira da pessoa e mandar ela trabalhar sem ter direito de te destacar. Existem pessoas, entre aspas, melhores que outras. Essas pessoas têm que se destacar. Isso (socialismo) limita as pessoas. Todos devem ter oportunidade, mais ou menos como eram os Estados Unidos antes. O sistema capitalista não é mau. O que tem de mais? O sistema financeiro que inventaram é que é nocivo, mas o sistema capitalista de tu produzir, comprar, se destacar pra ter mais, isso é a coisa mais justa. Como o vestibular. Qualquer coisa que fuja disso é injusto, então o socialismo é injusto. O que não pode faltar é a base, alimentação, saúde, educação. Sou totalmente contra o sistema socialista. Acredito no capitalismo, mas de uma maneira mais nacionalista.	Não é socialista

Fonte: Do Autor, 2013, 2013

Quadro 11: Opinião dos *filiados com práxis* sobre socialismo

Número da entrevista	Opinião	Avaliação
1	Socialismo do bem-estar social, não comunismo.	Social democrata
5	Sou Anticapitalista. Pra salvar a humanidade tem que acabar com o capitalismo, não tem como fazer meras reforminhas.	Socialista
7	Socialismo pra mim eu vejo como os clássicos diziam, Trotsky... uma transição pro comunismo.	Socialista
12	Socialismo pra mim é ruptura, socialismo pra mim é não ter mais exploração do homem pelo homem, é ter equilíbrio, todo mundo ter acesso às necessidades, é isso.	Socialista
13	Eu não tenho aprofundamento teórico, mas me considero socialista, querer direitos iguais pra todo mundo, educação pra todos, diminuir os ganhos do sistema financeiro, dos empresários. Eu acho que sem a superação do sistema capitalista não tem como ter justiça social. Enquanto perdurar isso, é faz de conta. Não tem como, sem romper com isso, tu ter justiça social, tu podes ter paliativo. Aí tu escondes os pobres, né, põe pra bem longe, e daí tu vives numa sociedade maravilhosa, uma bela duma social-democracia.	Socialista
16	Me considero socialista, ser socialista é estar sempre em busca da sociedade igualitária, buscar a justiça social, e não abdicar nunca da militância. Acho que deve haver a apropriação coletiva dos indivíduos sobre os meios de produção. Isso é um processo, não vai haver uma transformação radical imediata sem uma consciência de classe, um processo de conscientização. A partir da conscientização, e da apropriação desses modos de produção pela imensa massa trabalhadora, pode chegar a uma nova sociedade lá na frente.	Socialista
20	Pra mim ser socialista é [defender] uma sociedade justa. Uma distribuição de renda de verdade. Tu olhar pra quem tá do teu lado, se comover com a carência de muitas pessoas, e ter gana de fazer alguma coisa pra mudar essa realidade. Isso passa por um outro sistema, pelo fim do capitalismo.	Socialista

Fonte: Do Autor, 2013

Quadro 12: Opinião dos *militantes* sobre socialismo

Número da entrevista	Opinião	Avaliação
4	Sou socialista no sentido de Marx. Não acredito na possibilidade de humanizar o capitalismo.	Socialista
6	Socialismo é <i>linkado</i> à questão da emancipação humana. Organizar a sociedade de uma forma que as pessoas não sejam exploradas como são hoje.	Socialista
8	Passa pela transformação da sociedade, onde acaba com a possibilidade de ter explorado e explorador, patrão e empregado, acaba com os preconceitos pelas diferenças. Passa por isso, não ter mais divisão em todos os sentidos, rompimento com qualquer mecanismo do estado burguês, e a divisão de tudo para todos.	Socialista
11	Eu sou um socialista, eu sou um cara de princípios comunistas. Nós somos iguais, nascemos iguais, não temos que ter diferenças de classe. Eu sou um comunista.	Socialista
14	Me considero socialista, e pra mim ser socialista é não só uma opinião política, mas de condução de vida mesmo, é uma questão que envolve valores, posicionamento político, uma posição perante a sociedade, perante a vida, perante as pessoas. E compreendo que o socialismo é uma etapa pra se chegar a um estado mais evoluído de sociedade, onde não exista mais divisão de classes, onde não haja a ditadura do capital, onde quem tem mais dinheiro exerça um poder e uma dominação sobre quem tem menos dinheiro, onde a exploração capitalista não seja mais aceita, e o socialismo é um estágio pra essa sociedade. Acho que ser socialista é estar constantemente lutando pela transformação da sociedade, é questionar essa sociedade capitalista. Ser socialista é questionar constantemente a sociedade capitalista. Isso envolve o fim da propriedade privada dos meios de produção, que as pessoas tenham atendido seus direitos básicos à saúde, alimentação, educação, moradia, tudo isso são aspectos da luta por uma sociedade que seja radicalmente democrática.	Socialista
15	O que eu entendo por socialismo é que tem que ter a participação popular, a democracia no planejamento da economia, se não tiver não é socialismo. Tem que ter um modo hegemônico que socialize, coloque sobre controle público e estatal o que é estratégico. A produção de energia, a terra, e a saúde, no mínimo, e a educação, em termos - basta que seja laica.	Socialista
21	Acho que socialismo á justiça, então me considero socialista... Continuo sonhando, com socialismo democrático, é a única maneira de sobreviver na terra. Acho que não dos moldes tradicionais, mas com valorização do ser humano.	Social democrata

Fonte: Do Autor, 2013

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que a leitura que pudemos fazer a partir do cruzamento dos dados obtidos com os questionários aplicados, bem como nossa análise e interpretação da pesquisa qualitativa (entrevistas), com a devida ressalva de que nossa pesquisa não tem a pretensão de ser representativa estatisticamente, nos permitem dizer que nossa hipótese encontrou indicativo de sustentação na pesquisa realizada. Os filiados com maior participação em espaços e atividades que possibilitam a efetivação da práxis- que não é algo natural, mas que precisa ser exercitada, porquanto é unidade entre prática e reflexão-, ou seja, os *militantes* e os *filiados com práxis*, apresentaram respostas (no questionário) e colocações (nas entrevistas) que, previamente, havíamos sistematizado como posições à esquerda, hoje; enquanto os *filiados puros*, com menor trajetória praxiológica, mostraram-se menos identificados com as posições que previamente consideramos mais à esquerda.

Entre os militantes, 91,23% têm visão crítica sobre a política econômica aplicada durante os governos Lula, e 42,11% a consideram conservadora; 66,67% apoiam integralmente o MST; 98,25% se consideram socialista. Esses percentuais são semelhantes aos dos filiados com práxis: 72,22% têm críticas à política econômica dos governos Lula, e 38,89% a consideram conservadora; 66,67% apoiam totalmente o MST; 94,40% se consideram socialista. As respostas dos *filiados puros* apontam para outra direção: desses, apenas 38,24% são críticos à política econômica de Lula, e 26,47% a consideram conservadora; somente 11,77% apoiam integralmente o MST; um alto percentual, mas bem menor do que o verificado entre os *filiados com práxis* e os *militantes*, se considera socialista: 70,59%.

Enquanto nas falas dos *filiados puros* predominam ideias que remetem à satisfação com o fato de que pessoas pobres hoje podem fazer coisas que não podiam, com o pagamento da dívida com o FMI, com o crescimento econômico, com o investimento em políticas sociais; os *filiados com práxis e militantes*, embora reconheçam realizações importantes, majoritariamente criticam uma política econômica que não transformou, não fez mudança radical ou estrutural, e apontam como exemplo negativo o lucro do sistema financeiro, o pagamento da dívida interna (também apareceu como pagamento dos juros), o favorecimento ao agronegócio, a continuidade da concentração da renda, a falta de ousadia para ir além dos limites de uma política keynesiana.

A ampla política de alianças construída no governo Lula é aprovada pelos *filiados*

*puros* entrevistados. A opinião expressada é de que Lula conseguiu abrir um leque, que a política é a regra do possível, portanto, ou se faz aliança ou se fica isolado. Além disso, Lula, em primeiro lugar, não teria sido eleito, e depois não conseguiria governar sem as alianças, que, portanto, são um mal necessário para se conseguir os avanços que o governo Lula trouxe ao país. Por outro lado, para os *filiados com práxis* e para os *militantes*, Lula errou ao partir para a construção dessas alianças amplas, que impede mudanças estruturais, ao invés de apostar na aliança com o povo organizado. Para eles, a amplitude da política de alianças do governo Lula expressa uma visão pragmática da política; representa a adesão do partido ao jogo, ou seja, à busca do poder a qualquer preço. Apontam o abandono da ruptura e da transformação, e a adesão à lógica de gerenciar o sistema, administrar o que já existe.

Todos os *filiados puros* destacaram algum tipo de crítica ao MST. Seja a expressão de que apoia “com restrições”, ou que não apoia os “exageros”, ou que apoia as ocupações “desde que” em terras já programadas para a reforma agrária, até a exposição de uma entrevistada que destacou, espontaneamente, que não apoia a forma como o movimento atua, não apoia “invasão”. Podemos observar que o grau de crítica dos *filiados puros* com relação ao MST é inversamente proporcional ao grau de crítica em relação à política econômica dos governos Lula. Outrossim, com os *militantes* e *filiados com práxis* ocorre o inverso: esses são muito mais críticos à política econômica, como já vimos, do que ao MST, como veremos a seguir.

Um *filiado com práxis* foi crítico, fazendo menção, entre outras coisas, a “métodos que talvez a sociedade não aceite mais”. Outro, expressou que “a gente fica com medo, se assusta com alguns excessos”. Esse último, no entanto, logo na sequência ponderou: “também, a mídia estampa o que é ruim e não mostra o lado bom”. Os demais citaram apenas elementos positivos em relação ao MST, apontando-o como referência de movimento organizado, comprometido e que cumpre um papel social muito importante, afirmando que as ocupações fazem parte da luta.

As falas dos militantes foram todas na mesma linha, expressando inclusive um profundo respeito pelo movimento: as ocupações são necessárias para equilibrar um pouco a correlação de forças desfavorável; o MST ensinou muito para todos os movimentos; é o grande líder dos movimentos sociais; um dos movimentos sociais mais importantes no Brasil; cumpre um papel fundamental na luta de classes; é referência para a orientação política. Nenhum militante fez qualquer menção crítica ao movimento, nem mesmo às suas táticas de luta.

Uma *filiada pura* acredita que o ideal seria a abolição da propriedade privada. Dois declararam não ser socialistas. Os demais *filiados puros*, mesmo os que se intitulam socialistas, identificam-se mais com a concepção social democrata. “Acabou a guerra fria”, “aquele socialismo, tipo puxando pro comunismo, eu não sou muito”, “o capitalismo não é de todo ruim” foram algumas das ideias expressadas.

Entre os *filiados com práxis*, um afirmou-se social democrata (“socialista do bem-estar social”, em suas palavras). Os demais são socialistas, e expressaram isso através de conceitos e expressões, tais como: anticapitalista; como os clássicos diziam; socialismo pra mim é ruptura; superação do sistema capitalista; apropriação coletiva dos indivíduos sobre os meios de produção.

Os *militantes* entrevistados identificam-se majoritariamente com o que classificamos como socialismo, ou seja, militam em prol de um projeto de superação do sistema capitalista: “sou socialista no sentido de Marx. Não acredito na possibilidade de humanizar o capitalismo”; “eu sou um comunista”, “rompimento com qualquer mecanismo do estado burguês”; “acho que ser socialista é estar constantemente lutando pela transformação da sociedade, é questionar essa sociedade capitalista”; “tem que ter um modo hegemônico que socialize, coloque sobre controle público e estatal o que é estratégico”.

Desse modo, verificamos que os *militantes* e os *filiados com práxis* expressaram os posicionamentos que, em nossa sistematização prévia, consideramos como de esquerda: manifestaram visão crítica à política econômica dos governos Lula, expuseram posicionamento crítico também em relação à ampla política de alianças construída já no primeiro governo federal do PT; demonstraram ter visão positiva sobre o MST, tanto em relação ao mérito como também à forma de suas lutas; e apreendemos que sua concepção socialista se refere ao ideário que busca a superação do capitalismo. Enquanto isso, os *filiados puros* se mostraram distantes dessas posições: não manifestaram crítica à política econômica dos governos Lula, e em geral apoiam a ampla política de alianças; entretanto, criticaram o MST, expressando, em especial, visão conservadora no que tange à legitimidade das ocupações de terra e associando, mesmo que indiretamente, o movimento à violência; e pudemos perceber que, dentre os que se consideram socialistas, todos, com exceção de uma entrevistada, se identificam, em verdade, com o ideário social democrata, de reformas dentro do sistema capitalista, sem objetivar sua extinção ou superação.

Para nós é clara a relação entre as modificações na vida interna do partido, a expressiva diminuição dos espaços de militância e as políticas mais moderadas do PT e dos

governos petistas. É claro que as decisões do partido e do governo são tomadas por vários fatores: a correlação de forças na sociedade, as necessidades imediatas, a correlação de forças em um governo de coalisão. Mas, no caso que nos propusemos a estudar, o PT, é também evidente que um fator importante é a rendição ideológica (rebaixamento programático), conceitual, de grande parte dos dirigentes e filiados do partido. Se isso não for levado em conta, cai-se no grave equívoco de achar que não havia alternativa possível ao PT e aos governos petistas que fosse coerente com seu programa histórico e estratégico.

Desde o começo do partido, a esquerda petista manteve profundas divergências com o campo majoritário (os “moderados”). E as forças da esquerda do PT, mesmo que com diferenças entre si, exerceram papel fundamental pelos temas que colocaram em debate como, por exemplo: *a) defesa de política de alianças programática*, fazendo qualificado contraponto à proposta majoritária de buscar “afrouxar” os critérios para possibilitar a construção de políticas de alianças que aumentassem as chances eleitorais; *b) valorização da participação militante*, através da luta pelo empoderamento das instâncias de base e de crítica contundente ao afastamento da direção em relação às bases partidárias; *c) a forma como deveria se dar a inserção do partido nas instituições políticas*, defendendo que a luta social deveria sempre preceder os avanços institucionais.

Essa concepção bateu de frente com o pragmatismo do campo majoritário que desde cedo visualizou que o fortalecimento das instâncias de base e sua consolidação como peça-chave da estruturação petista seria um empecilho à expansão partidária e ao avanço institucional. Além disso, as alas moderadas viam risco muito maior de perder sua hegemonia por conta da força que as tendências de esquerda teriam através do empoderamento dos núcleos, força essa que seria bem menor em um partido com participação mais “fluida”, menos “orgânica”. Além disso, a participação mais “fluida” abre caminho para a política de cúpula e para o mandonismo tradicional, pois um partido com a vida interna efervescente como tinha o PT, com forte atuação de seus núcleos (que debatiam programa e elegiam todos os delegados dos encontros municipais e com propostas para empoderamento ainda maior, permitindo-lhes, por exemplo, eleger delegados diretamente para os encontros estaduais e nacionais) é, definitivamente, o pesadelo de qualquer dirigente que sonhe com o cheque em branco de Panebianco (2005).

Ou seja, o esvaziamento da participação militante não é apenas consequência da baixa cultura de participação existente na sociedade, mas também fruto das escolhas do campo majoritário petista desde o debate sobre o empoderamento dos núcleos, iniciado na década de 1980 por iniciativa das forças da esquerda petista até as reformas estatutárias e implantação

do PED. Escolhas essas que ajudaram a transformar o PT em um partido tradicional: organizado verticalmente e que coloca o interesse na ampliação e/ou manutenção dos espaços na institucionalidade acima da luta social e da organização e popular.

No PT de hoje (consequência dessas escolhas), pouco se fala sobre a importância dos núcleos e da vida interna sob a ótica de espaço para propiciar a práxis transformadora. A busca pela organização de filiados é, de modo geral, para uso eleitoral. As críticas a governos petistas não são vistas como algo natural a qualquer organização que se queira revolucionária. Os novos militantes estão desenvolvendo sua práxis em um ambiente não apenas com menos espaço para participação e debates, e, portanto, menos pedagógico, mas também bem mais hostil ao pensamento crítico, justamente o que permitiu a importante parcela da esquerda brasileira se desenvolver prática e conceitualmente, dentro do PT.

Nesse contexto, o enfoque partidário deixa de ser o pensamento crítico para se chegar à transformação social, e passa a ser a defesa intransigente dos governos petistas para se chegar à reeleição. Utilizando-nos uma vez mais de Panebianco (2005), também é pertinente relacionar o fato de que, com o partido no poder, os incentivos seletivos são a principal motivação dos filiados, e, nesse paradigma, em que o que motiva não é mais a causa, o programa partidário, mas a disputa por cargos e status, é mais coerente simplesmente seguir as principais lideranças do que dar vazão ao pensamento crítico. Se antes o pensar crítico era uma busca e algo valorizado, passa a ganhar força como qualidades fundamentais a um filiado ou militante a defesa dos governos e a obediência ao partido. E como o partido é verticalizado, obedecer ao partido significa, necessariamente, obedecer às lideranças.

Um bom exemplo da influência das lideranças, em especial a liderança exercida por Lula, sobre os filiados, pode ser verificado quando o *entrevistado 2* começa a criticar o convite feito por Jairo Jorge para que Cezar Busatto assumisse uma secretaria na prefeitura administrada pelo PT, dizendo, inclusive, que essa política não era condizente com o Partido que havia conhecido e, na sequência da entrevista, manifesta apoio à política de alianças feita nos governos Lula. Ficamos com a sensação de que o entrevistado se deu conta da contradição e que, de certa forma, para terminar com a dúvida, finalizou dizendo “sempre apoiei Lula”.

Ou seja, a partir daí a questão deixa de ser conceitual ou programática, e passa a ser a confiança nas lideranças. Jairo Jorge errou e Lula acertou, mesmo que a ação, em si, seja semelhante. Talvez também pelo fato de que lideranças importantes do PT gaúcho se manifestaram publicamente contra a ação de Jairo Jorge-reação que, já há alguns anos,

deixaram de ter, inclusive internamente, com relação às políticas moderadas do governo federal-; mas, fundamentalmente, porque Jairo Jorge não é Lula.

Uma peça chave para entender a força das lideranças é o fato de que os trabalhadores são ensinados, desde sempre, a obedecer. O sistema capitalista é sustentado pela relação patrão/empregado. E o partido, que evidentemente não é nem pode ser nenhuma ilha isolada do sistema, é condicionado, pela concepção dominante na sociedade. Entretanto, entenda-se bem: é condicionado, não determinado. Quando o PT possuía outro tipo de vida interna- com forte militância, possibilitando espaços pedagógicos, espaços de realização de práxis transformadora-, sua estruturação inovadora refletia seus ideais e propostas transformadoras, que por sua vez, de modo dialético, serviam de sustentação conceitual que dava sentido e importância à organização horizontal. Essa organização horizontal servia de escola ao exercício do pensamento crítico. Hoje, essa escola freiriana não funciona mais. Como diz de maneira singela Olívio Dutra (2005), “de repente o partido passou a ser um partido com caciques, com figuras importantes passando a ser instâncias partidárias”.

Evidentemente, não almejamos explicar as mudanças ocorridas no posicionamento do partido exclusivamente a partir da alteração proporcional do número de *militantes* e *filiados*, ou da maior ou menor *práxis* das pessoas filiadas ao PT. Também não buscamos inferir que esta é a causa principal. Procuramos, isso sim, examinar a hipótese de que a alteração na vida interna do partido, com a diminuição do perfil militante e dos espaços pedagógicos que possibilitavam o debate, o pensamento crítico, a práxis, deve ser também considerada nas análises. Não podemos entender o PT de hoje sem estudar a transformação de “partido do poder das bases” em partido tradicional, verticalizado. Essa metamorfose, em nossa opinião, foi fator importante para a mudança de posicionamento do PT. Não apenas por ter servido para consolidar um projeto de poder dos moderados, de hegemonia frente à esquerda e de busca pelo “cheque em branco”, mas pelo que essa alteração no modo de organização interna significou e influenciou, de modo dialético, na alteração do perfil e, em nosso modo de ver, de concepção dos filiados.

Os verdadeiros revolucionários, sejam os que almejam superar o capitalismo, sejam os que buscam reformas estruturais que transformem a sociedade, devem ter em conta que, tão importante quanto o programa de uma organização, é a forma como ela é estruturada. Não é possível que uma tendência, partido ou qualquer tipo de entidade, formal ou informal, seja verdadeiramente de esquerda, revolucionária, transformadora, reproduzindo uma das bases de sustentação das amarras dos trabalhadores: a cultura arraigada de que uns mandam, outros obedecem.

A obediência não pode ser mais exultada do que o autêntico pensamento crítico. É preciso zelar permanentemente pelos espaços de participação das pessoas, pela práxis transformadora, pela liberdade de expressão que supere os dogmas e apologias e permita e estimule o desenvolvimento do pensamento autônomo. Afinal, como disse Rosa Luxemburg, quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, Oswaldo Martins Estanislau do. **As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009**. 2010. 306 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- BAQUERO, Marcelo; PRÁ, Jussara Reis. A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- \_\_\_\_\_. O declínio do capital social no contexto da globalização: implicações para a construção democrática no Brasil. In: CENTENO, Rui Manoel Sobral (Coord); GONÇALVES, António Custódio (Coord). **As Ciências Sociais nos Espaços de Língua Portuguesa: balanços e desafios**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002 (Vol1).
- BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo, UNESP, 1995.
- CÉSAR, Benedito Tadeu. **PT: A contemporaneidade possível – base social e projeto político (1980-1991)**. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS, 2002.
- COELHO, Aurelino. **Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)**. 2005. 549 f. Tese (Doutorado em História)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- COIMBRA, Marcos. A Força da Imagem do PT. **Carta Capital**, São Paulo, nº 699, p 27, maio 2012.
- DUTRA, Olívio. **Olívio rompe o silêncio: aquela prévia foi um erro**. [6 de outubro, 2005]. Porto Alegre: Jornal JÁ. Entrevista concedida a Guilherme Kolling. Disponível em <http://www.jornalja.com.br/pagina/detalhenoticia/id/56/url/detalhe.html>. Acesso em 19 jan. 2013.
- FERNANDES, Florestan. PT: os dilemas da organização. In: Bogo, Ademar (org). **Teoria da Organização Política II**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- FRATESCHI, Celso et al. Esperança racional: ainda não fomos Radicais. **Revista Teoria e Debate**, nº 16 (out/nov/dez 1991). Disponível em <<http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/cultura-esperanca-racional-ainda-nao-fomos->>. Acesso em 18 ago. 2011.
- FREIRE, Paulo; Shor, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- GAGLIETTI, Mauro. **Ambivalências de uma militância**. Porto Alegre: Dacasa Editora/UNICRUZ, 1999.

GENRO FILHO, Adelmo. **A filosofia marxista e o legado dos “hereges”**. In: Filosofia e práxis revolucionária. São Paulo: Brasil Debates, 1988.

GOLDMANN, Lucien. **Epistemologia e Filosofia Política**. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

\_\_\_\_\_. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUIMARÃES, Juarez Rocha. **Claro enigma: o PT e a tradição socialista**. 1990. 117 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1990, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e democracia: a raiz do impasse**. 1997. 428 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

\_\_\_\_\_. **A esperança crítica: treze ensaios sobre a crise e utopias da estrela imperfeita**. Belo Horizonte: Scriptum Livros, 2007.

HOBBSAWN, Eric (org). **História do Marxismo, III: o marxismo na época da Segunda Internacional (segunda parte)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

\_\_\_\_\_. **História do Marxismo, V: o marxismo na época da Terceira Internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

IANNI, Octavio (org). **Karl Marx: sociologia**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1984.

LACERDA, Alan Daniel Freire de. **O PT e a unidade partidária como problema**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº1, 2002, pp. 39 a 76. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v45n1/a02v45n1.pdf>>. Acesso em 20 jan. 2012.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 2. ed. São Paulo: Busca Vida, 1987.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUXEMBURG, Rosa. **A Revolução Russa**. Petrópolis: Vozes, 1991.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

\_\_\_\_\_. e ENGELS, Friedrich. **Cartas filosóficas e o manifesto comunista de 1848**. São Paulo: Moraes, 1987.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PANNEKOEK, Anton. **Os conselhos operários.** 1936a. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/pannekoe/1936/mes/conselhos.htm>>. Acesso em 17 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. **A propósito do Partido Comunista.** 1936b. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/pannekoe/1936/mes/proposito.htm>>. Acesso em 17 jan. 2013.

PARTIDO DOS TRABALHADORES: **Estatuto.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

PARTIDO DOS TRABALHADORES: Por um governo democrático-popular. VIII Encontro Nacional, 11 a 13/6/1993. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/uploads/porumgovernodemocratico.pdf>. Acesso em 20 set. 2012.

POMAR, Wladimir e DIRCEU, José. *Algumas considerações sobre as tendências organizadas no PT.* **Praxis** – Publicação do Centro de Estudos e Debates do Socialismo e da Cultura. Porto Alegre: Tchê! Editora Ltda, 1986.

PONT, Raul. **O PT e as eleições 2012: um balanço e o futuro.** Disponível em: <<http://portal.pters.org.br/2012/08/o-pt-e-as-eleicoes-2012-um-balanco-e-o-futuro-por-raul-pont/>>. Acesso em 22 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. **A estrela necessária.** Porto Alegre: Veraz, 2002.

\_\_\_\_\_. **Democracia, participação, cidadania: uma visão de esquerda.** Porto Alegre: Palmarinca, 2000.

\_\_\_\_\_. **Breve História do PT.** Brasília, Câmara dos Deputados, 1992.

RIBEIRO, Pedro Floriano. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 A 2005.** São Carlos: EdUFSCar, 2010.

SAMUELS, David. A evolução do petismo. **Revista Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, nº 2 (Nov/2008) p.302-318.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis.** São Paulo: Expressão Popular, 2007

SCHMIDT, João Pedro. Os jovens e a construção de capital social no Brasil. In: Baquero, Marcello (org). **Democracia, juventude e capital social no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SECCO, Lincoln. **História do PT: 1978-2010.** 2. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

SILVA, Antonio Ozaí da. Nem reforma nem revolução: a estrela é branca. In: Angelo, Vitor Amorim de e Villa, Marco Antonio (orgs). **O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006):** uma história revisitada. São Carlos: EdFSCar, 2009.

SILVA, Luis Inácio Lula da. Discurso na 1ª Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores. Disponível em <<http://www.fpabramo.org.br/uploads/discursodelula1convecao.pdf>> Acesso em 10 jan. 2012.

SINGER, André Vitor. **Os sentidos do lulismo:** reforma gradual e pacto conservador. 1. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Lincoln Moraes de. **Crônica de um partido não anunciado:** programa e governos do PT entre 1979 e 2000. 2004, 615 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

VARES, Luiz Pilla. **O vazio teórico do PT.** 15/09/2005. Disponível em: <[http://www.ptsul.com.br/artigos.php?id\\_txt=9964](http://www.ptsul.com.br/artigos.php?id_txt=9964)> Acesso em 24 ago. 2012

\_\_\_\_\_. O PT não para de sangrar. Zero Hora, Porto Alegre, 30/09/2005b. Disponível em: <<http://www.pilla.vares.nom.br/2006/sangrar.htm>>. Acesso em 24 ago. 2012.

VOIGT, Léo. **A Formação do PT:** esboço de reconstrução histórica. Porto Alegre: UFRGS, 1990.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo.** São Paulo: UNESP, 2011.

## APÊNDICE

### APÊNDICE A – MODELO DE QUESTIONÁRIO

Companheiro (a)

A identificação do questionário não é obrigatória. Entretanto, haverá uma segunda etapa da pesquisa em que algumas pessoas serão convidadas para aprofundar questões pertinentes ao trabalho.

Por isso, é desejável que preencha seus dados, mas sinta-se à vontade em fazer como se sentir melhor.

Nome \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

E-mail \_\_\_\_\_

**1. Sexo**

M  F

**2. Idade:**

\_\_\_\_\_

**3. Grau de instrução**

fundamental  médio  cursando superior  superior  pós-graduação

**4. Tempo de filiação ao PT:**

\_\_\_\_\_

**5. Participa encontros de núcleos, zonais, encontros no partido.**

freqüentemente  eventualmente  nunca/quase nunca

**6. Quando foram os dois últimos encontros que participou?**

\_\_\_\_\_

**7. Participa de panfletagens, passeatas, manifestações.**

freqüentemente  eventualmente  nunca/quase nunca

**8. Quando foram as duas últimas manifestações em que você participou?**

\_\_\_\_\_

**9. Participa de Movimentos Sociais?**

já participei, não mais  participo  nunca participei

**10. Se participa ou já participou, de quais? (múltipla escolha)**

sindicato  grêmio estudantil  associação de moradores  ONGs  outro \_\_\_\_\_

**11. Qual sua posição sobre o MST?**

apóio integralmente  apóio parcialmente  não apóio

**12. Qual seu principal meio de se manter informado sobre o PT? (escolha apenas uma opção)**

imprensa  reuniões no próprio partido  informes do partido (e-mails, mala direta, site)  
 conversa com amigos petistas

**13. O que você acha da política econômica aplicada durante o Governo Lula?**

progressista  conservadora

**14. Ainda sobre a política econômica, você:**

apóia totalmente  apóia com restrições  não apóia

**15. Em sua opinião, o prefeito de Canoas, Jairo Jorge (PT), ao convidar César Busatto para fazer parte de seu secretariado (2009):**

agiu corretamente  agiu de forma equivocada

**16. Por quê?**

---

—

---

—

---

—

**17. O que você pensa sobre socialismo?**

sou socialista  não sou socialista

**18. Em uma escala de 0 a 10, em que 0 é extrema esquerda e 10 extrema direita, como você se considera?**

---

—

**19. Como você classifica o PT nesta mesma escala?**

---

—

## APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

- Pedir para falar sobre sua experiência no PT.
- Verificar a opinião sobre a política de alianças consolidada pelo PT durante os governos Lula.
- Perguntar o que achou da política econômica aplicada durante os governos Lula.
- Buscar entender o que pensa sobre o MST e sobre as ocupações.
- Verificar se a pessoa se considera socialista ou não. Em caso positivo, buscar apreender o que significa socialismo para ela.

## ANEXOS

### ANEXO A - NOTA OFICIAL DA EXECUTIVA DO PT/RS

Diante do anúncio do Sr. Cezar Busatto ao posto de Secretário Especial de Estratégia e Inovação na Administração Municipal em Canoas, o Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul manifesta que:

Historicamente nos opomos e combatemos a lógica privatista e neoliberal que interrompemos no país com a eleição do companheiro presidente Lula.

A trajetória do Sr. Cezar Busatto no governo que antecedeu ao da Frente Popular no RS, no parlamento, na prefeitura de Porto Alegre e no atual governo estadual foi notoriamente privatista e neoliberal, não tendo, portanto, sintonia com o projeto do Partido dos Trabalhadores.

Fica manifesta a contrariedade da Executiva Estadual do PT/RS à referida decisão.

## ANEXO B - EM NOME DO DIÁLOGO, CARTA DE RENÚNCIA DE CÉZAR BUSATTO

Canoas, 19 de Janeiro de 2009

Caro Prefeito e amigo JAIRO JORGE,

Foi com muita honra que recebi seu convite para integrar o governo municipal da cidade de Canoas, como seu Secretário Especial de Estratégia e Inovação.

Confesso que pensei muito, e o que me levou a aceitar seu convite foi o impositivo de corresponder à grandeza e coragem de seu gesto de pacificação, pouco comum na política gaúcha. Seu gesto está à altura da política feita com espírito público e voltada para o cidadão, que coloca em segundo plano as disputas partidárias e de poder, típicas de épocas eleitorais, mas incompatíveis com os desafios pressupostos pelo bem comum. Foi essa convicção que levou meu partido, o PPS, a estar junto com o PT nessa caminhada desde o primeiro turno em Canoas, e que nos manterá lado a lado na construção desse governo, que tenho certeza será um marco para a história da cidade, e um exemplo para o Rio Grande.

O propósito comum do nosso entendimento foi um só: melhorar a qualidade de vida e de convivência das 350 mil pessoas que vivem em Canoas, reunir as nossas melhores experiências e conhecimentos para fazer uma gestão local inovadora e radicalmente democrática, colocando o cidadão como protagonista do desenvolvimento da sua própria cidade. Nunca esteve presente em nossas conversas o interesse por cargos, posições, barganhas, típicos da velha política que rejeitamos.

É fácil praticar a democracia entre os que pensam igual a nós, difícil é praticá-la com os que pensam diferente. Mas a democracia existe exatamente para que as diferenças possam ser explicitadas e se realize a obra de arte política do diálogo, do entendimento e do compromisso entre os diferentes. É assim que se consolidaram as grandes democracias em todo o mundo. Ao apostar no diálogo, não desconhecemos nossas diferenças, mas sim demonstramos maturidade, humildade e a grandeza para construir a partir delas, de maneira dialética, uma síntese que gere inovação e avanço.

O Rio Grande viveu um período de polarização exacerbada, da qual tanto eu, como as principais lideranças do PT, fizemos parte. Responsáveis somos todos. Mas de minha parte, quero que fique claro: não vejo sentido em não dialogar sobre o futuro em razão de diferenças de quinze anos atrás. Essa lógica da polarização e do conflito sectário tem causado grandes prejuízos ao Rio Grande, e por isso procurei pautar minha vida pública nos últimos anos pela busca da convergência em torno de valores, conceitos, idéias e projetos comuns. Só os ressentidos vivem no passado, e o ressentimento, definitivamente, não constrói o futuro.

Foi com esse espírito que coordenei o Pacto pelo Rio Grande, quando todos os deputados com assento na Assembléia Legislativa construímos juntos uma agenda mínima comum para o ajuste fiscal, a modernização da gestão e o desenvolvimento sustentável do Estado. O deputado Raul Pont, do PT, teve um papel decisivo na construção dessa unidade, que foi subscrita por toda a bancada do seu partido.

Na minha breve passagem pela Casa Civil do Governo do Estado, pautei-me também pela política do diálogo e da convergência com os parlamentares de todos os partidos, o que contribuiu para aprovar todos os projetos do Executivo por unanimidade, e construir a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o corrente ano de 2009 por acordo de todos os Poderes de Estado.

Em Porto Alegre, mesmo após um embate eleitoral duro, coordenei pessoalmente uma política que preservou a principal obra dos 16 anos de governos do PT, que é o Orçamento Participativo, compatibilizando-a com a proposta inovadora da Governança Solidária Local. Essa inovação democrática reafirmou a liderança mundial de Porto Alegre como cidade da democracia comunitária e viabilizou a realização da Conferência Mundial Sobre o Desenvolvimento de Cidades, com a presença na capital dos gaúchos de 7 mil pessoas vindas de mais de mil cidades de todo o mundo.

Diante de tudo isso, lamento profundamente que a generosidade, a grandeza e o espírito público do gesto feito pelo bravo Prefeito e amigo, ao convidar-me para integrar o governo municipal de Canoas, tenha sido inviabilizado pela reiteração da velha lógica da exacerbação do conflito e do ressentimento, que aprisiona e apequena a política democrática. A sociedade brasileira, e especialmente os eleitores do Rio Grande, tem dado reiteradas demonstrações de que não aceitam mais essa miopia política. Mas a história tem seu tempo, e os homens públicos de visão, paciência.

Para preservar a governabilidade, para evitar que atitudes de hostilidade possam introduzir um fator desestabilizador na administração que está recém iniciando, para retribuir o seu gesto de generosidade e grandeza política, libero-o, prezado Prefeito e amigo, de nomear-me para Secretário de sua administração.

Não sem antes reafirmar que a cultura política do diálogo, do entendimento e da radicalização da democracia, que nos uniu, continuará sendo a plataforma a pautar a minha luta pela necessária e urgente mudança na política em nosso Rio Grande, para o bem de todos os gaúchos.

Nesse episódio, abrimos um debate fundamental para o futuro do Rio Grande. Um debate de paradigmas sobre a política. Com certeza ele não se encerrará aqui.

Com meu forte e fraterno abraço,

CEZAR BUSATTO